

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO

PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS GERAIS – PR: OPORTUNIDADES PARA
COMUNIDADES DE ENTORNO

PONTA GROSSA – PR

2013

LEANDRO BAPTISTA

PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS GERAIS – PR: OPORTUNIDADES PARA
COMUNIDADES DE ENTORNO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, curso de Mestrado em Gestão do Território da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Jasmine Cardozo Moreira.

PONTA GROSSA – PR
2013

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

B222 Baptista, Leandro
Parque Nacional dos Campos Gerais - PR:
oportunidades para comunidades de entorno/
Leandro Baptista. Ponta Grossa, 2013.
171f.

Dissertação (Mestrado em Gestão do
Território - Área de Concentração: Gestão
do Território), Universidade Estadual de
Ponta Grossa.

Orientadora: Prof^a Dr^a Jasmine Cardozo
Moreira.

1.Unidade de Conservação. 2.Comunidade
local. 3.Turismo. I.Moreira, Jasmine
Cardozo. II. Universidade Estadual de
Ponta Grossa. Mestrado em Gestão do
Território. III. T.

CDD: 338.479.1

TERMO DE APROVAÇÃO

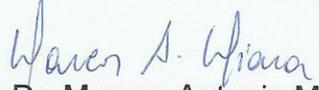
Leandro Baptista

“PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS GERAIS – PR: OPORTUNIDADES PARA COMUNIDADE DE ENTORNO”

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: 
Prof.ª Dr.ª Jasmine Cardozo Moreira
UEPG


Prof. Dr. Luiz Fernando de Souza
UEPG


Prof. Dr. Marcos Antonio Miara
CESCAGE

Ponta Grossa, 03 de dezembro de 2013.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus e aos Espíritos de Luz por terem me acompanhado durante essa jornada, me dando força, proteção, inspiração, calma e conforto nos momentos difíceis que envolveram a conclusão desta fase em minha vida.

Às famílias Ribas de França, Kopiatz e Amaral, por terem disponibilizado apoio, carinho, dedicação e paciência para que, mais uma vez, eu pudesse realizar um sonho.

À Tecnóloga em Alimentos e razão da minha existência neste mundinho: Janaína Gomes Amaral. Muito obrigado por ter entrado na minha vida e virar tudo de cabeça pra baixo. Tenho certeza que um dia provaremos sorvete em plena órbita lunar! Eu amo você!

À Professora Pós Doutora Jasmine Cardozo Moreira, por ter disponibilizado seu tempo e dedicação desde o projeto inicial desta (e de outra) pesquisa, passando por todas as nossas dificuldades sem desacreditar no término deste processo.

À nutricionista Cíbele Pereira Kopruszynski. É impossível medir o quanto aprendi com você em tão pouco tempo. Não tenho palavras para agradecer o apoio que me proporcionou logo no início do processo de ingresso desta Pós-Graduação. Sua ética, seus conselhos e sua índole ficarão para sempre impressos em mim.

Aos professores do Programa de Mestrado em Geografia por seus ensinamentos e à todos os servidores da UEPG, por terem um imenso carinho e paciência com nós alunos que temos a pretensão de acreditar que carregamos o mundo nas costas.

Ao jornalista Saulo Pontarolo Marena, amigo, orientador, fornecedor de fontes, material, palavras de incentivo, confiança e de motivação nos momentos que desacreditei em mim. Meus sinceros agradecimentos *sensei!*

Aos meus amigos indescritíveis e de longa data: Denis, Derek, Eric e Rafa! Mesmo não dividindo o período de tempo que gostaríamos, vamos viver sempre à procura da batata doce perfeita até montarmos nosso estúdio de games.

P.S.: Você não se enquadra nos games, Rafa.

Precisamos dar um sentido humano às nossas construções. E, quando o amor ao dinheiro, ao sucesso nos estiver deixando cegos, saibamos fazer pausas para olhar os lírios do campo e as aves do céu.

Érico Veríssimo

RESUMO

O planejamento turístico é uma ferramenta necessária para que a atividade ocorra em consonância com os princípios de sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica. Por sua vez, o interesse em conservar a natureza, pode ser entendido por assegurar a proteção de exemplos da biodiversidade e da geodiversidade, que será herdado pelas futuras gerações, ao passo que na atualidade o ritmo de mudanças provocadas pela ação antrópica é dada em grande escala e muitas vezes impossíveis de serem revertidas. Neste sentido, este trabalho possui como objeto de estudo o Parque Nacional dos Campos Gerais (PNCG), localizado nos municípios de Ponta Grossa, Castro e Carambeí, região Centro-Leste do Paraná. Como objetivo geral procura-se realizar uma análise dos possíveis impactos gerados com a implantação do PNCG para as comunidades de entorno desta área, como potencialidade de inserção destas junto ao Ecoturismo e; como objetivos específicos pretendeu-se realizar um diagnóstico sobre a percepção local em relação ao Parque, avaliar o interesse da comunidade de entorno em desenvolver projetos voltados ao Ecoturismo; sugerir atividades fundamentadas no Ecoturismo de base comunitária, o qual caracteriza-se pela prestação de serviços ou produtos ofertados pela comunidade local, e; identificar os recursos turísticos reconhecidos pelos moradores capazes de atrair o interesse de visitação em áreas no interior ou de entorno do Parque Nacional dos Campos Gerais. Para o cumprimento dos objetivos supra citados, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, com perguntas abertas e fechadas abordando o PNCG e o interesse de participar na atividade turística. Como resultado ainda parcial, verifica-se que estes moradores entendem a necessidade de conservar a área, reconhecendo os pontos negativos que envolvem a atual infraestrutura turística, seus atrativos naturais e mostram-se favoráveis a participarem do Ecoturismo como fonte secundária de ocupação e renda.

Palavras-chave: Unidade de Conservação. Comunidade Local. Turismo.

ABSTRACT

The tourism planning is a necessary tool for the activity development in line with the environmental, social, cultural and economic principles. For the other hand, the interest about conserving nature, can be understood to ensure the protection of examples of biodiversity and geodiversity, which it will be inherited by future generations, while at the present pace of environmental change caused by human activities is given in large scale and often impossible to be reversed. Therefore, this study has the Parque Nacional dos Campos Gerais (PNCG) as its object of study, located in the cities of Ponta Grossa, Castro and Carambeí, Parana central-eastern. The main objective seeks to perform an analysis of the future impacts generated by deploying PNCG for communities around this area, such as potential insertion of these with the Ecotourism activity. The specific objectives sought to make a diagnosis on the local communities perception regarding this Conservation Unity to assess the interest of these people to develop projects related to Ecotourism; suggest activities based on community-based Ecotourism, which is characterized by the provision of services or products offered by the local community, and identify the potential tourism resources recognized by residents able to attract the interest of visitation in areas inside or around the PNCG. To achieve the objectives listed above, it was conducted semi-structured interviews with open and closed questions about PNCG and the interest to participate in tourism activity. As a partial result, it appears that these residents understand the importance to conserve the area, recognizing the negatives aspects implicate the current tourism infrastructure, the natural attractive presents at this National Park and set forth interest to support the Ecotourism segment as a secondary source of employment and income.

Keywords: Conservation Unit. Local Community. Tourism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Pirâmide das necessidades de Maslow.....	25
Figura 2 - Prática de arvorismo no Parque Nacional do Iguaçu.....	31
Figura 3 - Propostas para a criação de Geoparques no país.....	35
Figura 4 - Disposição das comunidades nos limites do entorno do PNCG – PR.....	42
Figura 5 - Proposta de Mosaico na região do PNCG.....	66
Figura 6 - Parque Nacional dos Campos Gerais.....	83
Figura 7 - Clima predominante no Parque Nacional dos Campos Gerais.....	89
Figura 8 - Escarpamento Furnas.....	98
Figura 9 – Disposição dos recursos turísticos no Parque Nacional dos Campos Gerais.....	101
Figura 10 - Buraco do Padre.....	102
Figura 11 - Cântyon do Rio São Jorge.....	104
Figura 12 - Cachoeira da Mariquinha.....	105
Figura 13 - Capão da Onça.....	106
Figura 14 - Furna Grande.....	108
Figura 15 - Dolinas Gêmeas.....	108

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Segmentos do turismo em áreas naturais e suas principais motivações.....	24
Quadro 2 - Potencialidades do Turismo de Aventura no PEVV e entorno	32
Quadro 3 - Eventos voltados ao meio ambiente	59
Quadro 4 - Histórico de ações protecionistas no país	62
Quadro 5 – Potencialidades de uso público para os atrativos do PNCG.....	109
Quadro 6 – Resumo das propostas levantadas em campo.....	137

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Preferência de destinações	26
Tabela 2 – Potenciais tipos de uso permitidos em Unidades de Conservação.....	69
Tabela 3 – Unidades de Conservação por Bioma	73
Tabela 4 - Unidades de Conservação por esfera administrativa	74
Tabela 5 - Diversidade, Endemismo e Espécies Ameaçadas da Mata Atlântica (MA) e Campos Sulinos (CS).....	85
Tabela 6 – Áreas das principais Bacias Hidrográficas presentes no PNCG.....	91
Tabela 7 - Áreas das Formações Geológicas mapeadas no Parque Nacional dos Campos Gerais	100

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual de gasto nos principais serviços oferecidos pelo Turismo (2009).....	21
Gráfico 2 - Evolução da preocupação acerca dos aspectos sociais.....	54
Gráfico 3 - Opinião local sobre a criação do PNCG.....	116
Gráfico 4 - Atrativos do PNCG	117
Gráfico 5 - Atrativos do PNCG	117
Gráfico 6 - Necessidades para a infraestrutura.....	119
Gráfico 7 - Necessidades para a infraestrutura.....	119
Gráfico 8 - Atividades relacionadas ao Turismo	121

LISTA DE SIGLAS

ABETA – Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura

CNUC – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

EA – Educação Ambiental

EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

MTur – Ministério do Turismo

OMT – Organização Mundial do Turismo

PARNA – Parque Nacional

PEVV – Parque Estadual de Vila Velha

PNCG – Parque Nacional dos Campos Gerais

Sistur – Sistema de Turismo

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC – Unidade de Conservação

ZA – Zona de Amortecimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
1.1 TURISMO: ATIVIDADE MULTIDISCIPLINAR E COMPLEXA	16
1.2 TURISMO EM ÁREAS NATURAIS	23
1.3 COMUNIDADE LOCAL: CONCEITOS E DEFINIÇÕES.....	37
1.4 ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.....	47
2. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	59
2.1 A DIMENSÃO PARANAENSE	76
2.2 PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS GERAIS	79
2.2.1 RECURSOS TURÍSTICOS.....	101
3. ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PESQUISA	112
4. RESULTADOS	115
4.1 MOTIVOS DE CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS GERAIS	115
4.2 RECURSOS TURÍSTICOS PRESENTES NO PNCG	116
4.3 NECESSIDADES E DEFICIÊNCIAS NA INFRAESTRUTURA DO PARQUE.....	118
4.4 DESEJO EM PARTICIPAR DA ATIVIDADE TURÍSTICA	120
4.5 PROPOSTAS E REFLEXÕES	121
4.5.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS A PARTIR DAS ENTREVISTAS	122
4.5.2 OUTRAS OPORTUNIDADES IDENTIFICADAS	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIAS	142
ANEXOS.....	152
APÊNDICES	163

INTRODUÇÃO

Pode-se afirmar que na atualidade, cada vez mais as áreas naturais contam com um maior cuidado, visto, sobretudo, como locais que vão além da conservação do meio ambiente, mas que também exercem influência nos âmbitos culturais e sociais.

Nota-se também que paralelamente à valorização deste patrimônio, houve um aumento na demanda de visitantes pela atividade turística em ambientes naturais, potencializada a partir da década de 1980, onde houve maiores debates acerca da preocupação global em relação à problemática ambiental. Ainda na década de 80, o termo “desenvolvimento sustentável” passou a ser responsável pela elaboração de estudos que previam um desequilíbrio entre o crescimento da população mundial, pois esta exige entre outras coisas, o aumento da produção de alimentos, espaços para moradias e locais para a prática de lazer (LINDBERG; HAWKINS, 2001).

Assim, o Turismo em áreas naturais passou a ser visto como uma forma de lazer harmoniosa com o meio, ao serem aplicadas técnicas e modelos de gestão voltados ao uso sustentável da natureza. Neste contexto, o Turismo sustentável, comprometido com a valorização da cultura local, o respeito ao meio natural, à minimização dos impactos negativos que utiliza de forma mais branda o espaço, seja por viagens individuais ou feita por pequenos grupos, a vertente do Ecoturismo foi sendo consolidada.

Contudo, observa-se também que alguns impactos negativos potenciais em Unidades de Conservação podem ocorrer, caso o planejamento turístico não seja elaborado. Estes impactos podem ser relacionados a variantes econômicas, biofísicos, sociais e culturais, envolvendo, entre outros, uma elevada dependência econômica da atividade, a distribuição injusta da renda, a substituição de postos de trabalho do setor primário da economia para o terciário sem a devida consideração sobre períodos de baixa sazonalidade, a hibridização de hábitos culturais (aculturação) nas destinações, a degradação ambiental e a repulsa nas relações sociais entre visitantes e comunidade.

Considerando que o Ecoturismo apóia-se na conservação do meio ambiente e em atividades de Educação Ambiental, verifica-se a necessidade de ir além deste conceito em determinadas regiões, onde o termo tem maior abrangência para compreender determinada realidade observada. Neste contexto, o Ecoturismo de Base Comunitária (WWF, 2003) é utilizado, visando ampliar o foco de investigação dos limites do Parque Nacional dos Campos Gerais e incluir como complementação a esta Unidade de Conservação, suas comunidades de entorno.

Esta percepção volta-se também para um olhar mais recente sobre o papel das áreas naturais protegidas em todo o globo, já que diversos são os estudiosos que concordam que um dos atores que mais são impactados pela prática do Turismo desordenado, são os moradores das comunidades locais (STIGLIANO, 2009; BRANDON, 2001; BOO, 2001). Ressalta-se também, que a experiência do visitante é formada por valores simbólicos, com elementos culturais, comunicativos, de descoberta, do encontro e das relações interpessoais, sendo estes elementos influenciadores do turismo e que também podem ser influenciados pela atividade (STIGLIANO, 2009).

Diante deste panorama, este trabalho possui como objeto de análise o Parque Nacional dos Campos Gerais (PNCG), com foco específico nas suas comunidades de entorno, denominadas: Alagados, Biscaia, Cerradinho e Passo do Pupo, localizadas no município de Ponta Grossa – PR.

O PNCG é composto por 21.286 hectares esparsos pelos municípios de Ponta Grossa (aproximadamente 65% da área), Castro e Carambeí (com cerca de 27% e 8%, respectivamente) e o interesse em preservar esta área deve-se aos remanescentes dos biomas Mata Atlântica, reduzido à 8% de sua cobertura original e aos Campos Sulinos, onde nem mesmo existem estudos que apontem seu percentual de descaracterização (MMA, 2000).

Considerando que esta UC foi legalmente criada em março de 2006, e que ainda não dispõe de um plano de manejo, as oportunidades de participação na atividade turística para os moradores locais foram analisadas, visando como considerações deste trabalho identificar e propor ações voltadas ao manejo de visitantes do PNCG, permitindo a adequação do uso público tanto no interior quanto no entorno desta UC.

As perspectivas de aumento no fluxo da atividade turística nesta região se mostram promissoras. Entretanto, a questão da preservação da atual paisagem, isenta de agregação ou descaracterização considerável dos recursos naturais do PNCG, bem como suas implicações sociais, culturais e econômicas, também se fazem presentes.

Assim, a hipótese desta pesquisa valeu-se da percepção de que os moradores das comunidades de entorno do Parque Nacional dos Campos Gerais não estão participando do processo de planejamento turístico desta UC, tendo em consequência disto, desconhecimento sobre os efeitos que estarão submetidos a curto prazo.

O objetivo geral foi verificar os impactos originados com a implantação do Parque Nacional dos Campos Gerais – PR para a população residente nas áreas de entorno deste.

Os objetivos específicos foram:

- Diagnosticar a percepção da comunidade local em relação ao Parque Nacional dos Campos Gerais;
- Sugerir produtos e atividades fundamentadas no Ecoturismo de Base Comunitária como forma de promoção da cultura e fonte de renda à população residente na região abordada;
- Identificar os recursos turísticos reconhecidos pelos moradores capazes de atrair o interesse de visitação em áreas no interior ou de entorno do Parque Nacional dos Campos Gerais.

Para tanto, buscou-se, através de procedimentos qualitativos de pesquisa, compreender o envolvimento dos moradores de entorno do PNCG no planejamento da atividade turística, tendo como foco principal de interesse do pesquisador, um membro de todas as famílias das comunidades supracitadas, analisado pelo âmbito da sustentabilidade sócio-cultural destes locais. Para a coleta de dados, utilizou-se de técnicas de observação, entrevistas, análise de documentos oficiais, além da fundamentação teórica.

Esta dissertação foi dividida em quatro capítulos, tendo no primeiro capítulo a apresentação da revisão teórica do tema, envolvendo o Turismo em Áreas Naturais, Comunidades Locais e o Ecoturismo de Base Comunitária.

O segundo capítulo procura contextualizar a evolução e a base legal que abrange a questão das UC, o diagnóstico atual do Estado do Paraná em relação aos Parques Nacionais e a caracterização do Parque Nacional dos Campos Gerais, seus antecedentes legais, localização e limites, bem como suas particularidades físicas, geológicas, hídricas, geográficas e turísticos.

No capítulo três, a abordagem metodológica da pesquisa é explorada, procurando justificar a escolha do método qualitativo para a coleta e análise dos resultados obtidos com as saídas a campo, ferramentas utilizadas e período de trabalho extra-laboratorial.

Por fim, no quarto capítulo os resultados são apresentados. Neste capítulo estão também disponíveis a análise e discussão dos dados, visando responder aos objetivos propostos, e onde o modelo de planejamento SWOT (*Strongness, Weakness, Opportunities e Threats*), é aplicado para validar as impressões registradas pelo autor durante as saídas a campo.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os efeitos que o Turismo proporciona quando planejado e implementado em consonância com os elementos que caracterizam a sustentabilidade social, cultural, ambiental e econômica, podem ser percebidos através de diversos fatores, como: geração de renda e oportunidades de empregos para a comunidade local; a multiplicação de divisas, beneficiando assim, fornecedores, prestadores de serviços, entre outros; auxílio à conservação ambiental e ao meio ambiente; à valorização e o estímulo à preservação de costumes, estilos de vida e demais formas de expressão cultural.

Portanto, partindo da premissa sobre o Turismo enquanto atividade comprometida com o desenvolvimento local realizar-se-á uma leitura do Parque Nacional dos Campos Gerais (PNCG) de acordo com o segmento de áreas naturais e suas características sócio-ambientais, bem como sobre comunidade local e sua interação com UCs, capazes de oferecer uma alternativa sustentável para a conservação, atratividade e manutenção de Parques Nacionais (Parna) e demais UCs. Assim, elabora-se neste capítulo uma breve contextualização sobre estes conceitos com objetivo de esclarecer a pertinência e a relevância do tema pesquisado.

1.1 TURISMO: ATIVIDADE MULTIDISCIPLINAR E COMPLEXA

A atividade turística se caracteriza por possuir um caráter multidisciplinar, e por apoiar-se nesta base, permite os mais diferentes enfoques de trabalhos sobre matrizes sociais, econômicas, culturais, ambientais, jurídicas, estatísticas, entre outras. Devido a este amálgama de interpretações, muitos são os autores que procuram dar inteligibilidade e compreender a atividade, podendo ser citados Fúster (1991), Arrillaga (1976), De La Torre (1992), Moesch (2002) e Beni (2004).

Entretanto, apesar da complexidade existente para a compreensão do Turismo, a forma mais comum de enxergar a atividade ainda remete para seus balanços imediatos verificados na esfera econômica. Esta visão ganhou força a partir do ano de 2000, onde os dados divulgados através da Organização Mundial do Turismo (OMT/UNWTO) despertaram ainda mais interesse para este serviço, responsável pela criação de nove a cada dez novos empregos no mundo, e por gerar receita internacional superior à US\$ 1 trilhão em 2011 (UNWTO, 2012), segundo este órgão.

Pode-se afirmar ainda que o Turismo é uma atividade capaz de causar aumento na arrecadação de divisas, advindas por meio de impostos e pela entrada de novos investidores em todo o *trade* turístico. Esta arrecadação deve contribuir para a ampliação da oferta, como qualidade e melhoria da infra-estrutura disponível (ARENDIT, 2000).

Assim, cabe ressaltar os demais efeitos que a atividade produz, não menos importante que os impactos financeiros verificados em todo o globo. Pode-se transbordar esta perspectiva através de Fúster (1991, p. 26-27), onde:

Turismo es, por un lado, conjunto de turistas, que cada vez son más numerosos; por el outro, son los fenómenos y relaciones que esta masa produce a consecuencia de sus viajes. Turismo es todo el equipo receptor de hoteles, agencias de viajes, transportes, espetáculos, guías-intérpretes, etcétera, que el núcleo debe habilitar para atender a las corrientes turísticas que lo invaden – y que no promovería si no las recibiese. Turismo es las organizaciones privadas o públicas que surgen para fomentar la infraestructura y la expansión del núcleo; las campañas de propaganda que hay que planear, ejecutar y difundir (...). También es Turismo los efectos negativos o positivos que se producen en las poblaciones receptoras – económicos, sociales, religiosos, etc.

Nesta definição, percebe-se que a questão central de investigação de Fúster (1991) tem como preocupação a análise das transformações que geradas com o contato do visitante junto ao núcleo receptor no decorrer da viagem, a infra-estrutura turística, ações de *marketing*, estudos de impactos positivos e negativos nos núcleos receptores, etc., para que o destino atenda às expectativas dos turistas. Pode-se desta maneira, verificar os desdobramentos incorporados à atividade sem que a questão econômica ocupe o maior destaque entre estes.

Faz-se possível ainda, ampliar o conceito oferecido por Fúster (1991) com a concepção de Arrilaga (1976, p. 25), pois este autor atenta para uma especificidade bastante contraditória entre especialistas do Turismo, que se refere à motivação da viagem, conforme se observa:

O turismo é o conjunto de deslocamentos voluntários e temporais determinados por causas alheias ao lucro; conjunto de bens, serviços e organização que determinam e tornam possíveis estes deslocamentos e as relações e fatos que entre aqueles e os viajantes têm lugar.

Desta maneira, Arrilaga (1976) esclarece que qualquer viagem que tenha acontecido com fins primários voltados ao trabalho, não deve constituir como uma modalidade do Turismo. Para os adeptos desta corrente, como Stradner (1917), De La Torre (1992) e Barretto (2003), as referências centrais resumem-se no fato de que no Turismo de Negócios, não está sendo utilizado o tempo livre do visitante e a viagem representa em maior ou menor grau, fonte de renda ou lucro.

Contudo, há de se considerar os argumentos contrários a esta exclusão, onde se defende que este público, mesmo não estando fora de seu domicílio por motivos pessoais, ainda está utilizando os equipamentos turísticos, como hotéis, restaurantes, lojas de *souvenirs*, etc., movimentando assim, o *trade* turístico como um todo. Esta visão pode ser encontrada nas publicações de Beni (2004), Dias (2005) e Pelizzer (2005), que salientam ainda, que este profissional ainda irá dispor de tempo de descanso e lazer, após uma reunião de negócios ou seu dia de trabalho para gozar os atrativos da localidade.

O conceito adotado pela OMT, órgão máximo do Turismo global, passou de um caráter conservador presente até a década de 1990 para uma versão mais abrangente, que considera desta vez, os segmentos de negócios e os visitantes que permanecem por um período inferior a 24 horas na destinação, categorizados como excursionistas, como integrantes do Turismo, sendo:

Tourism is a social, cultural and economic phenomenon which entails the movement of people to countries or places outside their usual environment for personal or business/professional purposes. These people are called visitors (which may be either tourists or excursionists; residents or non-residents) and tourism has to do with their activities, some of which imply tourism expenditure (OMT, 2008).

Esta posição reitera a preocupação da atividade em organizar-se e acompanhar as evoluções naturais que alteraram os paradigmas do Turismo no século XXI, adaptando-se assim, às novas formas de viagens e oferecendo condições para que estas possam ser desenvolvidas com segurança e qualidade para maximizar os benefícios desencadeados pelo setor.

Torna-se perceptível neste ponto, a grande quantidade de definições que o Turismo recebeu ao longo do tempo, sem que na atualidade exista um consenso fechado sobre o que a atividade representa e o que deve ser deixado fora do seu recorte de ação. No artigo “Por uma Visão Crítica nos Estudos Turísticos” (NETTO; NOGUERO; JÄGER, 2011), os autores discutem esta dissonância apoiados em teorias de Émile Durkheim (1894), Georg Simmel (1908), Jean Piaget (1923), Michael Foucault (1963) e Pierre Bourdieu (1979), para justificar a construção do pensamento crítico da atividade, que para os autores, são negligenciados pela academia e responsável pela falta de um corpo teórico capaz de ser refutado ou corroborado através de pesquisas.

Conforme visto, o Turismo é uma atividade que oferece a prestação de serviços aos seus consumidores, participando assim, do setor terciário da economia. Desta forma, se faz

necessário entender o fenômeno sob o ponto de vista social, já que esta deve representar a coluna central para seu planejamento.

Diante deste panorama, Moesch (2002, p. 9) analisa o Turismo como:

Uma complexa combinação de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sócio-cultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: o produto turístico.

Mesmo com uma conceituação da atividade denominando-a através de um produto, observam-se em Moesch (2002) as características singulares das quais a atividade é formada, sendo seu caráter não estocável justificado pela produção e consumo instantâneo; sua intangibilidade como atrativo, uma vez que cada atendimento, cada contato com a população de origem é única; assim como seu impacto de influenciar e ser influenciado por traços culturais exógenos, entre outros.

A atividade é, portanto, um fenômeno no que se refere às mudanças que traz consigo em aspectos ambientais, econômicos, sociais e culturais. Devido essa complexidade, certamente ela poderá alterar o modo de vida dos moradores de uma localidade visitada, contribuindo para seu crescimento ou atravancando-a se não for planejada. Refletindo sobre estas especificidades, Beni (2004, p. 37) descreve o Turismo como,

Um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço. Nesse processo intervêm inúmeros fatores de realização pessoal e social, de natureza motivacional, econômica, cultural, ecológica e científica que ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transporte e o alojamento, bem como o objetivo da viagem em si para a fruição tanto material como subjetiva dos conteúdos de sonhos, desejos, de imaginação projetiva, de enriquecimento existencial histórico-humanístico, profissional, e de expansão de negócios.

Concorda-se com o autor na tentativa de entender o Turismo pelo fato deste conceito englobar a maioria dos aspectos relacionados à atividade, incluindo fatores motivacionais, respeito ao processo de escolha por segmento, por tipo de turista e também inclui fatores de desenvolvimento humano. Assim, é possível notar a abrangência e a multidisciplinaridade presentes no Turismo, bem como os elementos preponderantes à sua concretização, pois se sabe que o Turismo ocasiona implicações em vários setores da economia e representa uma fonte de entrada de divisas e geração de empregos diretos e indiretos.

A importância da atividade estar em consonância com o planejamento acarretará na sustentabilidade da mesma, para que então os benefícios como a inclusão social e o

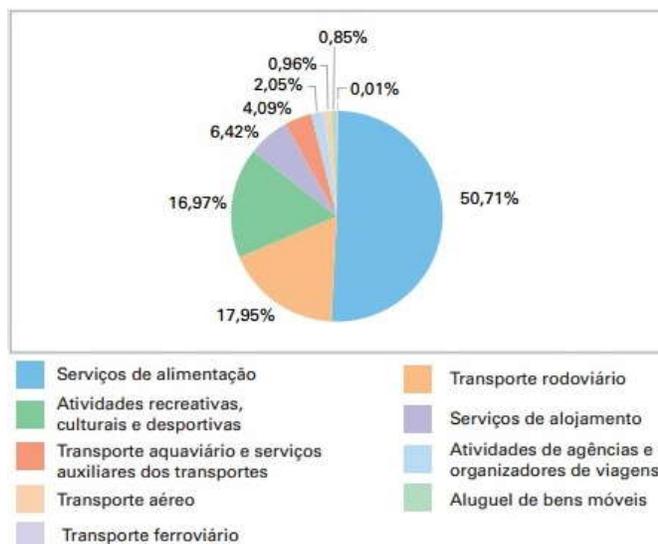
desenvolvimento local possam de fato ocorrer. Na medida em que maiores parcelas da comunidade tiverem possibilidades de atuar ativamente com o Turismo, maiores serão os benefícios gerados sob a forma de impactos positivos do setor. Sobre isso Barretto (2003, p. 99) destaca:

O desenvolvimento do turismo só será possível na medida em que houver uma distribuição de renda que permita que segmentos cada vez mais amplos da população possam viajar. (...) os efeitos benéficos só acontecerão na medida em que os segmentos maiores da sociedade beneficiem-se do efeito multiplicador, através de melhores salários.

Dessa maneira, pode-se entender que a comunidade envolvida com o fomento do Turismo irá perceber, prioritariamente, os benefícios gerados pelo setor quando absorverem seus impactos econômicos. O efeito multiplicador da atividade descrito em Barretto (2003) trata da relação em cadeia produzido pelo dinheiro deixado pelo visitante em suas viagens. Pode-se exemplificar este trâmite através do pagamento de diárias em hotéis, onde o lucro não ficará apenas neste estabelecimento, mas será repassado também aos fornecedores de insumos, de alimentos e bebidas, lavanderias e demais prestadores de serviços.

Devido à grande heterogeneidade do conjunto de serviços característicos do Turismo, os dados mais recentes publicados em 2012, mostram que no ano de 2009 o setor representou para o país a produção de R\$ 213,3 bilhões, responsável por 7,3% do total das atividades terciárias da economia, tendo nos serviços de alimentação, transporte terrestre e atividades recreativas, culturais e desportivas, os principais gastos dos turistas, como verifica no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Percentual de gasto nos principais serviços oferecidos pelo Turismo (2009)



Fonte: IBGE, 2012.

Este ciclo permite a geração de novos postos de trabalho diretos e indiretos e contribui para o desenvolvimento local, tornando assim, a destinação de um modo geral, mais competitiva.

Contudo, amplia-se esta reflexão ao observar a posição de Horodyski (2006, p. 28) ao comentar que: “tão importante quanto às questões econômicas destacadas, são os benefícios sócio-culturais resultantes (...) desde que haja um planejamento da atividade turística”. O contato entre visitantes e comunidade local propicia o reconhecimento da identidade local, oferecendo assim um recurso para a valorização da cultura e o respeito para a preservação do patrimônio cultural e natural.

A respeito do planejamento turístico, é sabido que esta é uma ferramenta que balizará o desenvolvimento do ciclo de vida da destinação, prevendo desta maneira, os acontecimentos a curto, médio e longo prazo para que determinados objetivos sejam concretizados. Para que este processo não se revele como uma ação de predição, existem mecanismos que podem auxiliar sua elaboração, com diferentes abordagens que devem ser avaliadas para melhor adaptar-se à realidade vivenciada.

Neste sentido, Boullón (1997) assegura que o controle de um sistema voltado ao planejamento da atividade deva ser direcionado à superestrutura turística, responsável por gerenciar duas cadeias, sendo o fluxo oferta-demanda de um lado e o conjunto entre o produto turístico (bens e serviços que compõem a oferta) e infra-estrutura turística de outro.

Por sua vez, o planejamento do Turismo proposto por Beni (2004) possui sua sistematização ao redor do Sistema de Turismo (Sistur). Neste modelo, quatro macro-conjuntos são analisados paralelamente por estarem em constante interação, caracterizando-o assim, como um sistema aberto. Estes conjuntos são divididos entre as esferas: ecológica, social, econômica e cultural, onde os programas devem ser elaborados de acordo com as necessidades e oportunidades diagnosticadas em inventários prévios dos produtos turísticos.

De modo geral, pode-se compreender o produto turístico como um atrativo, ou o conjunto de atrativos, somado à infra-estrutura turística instalada. A respeito das singularidades deste produto, Trigueiro (2001, p. 15) conceitua:

O produto turístico é constituído por uma gama de diferentes bens e serviços oferecidos ao turista. Ele tem características que diferem da maioria dos outros produtos. Ao contrario de produtos tangíveis, o produto turístico é produzido pelos fornecedores no momento em que é consumido pelos clientes; não é fácil padronizá-lo e a sua qualidade, muitas vezes, é difícil de prever; nenhum produto turístico é exatamente igual ao outro, não pode ser armazenado, e tem uma sazonalidade que influencia a decisão de sua procura.

Corroborando com esta proposição, Barretto (2003, p. 38-39) oferece a mesma percepção do produto turístico, mas visto sobre a nomenclatura de recursos e atrativos, que se dividem em naturais e culturais, e a infra-estrutura constituída através das vias de acesso; (estradas, aeroportos, portos, rodoviárias e estações de trem); da malha urbana (ruas, sarjetas e iluminação pública); dos equipamentos turísticos (alojamentos, agências e transportadoras) e; os equipamentos de apoio (hospitais, locadoras de automóveis e rede de entretenimento).

Desta maneira, observa-se que o binômio produto e demanda turística representam o principal elemento responsável para que a atividade aconteça. Sabe-se ainda, que não há oferta se não existe um produto capaz de provocar o interesse do visitante em conhecê-lo. Assim, conhecer as particularidades do local ou da região a ser utilizada pelo Turismo deve representar o primeiro momento de investigação dos gestores do Turismo.

Porém para que o Turismo e o desenvolvimento local se consolidem, cabe também salientar que estes necessitam estarem organizados de forma que sua sustentabilidade não seja afetada por qualquer motivo. Sobre isso, a OMT (2012) define que os princípios da sustentabilidade referem-se ao Turismo comprometido com os impactos atuais e futuros, sobre a esfera social, econômica e ambiental, preocupando-se também com as necessidades

dos visitantes, das empresas do setor e com as comunidades anfitriãs¹. Percebe-se que a OMT (2012) omite o fator cultural em seus princípios fundantes, o que demonstra a necessidade do órgão em rever o conceito.

O Ministério do Turismo – MTur (2007) interpreta a questão através de quatro classes de princípios para o desenvolvimento sustentável, chamados de sustentabilidade ambiental, econômica e sócio-cultural, ampliando a questão sob o ponto de vista da OMT (2012), além de acrescentar também uma quarta classe denominada de político-institucional. Esta última esfera estimula parcerias e cumprimento de compromissos nos três níveis de governo, o que constitui um grande desafio de gestão continuada após mudanças eleitorais.

Portanto, a sustentabilidade deve ser considerada como elemento primordial dentro do planejamento de um local onde se pretende implementar a atividade turística, pois esta é a base fundamental que irá nortear o desenvolvimento da destinação, fazendo com que os recursos necessários para sua manutenção sejam provenientes de si própria.

Desta forma, percebe-se a grande complexidade que envolve o planejamento do Turismo. Neste contexto, visando melhor compreender a atividade de acordo com os marcos conceituais que orientarão o desenvolvimento deste trabalho, respeitam-se as subdivisões internas de sua estrutura, que estão diretamente relacionadas com sua demanda potencial. Estas subdivisões são chamadas de segmentações de mercado e representam as razões que levam ao deslocamento dos turistas, conforme explanado por Beni (2004). Portanto, reconhecer com qual tipo de segmento se está trabalhando amplia a percepção do fenômeno.

Assim, ao considerar os objetivos investigados, abordam-se no próximo tópico algumas reflexões acerca do Turismo em áreas naturais, para melhor compreensão sobre o ponto de vista ambiental, visando ampliar o conceito utilizado na construção deste estudo.

1.2 TURISMO EM ÁREAS NATURAIS

Sendo o Turismo uma atividade que possui poder de agregar valor junto ao patrimônio, ressaltando a compreensão de formações naturais, aspectos culturais e sociais alheios ao cotidiano dos visitantes, portanto capazes de mobilizar interesse de visitação, estudos são justificados. Diante disto, Moreira destaca (2011, p. 21):

¹ Tradução livre do autor. Refere-se ao original em inglês: “*Tourism that takes full account of its current and future economic, social and environmental impacts, addressing the needs of visitors, the industry, the environment and host communities*” (OMT, 2012).

O turismo acontece porque as pessoas viajam por diferentes motivações, como buscar locais para descansar, realizar atividades esportivas, conhecer culturas diferentes, distrair-se, fugir da rotina, entre outros motivos. Logo, os turistas buscam no turismo uma forma de satisfazer essas necessidades, deixando um pouco de lado o que fazem habitualmente.

Portanto percebe-se que são inúmeras as oportunidades com potencial para ampliar o interesse do fluxo emissivo, nos mais diferentes tipos de Turismo. Consciente da necessidade em encontrar referências para a gestão e planejamento de destinos, MTur (2010, p. 11) posiciona-se em favor da segmentação de mercados que possam corresponder às expectativas dos visitantes ao comentar que,

A permanente busca de novos produtos turísticos pelos consumidores tem levado a mudanças nas estratégias de planejamento, gestão e promoção do turismo, privilegiando a oferta segmentada de produtos turísticos. Este novo comportamento de compra tem exigido cada vez mais a criação e a oferta de produtos direcionados para demandas específicas, visando oferecer diferentes experiências para os visitantes.

De acordo com Moreira (2011), esta vertente enquadra o Brasil na tendência global em estimular o Turismo especializado. Isto se explica devido à grande dificuldade em desenvolver em apenas uma única região diferentes opções de viagens, incorporando toda a estrutura física necessária para que se desenvolvam com qualidade. Assim, é comum no mercado internacional, lugares ou até mesmo países com uma vocação turística única, sejam de sol e mar; por singularidades culturais, naturais ou como um grande centro de negócios, por exemplo.

Para compreender as segmentações do Turismo em Áreas Naturais, procura-se estabelecer o critério incentivador para que o visitante tenha interesse em conhecer, conforme se observa no quadro a seguir:

Quadro 1 - Segmentos do turismo em áreas naturais e suas principais motivações

Segmento	Característica e/ou motivação
Agroturismo	Deslocamento de pessoas a espaços rurais para vivenciar e participar de atividades agropastoris
Aventura	Busca por experiências que tragam emoção e “adrenalina”
<i>Birdwatching</i>	Observação e captura de imagens de pássaros em seu ambiente natural
Ecológico	Pessoas que apreciam o contato com a natureza, respirar ar puro, fotografar paisagens, etc.
Ecoturismo	Realizar atividades junto à natureza, que envolvam aspectos de educação e interpretação ambiental. Enfoque principal na natureza
Geoturismo	Interesse em conhecer melhor sobre os aspectos geológicos e geomorfológicos de um determinado local

Sol e Mar	Viagens à praias, baías, enseadas e balneários
Paisagístico	Principal produto é a paisagem e aspectos cênicos da natureza, compreendendo características geográficas, ecológicas e mesológicas
Rural	Descanso, contato com tradições do campo

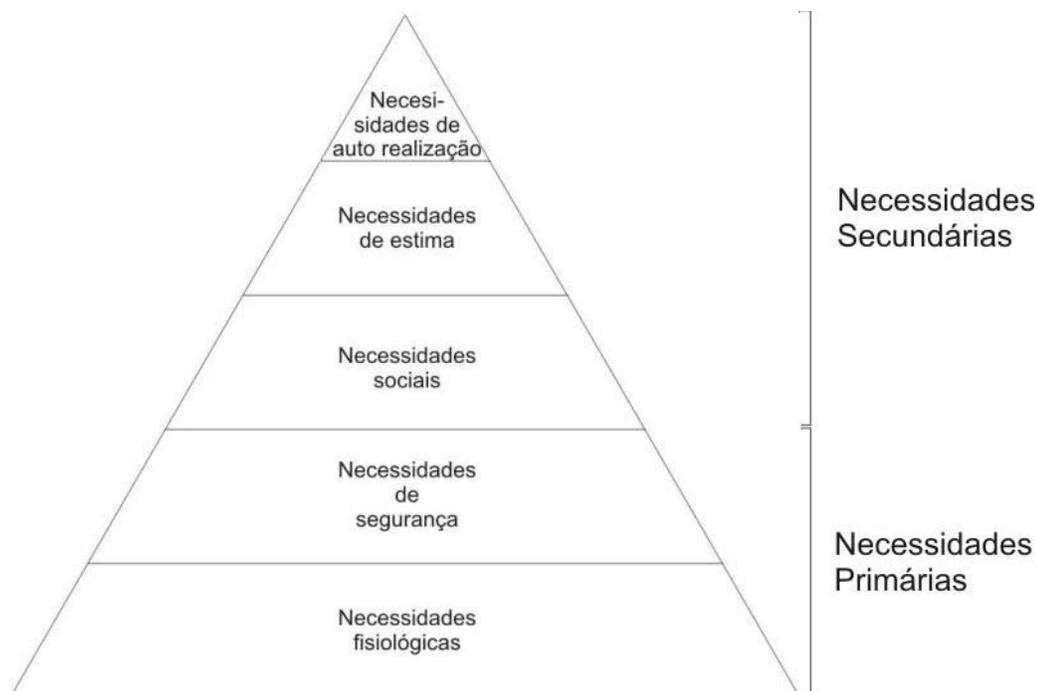
Fonte: Adaptado de MOREIRA (2011) e BENI (2004).

Neste quadro, têm-se um panorama resumido das principais e já consolidadas segmentações do Turismo voltadas à visitação em espaços naturais, que continuamente cresce e atrai novos adeptos.

Ciente destas possibilidades sabe-se que os diferentes tipos de Turismo devem ser planejados considerando o comportamento do consumidor-alvo, ou seja, seus desejos. Entendendo assim o serviço turístico não como uma necessidade e sim como um produto de desejo, salvo sob condições especiais, como saúde, ele respeita uma sequência de estágios que precisam ser sanados antes que possa acontecer.

Pode-se melhor entender esse processo analisando a pirâmide das necessidades humanas proposta por Maslow (1970), hierarquizada em cinco módulos, onde defende em sua base a realização de fatores primários, preponderantes à sobrevivência, para que então isso sirva de sustentação para a busca de outro estágio, superior, dentro da cadeia proposta, conforme se observa na Figura 1.

Figura 1 - Pirâmide das necessidades de Maslow



Fonte: CHIAVENATO, 2002.

Após vários estudos realizados visando validar ou refutar a teoria de Maslow (1970), alguns autores salientam que ela apresenta falhas, porque existem exceções não contempladas por ela. Estas exceções referem-se àqueles indivíduos que podem deixar de gastar com segurança, por exemplo, para que seu prestígio social aumente ao realizar uma viagem de alta classe. Chiavenato (2002, p. 116-117) confirma essa questão quando afirma que “a teoria de Maslow não leva em conta as exceções de comportamento (...), todavia é suficientemente bem-estruturada e capaz de servir como um esquema orientador e útil para o comportamento do administrador.”

Ao analisar os segmentos turísticos, destaca-se o crescimento que os chamados “destinos-verdes” vêm alcançando nas últimas décadas. As pessoas cada vez mais desejam a fuga das rotinas cotidianas e do estresse urbano e buscam conhecer destinações que possibilitam o contato e a interação com os ambientes naturais.

Este novo estímulo também pode ser observado no Brasil, país que possui uma tradicional tendência cultural direcionada ao Turismo de sol e mar. Através da pesquisa realizada por Bacha e Strehlau (2009), verifica-se que a preferência para destinações campestres aumentam percentualmente quando o fator permanência é maior, ao passo que para os ambientes litorâneos, esta curva é inversamente proporcional, como se verifica na Tabela 1.

Tabela 1 - Preferência de destinações

Destino	Até 3 dias (%)	De 4 a 6 dias (%)	De 7 a 14 dias (%)	De 15 a 30 dias (%)	Mais de 30 dias (%)
Praia	62,7	62,6	51,1	50,0	53,6
Campo	18,8	20,9	24,5	24,2	28,6
Outros	18,5	16,5	24,4	25,8	17,8

Fonte: BACHA; STREHLAU (2009). Adaptado pelo autor.

Conforme visto, diversas são as opções que o ambiente natural oferece para motivar o interesse de visitação. Desta forma, observa-se a possibilidade de diversificação de fluxos de visitação através de Unidades de Conservação, visando preservar suas características histórico-culturais e oferecer subsídios econômicos para a comunidade do seu entorno. Diante deste contexto, entende-se que o Turismo pode ser uma alternativa para a conservação destas

singularidades e para a promoção do cuidado com a natureza através de ações que demonstrem a fragilidade destes ambientes.

De maneira a beneficiar os moradores, visando tanto seus aspectos ambientais, quanto suas necessidades econômicas percebe-se que a atividade turística aliada à interpretação do patrimônio trabalhadas em Tilden (1977), pode ser implantada em Parques Nacionais, favorecendo assim sua manutenção, valorização e conservação, desde que ocorra de forma planejada, resultando assim na menor absorção de seus aspectos negativos e na maximização de seus impactos positivos.

A necessidade em identificar a tipologia da atividade no processo de planejamento, é justificada pela ampla gama de características que cada segmento exige para que seja considerado, de fato, um atrativo turístico, e não mais um atrativo em potencial. Pretende-se, assim, propor oportunidades através do Turismo para a população residente no entorno do Parque Nacional dos Campos Gerais – PR (PNCG), caracterizado pelo enfoque do Ecoturismo.

De acordo com Soifer (2005), o Ecoturismo permite a realização do desejo em se encontrar com a natureza fora dos bosques e jardins projetados nas cidades. Para estes turistas, o contato com o ambiente *in natura*, ouvindo os cantos dos pássaros, a beleza em visualizar as tonalidades das flores que nascem de forma aleatória, o ar puro para ser respirado e a biodiversidade da natureza, impossíveis de serem captados no espaço urbano, representam os componentes essenciais para o re-estabelecimento da tranquilidade e equilíbrio interior.

Assim, pode-se observar que Soifer (2005) discorda ou não reconhece os estudos de Boullón (1997) para o planejamento do espaço turístico. Para este autor, que conceitua os diferentes tipos de espaço entre: real, potencial, cultural, artificial, vital, natural virgem e o natural adaptado, entende-se a possibilidade do Ecoturismo também possa ser oferecido no interior das cidades, pois o espaço natural adaptado é descrito como “partes da crosta terrestre em que predominam as espécies do reino vegetal, animal e mineral, sob as condições que o homem lhe estabeleceu”² (BOULLÓN, 1997, p. 64).

Exemplifica-se esta possibilidade através da recuperação de áreas descaracterizadas de sua ordem natural com o plantio de espécies endêmicas, resultando no que autor considera como o natural adaptado. Neste caso, a “adaptação” consiste na decisão do homem onde devem nascer as árvores, cabendo as forças da natureza fazê-las crescerem. Este processo

² Tradução livre do autor, refere-se ao original em espanhol “son las partes de la corteza terrestre donde predominan las especies del reino vegetal, animal y mineral, bajo las condiciones que le ha fijado el hombre”.

ocorreu no entorno da Lagoa da Conceição na ilha de Florianópolis – SC, onde evidencia-se que a atratividade Ecoturística deste local não foi comprometida, sendo que muitos dos visitantes da ilha sequer percebem tal alteração.

Em relação ao conceito adotado pelo Ministério do Turismo conceitua este segmento como:

Ecoturismo é o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (BRASIL, 2010a, p. 17).

Entendendo, portanto, que o Ecoturismo é um segmento capaz de produzir um novo dinamismo na organização espacial, tanto para a melhora da região com a implantação de novos serviços e infra-estrutura, como também para possibilidade de especulação imobiliária, por exemplo, apóia-se em Santos (1997) quando o autor salienta que a configuração territorial dos espaços e as relações sociais constantemente construídas e reconstruídas, são necessárias para a formatação do espaço turístico, compreendendo assim, as transformações ocorridas nas destinações.

Estando o Ecoturismo vinculado ao contato direto entre visitantes e a natureza, a localização e o entorno do PNCG favorecem a multiplicação dos seus efeitos para que a comunidade residente também seja beneficiada e incluída pela atividade, conforme contextualizada em Brasil (2010a). Stigliano (2009, p. 68) relaciona uma importante consideração sobre a distribuição dos efeitos positivos deste ramo, ao estabelecer:

A questão que se coloca é como impedir a concentração de benefícios nos níveis social e espacial, pois a socialização das perdas no modelo de desenvolvimento que não o sustentável é marcante. Levando-se em conta que o turismo pode reproduzir, tal como qualquer outro setor, as contradições dos processos de desenvolvimento, ressalta-se a pouca importância que tem sido dada à participação direta das comunidades nos projetos, planos e programas voltados ao seu desenvolvimento.

A atração que o Ecoturismo tem provocado no mundo é crescente. Os motivos são rotineiramente atribuídos à fuga do estresse vivenciado nos grandes centros urbanos, o contato com pessoas e a busca pelo verde e a apreciação da natureza, discutidos por Soifer (2005). Indo além da compreensão sobre a demanda, Boo (2001) trata de dois principais impactos positivos que o segmento produz na destinação, sendo: o desejo constante dos administradores em procurar levar um número cada vez maior de visitantes a parques e reservas, o que deve constar como objetivo dos atuais e futuros gestores do PNCG, e o outro,

a questão das comunidades próximas a áreas protegidas, beneficiadas pela ampliação de oportunidades de emprego trazidas com o Turismo.

Contudo, a autora ainda destaca outros impactos, que devem ser estudados e avaliados, buscando o equilíbrio entre a conservação e o desenvolvimento, ao esclarecer:

O impacto teórico do ecoturismo é bem conhecido. Os *custos* potenciais são a degradação do meio ambiente, as injustiças e instabilidades econômicas, as mudanças socioculturais negativas. Os *benefícios* potenciais são a geração de receita para as áreas protegidas, a criação de empregos para as pessoas que vivem próximo a essas áreas e a promoção de educação ambiental e de conscientização sobre a conservação (BOO, 2001, p. 34).

Sabendo que os projetos turísticos com enfoque em áreas naturais pertencem ao grupo de atividades que incentivam as pessoas a zelarem este patrimônio, entende-se também que se faz necessário certo grau de organização para a absorção dos benefícios gerados (BRANDON, 2001).

Esta organização pode se dar de variadas maneiras, desde que estejam focadas no comum acordo entre as necessidades / oportunidades geradas com a atividade e em consonância com os desejos da comunidade local. Não seria prudente, por exemplo, estimular uma família a atuar como intérpretes em trilhas ou em um centro de visitantes, caso não tenham este interesse, fazendo-a de forma inadequada, pois se este contato inicial realizar-se de maneira não cordial, todo o passeio estará comprometido.

Portanto, a vontade em participar do Turismo deve ser despertada de acordo com as aptidões e habilidades existentes em cada pessoa da comunidade. Somente desta maneira, a comunidade local irá compreender, respeitar e garantir seu crescimento com serviços destinados aos visitantes. Western (2001, p. 20) vai além e prevê ainda que a “conservação e o turismo que neguem os direitos e interesses das comunidades locais estão fadados ao fracasso, quando não considerados totalmente ilegais”.

Ainda que existam outras formas desta participação local, como é o caso do Turismo Rural e o Turismo Ecológico, o Ecoturismo vai além de utilizar o patrimônio natural. Suas responsabilidades ampliam-se para o patrimônio cultural, buscando construir uma consciência ambiental em seus praticantes, preocupando-se com a qualidade de vida das populações de entorno e com a sustentabilidade local.

Outro segmento passível de ser comercializado na área do Parque Nacional dos Campos Gerais – PR, e que se sabe que já está em utilização de forma não institucionalizada é o Turismo de Aventura.

Este segmento representa um diferente ângulo da atividade, sendo praticado nas mais variadas modalidades e por pessoas com idades diversas, devendo também compor o amálgama de alternativas no PNCG.

A busca por desafios que envolvem a natureza pode ser compreendida através separação que a população dos grandes centros tem com os espaços naturais. Oliveira (2005) classifica este distanciamento como uma tentativa moderna em vivenciar as aventuras que faziam parte do cotidiano das pessoas no passado, sendo desta vez, uma experiência desejada, onde não se pode prever os sentimentos e sensações despertadas no final de uma escalada ou um percurso de *rafting*³, por exemplo.

Este ramo do Turismo tem sido definido pelo MTur (2005, p. 9) como um:

Segmento de mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacional, em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre, que envolvam riscos controlados exigindo o uso de técnicas e equipamentos específicos, adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e sócio-cultural.

Esta visão do segmento demonstra a possibilidade da prática de atividades que “tragam” adrenalina também em áreas urbanas, com atividades como escalada *indoor*, pistas para *mountain bike* ou piscinas com ondas artificiais para surfistas (MARINHO, 2005). Contudo, Boo (2001, p. 33) salienta que os visitantes “estão se tornando cada vez mais aventureiros, mais ligados à natureza e mais participativos quando viajam”. Assim, nota-se que o Turismo de Aventura possui uma dimensão maior quando praticado em áreas naturais, pois esta possui variáveis não contempladas nas cidades.

Corroborando com esta preposição, Uvinha (2005, p. 269) concorda ainda que o efeito expansivo deste segmento tenha como causa direta o aumento percentual do interesse pelo Ecoturismo, o qual o autor classifica como uma “expressiva relação oferta/demanda da prática de aventura, sobretudo no ambiente natural”. Contudo cabe a ressalva de que estes segmentos não estão conectados de forma indissociável, podendo ser praticado apenas uma das modalidades em locais que ofereçam ambas as opções.

O cenário brasileiro apresenta-se favorável para a prática do Turismo de Aventura, por possuir em sua extensão áreas naturais com diversidade de flora e fauna, relevos acidentados e paisagens cênicas que permitem inúmeras atividades, além de contar com o apoio privado através empresas especializadas já instaladas no mercado e o interesse da esfera pública para alcançar visitantes internacionais (MOREIRA, 2009).

³ A prática de *rafting* refere-se à descida de corredeiras de rios utilizando botes infláveis.

Tratando-se de situações em ação no mercado turístico, o Estado do Paraná tem estimulado a prática do Turismo de Aventura em quatro roteiros, denominado: “Corredores das Águas”, onde é possível a prática de vôos duplos em asa delta e passeios em lanchas; “Cataratas & Caminhos ao Lago de Itaipu”, disponível para passeios nas águas do Rio Iguaçu e trilhas no Parque Nacional do Iguaçu; “Litoral do Paraná”, com *rafting* e canoagem, e ainda; “Campos Gerais”, com opções de rapel, tirolesa, arvorismo e *cascading*⁴ (PARANÁ, 2012).

Figura 2 - Prática de arvorismo no Parque Nacional do Iguaçu



Fonte: SECRETARIA DE TURISMO DO PARANÁ (2012).

De acordo com o diagnóstico elaborado por Moreira (2009) sobre o Parque Estadual de Vila Velha – PR (PEVV) e seu entorno, que também abrange áreas do Parque Nacional dos Campos Gerais, verificou-se a possibilidade em realizar 13 modalidades do Turismo de Aventura, classificadas de acordo com os Grupos de Trabalho da Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura (ABETA), vistas no Quadro 2:

⁴ *Cascading* ou cachoeirismo consiste na descida de rapel pelo leito de cascatas ou cachoeiras.

Quadro 2 - Potencialidades do Turismo de Aventura no PEVV e entorno

Modalidade	Definição	Potencial no entorno	Nos limites do PEVV
Arvorismo	Atividade praticada no topo das árvores, com auxílio de cordas e equipamentos de escalada;	Sim	Sim (Furnas)
Balonismo	Atividades praticadas com balões;	Sim	Sim
Canionismo	Exploração de <i>canyons</i> , envolvendo rapel, cachoeirismo, escalada, etc;	Sim (Cachoeira da Mariquinha)	Sim (Rio Quebra-Perna)
<i>Caving</i>	Exploração de cavernas;	Sim (Caverna das Andorinhas e Gruta Olhos D'água – Castro)	Não (Não há cavernas nesta UC)
Caiaking	Atividades praticadas com caiaques;	Sim (Represa dos Alagados)	Não (Lagoa Dourada muito frágil para a modalidade)
Cachoeirismo	Descidas de cachoeiras através de técnicas de rapel;	Sim (Cachoeira da Mariquinha)	Sim (Rio Quebra-Perna)
Escalada	Subida em paredes de rocha através de técnicas verticais;	Sim (Buraco do Padre, Cachoeira do Rio São Jorge e áreas com o Arenito Furnas)	Não (Arenito Vila Velha muito friável para a modalidade)
<i>Mountain Bike</i>	Atividade que utiliza bicicleta em vários tipos de terrenos;	Sim	Sim
Rapel	Descidas com a utilização de cordas e cadeirinha	Sim (Cachoeira do Rio São Jorge e áreas com o Arenito Furnas)	Não (Arenito Vila Velha muito friável para a modalidade)
Tirolesa	Travessia por cabos aéreos	Sim	Sim
<i>Hikking</i>	Caminhadas curtas, sem pernoite	Sim	Sim
<i>Trekking</i>	Caminhadas longas que exigem pernoite em seu curso	Sim	Sim
Cavalgadas	Passeio a cavalo	Sim	Sim

Fonte: Adaptado de MOREIRA (2009).

A autora salienta ainda que de todas as atividades com potencial para comercialização, a única atualmente explorada é o *hikking*, sendo que as modalidades de arvorismo e *mountain bike* já estavam previstas no Plano de Manejo do PEVV, elaborado em 2004. Sabe-se também que algumas atividades são praticadas há alguns anos nesta região, como a escalada, o rapel e o cachoeirismo. Entretanto, acidentes são freqüentes e não há empresas afiliadas à ABETA que utilizam estes locais (MOREIRA, 2009).

Contudo, o segmento de aventura envolve riscos e sua execução exige preparo técnico e equipes capacitadas para eventuais acidentes que possam ocorrer. Como o serviço é oferecido por empresas que exploram o *trade*, certificações de segurança, checagens de equipamentos móveis e fixos devem estar constantemente sendo revistas e atualizadas, além da capacitação permanente dos prestadores, cabendo ao poder público, interceder através da fiscalização e do monitoramento da infra-estrutura.

Por outro lado, um segmento bastante recente e com grande potencial de desenvolvimento na região dos Campos Gerais e não apenas nos limites do PNCG é o Geoturismo, atividade esta que deve crescer nas próximas décadas e representar em conjunto com o Ecoturismo e o Turismo de Aventura, as principais motivações de visitas no Parque Nacional dos Campos Gerais – PR.

Não existe um consenso fechado sobre o Geoturismo, mas observa-se na problematização sobre as definições discutidas por Moreira (2011), caminhos que apontam características comuns ao segmento. Os benefícios gerados com o Geoturismo extrapolam os limites conceituais importando até mesmo em um desafio para defini-lo em sua plenitude. Pode-se dizer que dentro deste segmento, podem coexistir produtos de interesses diversos em harmonia e equilíbrio com o meio ambiente, população local, patrimônio histórico, cultural, imaterial, sustentabilidade, entre outros.

Para fins de elucidação teórica, acompanha-se neste trabalho a reflexão sobre o termo a partir de Moreira (2011, p. 28-29), onde a atividade é considerada como “uma segmentação turística sustentável, realizada por pessoas que têm interesse em conhecer mais os aspectos geológicos e geomorfológicos de um determinado local”.

As atividades disponíveis em Geoparques⁵, como são chamados os locais onde existe patrimônio geológico, proporcionam opções para visitantes com os mais diversos anseios, de acordo com suas naturais possibilidades, podendo ser citados: a busca por “adrenalina” e aventura, interação com o patrimônio histórico, observação de pássaros (*birdwatching*), contato com sítios geológicos e arqueológicos, conhecimento da biodiversidade e cultura, estudos científicos, relação direta com a comunidade local, entre outros.

O Geoturismo possui também o cuidado em permitir que todas as pessoas possam sentir-se atraídas ao entrarem em contato com o patrimônio geológico, sem que sejam necessariamente estudiosos ou pesquisadores do assunto. O *Arouca Geopark*, em Portugal, oferece aos seus visitantes programas com perspectivas conceituais do local, abrangendo temas como: Geologia, Biologia, Geografia e cultura por meio de saídas a campo.

Neste Geoparque é possível ainda realizar atividades de aventura, como *GeoRafting* modalidade que alia a explicação histórica sobre a formação do rio com o esporte, escaladas

⁵ Conceitua-se um Geoparque como um território de limites bem definidos, com uma área suficientemente grande para servir de apoio ao desenvolvimento socioeconômico local. Deve abranger um determinado número de sítios geológicos relevantes ou um mosaico de aspectos geológicos de especial importância científica, raridade e beleza, que seja representativo de uma região e da sua história geológica, eventos e processos. Além do significado geológico, deve também possuir outros significados, ligados à ecologia, arqueologia, história e cultura (UNESCO, 2006 apud MOREIRA, 2011).

em paredes naturais para a prática de montanhismo e caminhada por 14 diferentes trilhas, das quais 10, contam com pontos de interesse Geoturístico (AROUCA GEOPARK, 2012).

Toda esta gama de oportunidades resulta na formatação de um produto turístico diferenciado, comprometido com o desenvolvimento comunitário e que amplia seus efeitos ambientais, socioculturais e econômicos da região como um todo. Ciente destes impactos e visando facilitar o processo de gestão e promoção do patrimônio geológico, foi criado no ano 2000 a Rede Européia de Geoparques, sendo posteriormente criada a Rede Global de Geoparques em 2004, sob o aval da UNESCO.

Sobre o conceito de rede, apropria-se neste trabalho o enfoque da Teoria Geral da Administração (CHIAVENATO, 2002) que a sistematiza de forma que esta permita alcançar novas realidades mercadológicas. Assim, as redes articuladas de forma horizontal, onde os concorrentes estabelecem alianças temporárias visando obter vantagens competitivas sobre destinos similares representam uma importante estratégia para o Turismo.

Para esta atividade, a cadeia produtiva no formato de *clusters*, que são o conjunto de empresas localizadas em um mesmo espaço geográfico e que beneficiam-se mutuamente por esta proximidade e os Arranjos Produtivos Locais (APL), que são aglomerações de empresas ou agentes das esferas econômica, cultural, ambiental, social ou política com vínculos específicos para determinado fim, como podem ser exemplificados através da capacitação de colaboradores, pesquisas ou promoção local.

Estas duas formas de organização em rede permitem que micro ou pequenas empresas tenham maior probabilidade de sucesso em momentos de crise, além de potencializar a eficiência empresarial no Turismo, gerando novos postos de trabalho, elevação da qualidade de vida e no desenvolvimento local.

Em relação aos recursos geológicos, embora sejam suficientemente relevantes para o desenvolvimento do Geoturismo no Brasil, o país conta na atualidade com apenas um Geoparque no Ceará, o Geopark Araripe. Os esforços para ampliar a quantidade destes locais podem ser visualizados através Schobbenhaus e Silva (2012), onde novos 17 Geoparques são propostos, dispostos em todas as regiões, conforme se observa na Figura 3.

Figura 3 - Propostas para a criação de Geoparques no país



Fonte: SCHOBENHAUS e SILVA (2012).

A proposta que envolve a criação de um Geoparque na região dos Campos Gerais amplia a oferta de produtos turísticos oferecidos pelo Paraná, que apesar de contar com roteiros oficiais nesta região, seus aspectos geológicos são pouco utilizados. Este segmento, portanto, pode representar também uma fonte de incremento no número de visitantes no interior do Estado.

Assim como o Ecoturismo, este segmento valoriza a comunidade local e estimula a preservação de suas manifestações culturais, sendo de grande potencial benéfico para os moradores desta região. Desta forma, aborda-se no próximo tópico considerações sobre as oportunidades locais geradas através da atividade turística.

Cabe ressaltar também que, o segmento científico do Turismo deverá estimular a entrada de grande percentual de visitantes no Parque Nacional dos Campos Gerais, como pode ser observado em demais Unidades de Conservação esparsas por todo o globo.

A respeito desta modalidade da atividade, Beni (2004, p. 431) esclarece que o Turismo científico “refere-se ao deslocamento de turistas potenciais que se dirigem a grandes centros universitários com manifesta atuação no setor de pesquisa e desenvolvimento. Também chamado de turismo acadêmico, turismo de estudo e turismo de especialidade”.

Ainda que o autor estabeleça o destino dos visitantes como universidades, a motivação do deslocamento para a realização de pesquisas extrapola a questão institucional, sendo que cada vez mais valoriza-se e busca-se compreender os fatores sejam ambientais, culturais ou sociais que determinam o interesse de estudo.

Neste sentido, a biodiversidade e geodiversidade, que serão detalhadas no capítulo específico sobre o PNCG, formam os principais motivos em potencial para a prática desta modalidade do Turismo.

Por fim, destaca-se também o papel do Turismo Rural como oportunidade de mercado para as comunidades de entorno. Neste sentido, o planejamento poderá consistir na tarefa de agregar novos serviços e modalidades de passeio aos visitantes que já estejam na região para conhecer o Parque Nacional dos Campos Gerais, aproveitando assim, a atratividade e os esforços promocionais lançados pela gestão do Parque, para ampliar a oferta da própria Unidade de Conservação.

Em relação ao conceito deste segmento, o Ministério do Turismo o conceitua como:

Turismo rural é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (MTUR, 2010, p. 18).

De acordo com as Orientações Básicas para a formatação do Turismo Rural (MTUR, 2010, p. 18), verifica-se o reconhecimento do MTur pela tríade de atividades desta modalidade através da oferta de serviços, equipamentos e produtos turísticos, sendo citados: hospedagem; alimentação; operação e agenciamento; transporte de visitantes; recepção à visitação em propriedades rurais; recreação, entretenimento e atividades pedagógicas vinculadas ao contexto rural; eventos e; outras atividades praticadas no meio rural e que existam em função do turismo ou se constituam no motivo da visitação.

Pode-se entender que o Turismo Rural oferece ao visitante não somente a oportunidade de desfrutar das particularidades das propriedades rurais, mas também das peculiaridades da região, tendo como principal interesse do turista as atividades produtivas, pela natureza e pelo modo de vida, que proporcionam um distanciamento da rotina cotidiana do espaço urbano.

Destaca-se em relação a atividades diferenciadas na região da comunidade de Biscaia, o cultivo de folhosas pelo método da hidroponia, que consiste na técnica de se produzir plantas sem a necessidade do solo. Neste sentido verifica-se a possibilidade do visitante deparar-se com o cotidiano rural, conhecer métodos tradicionais de cultivo de um lado e técnicas modernas de outro, fazendo com que aprenda e valorize este ambiente.

1.3 COMUNIDADE LOCAL: CONCEITOS E DEFINIÇÕES

O termo comunidade vem assumindo diferentes significados de acordo com várias funcionalidades que passou a abranger na atualidade, fazendo com que seu entendimento, por vezes, fragilize-se conceitualmente ao ser evocado para contextualizar ao mesmo tempo: bairros, associações, agrupamentos religiosos, segmentos sociais ou mesmo as redes de relacionamento virtuais (PERUZZO; VOLPATO, 2009).

No pensamento social de Buber (1987) têm-se uma noção da comunidade contemporânea como elemento consciente e racional exercido pelas pessoas, afim de que possam viver em conjunto com outros para viver de forma plena. O termo significa para o autor a “multiplicidade de pessoas, de modo que sempre seja possível para qualquer um que a ela pertença estabelecer relações autênticas, totais, sem finalidades... de modo que exista tal relação entre todos os membros” (BUBER, 1987, p. 87). Esta comunidade estaria fundamentada em escolhas pessoais, que não estariam necessariamente embasadas em graus de parentesco ou espacialidades territoriais, conforme descreve:

Assim a humanidade que teve sua origem em uma comunidade primitiva obscura e sem beleza e passou pela crescente escravidão da “sociedade”, chegará a uma nova comunidade que, diferentemente da primeira, não terá mais como base laços de sangue, mas laços de escolha. Somente nela pode o antigo e eternamente novo sonho se realizar. E mais, a unidade instrutiva do homem primitivo que foi dividida e decomposta, durante tanto tempo, voltará sob novas formas em um nível superior e sob a luz de uma consciência criadora e, assim, a nova comunidade será fundada ao mesmo tempo entre os homens e no indivíduo (BUBER, 1987, p. 39).

Contudo, ao se pensar em comunidade sob a ótica da Geografia, novas considerações são geradas, principalmente no que tange a delimitação espacial das comunidades em detrimento aos virtuais limites que representam a transição desta, com a sociedade de forma geral.

Esta dualidade pode ser vista sob diferentes matrizes acadêmicas, onde ora o território é seu conceito chave, ora não. A possibilidade de diferentes interpretações corrobora com a posição adotada por Cosgrove (1989) e Gomes (2009, p. 27), onde se discute que “a geografia existe em qualquer fenômeno em que haja uma ordem de dispersão espacial. A unidade não provém do tipo de fenômeno, mas do tipo de pergunta”.

Neste sentido, a interpretação sobre comunidade pode estar apoiada no que se refere à sua funcionalidade, seja através das relações sentimentais e identitárias ou por sua estrutura. Para Biddle (1972, p. 88), o termo representa “o sentido do bem comum que uma localidade ou população pode ser ajudada a alcançar”. O autor salienta que não existe, em sua concepção, um núcleo fechado que iniba a inclusão ou exclusão de limites territoriais para designar uma comunidade, pois esta abrangência estaria condicionada à experiência de seus moradores adquirida de acordo com os problemas que enfrentam, caracterizando-a, portanto, como uma comunidade de agrupamento funcional.

A compreensão no que tange aos aspectos sentimentais, ou de pertencimento são exploradas em Castells (1999) e Hall (1999), que enxergam nos fatores homogeneizantes da globalização, o estímulo para o fortalecimento de traços locais, formadores da identidade cultural, que por sua vez estão distantes da maioria étnica dominante. Hall (1999) explica esta função através de uma bússola simbólica, que fornece aos indivíduos uma orientação para sentirem-se pertencentes a um determinado grupo e para retornarem às suas origens quando necessitarem afirmar suas identidades.

Considerando a obra “A identidade cultural na pós-modernidade” (HALL, 1999), têm-se um novo apontamento teórico para os indivíduos expostos aos efeitos globais da cultura na atualidade. Para o autor, os efeitos previstos pelos filósofos da Escola de Frankfurt não ocorreram como esperado. Através de uma linha histórica traçada por Hall a respeito das mudanças mundiais e seus efeitos nas identidades dos indivíduos, contextualiza-se um novo sujeito, chamado de pós-moderno.

Neste sujeito, o hibridismo cultural e o fundamentalismo serão as marcas desta nova fase. O fundamentalismo deverá ser a resposta de grupos que não recebem da mesma forma os produtos do mercado mundial, enquanto àqueles com maior exposição à indústria cultural

deverão cada vez mais, participar de identidades fragmentadas entre seus traços locais e características homogeneizantes.

Por sua vez, a comunidade estabelecida através de sua estrutura, respeitando limites, estes de maneira diferenciada aos conceitos da Geografia física, pode ser encontrada em Smith (1971, p. 112), onde:

Embora seus limites não figurem nos mapas geográficos ao lado dos cursos d'água, vertentes e outros lamentavelmente chamados "fenômenos naturais", seus limites estão indelevelmente estampados na mente e na memória dos habitantes locais. São de fato os limites que determinam efetivamente a área de participação social, de interesses e identificação mútuos e as atividades coletivas de vários tipos. Por isso é importante pensar na comunidade como uma parte específica do mundo, da nação ou do Estado, cujos residentes compreendem que estão no mesmo barco da vida. Em consequência dessa situação, eles são impelidos a trabalhar não só no sentido da família e da vizinhança, mas do bem-estar do grupo.

Conforme proposto, a delimitação espacial pode assumir um caráter simbólico, ainda que esteja inserida em uma esfera política de maior grau, como pode ser o caso de um município ou estado. Bourdin (2001) reconhece que os limites de uma localidade são múltiplos, onde pequenas formas de organização, como a vizinhança ou um bairro podem servir de referência, de acordo com o contexto que está sendo submetido.

Devido às diversas possibilidades de balizamento teórico que auxiliarão na compreensão do fenômeno investigado sob a ótica do Turismo, percebe-se que se faz também necessário sobre a questão local, já que este apresenta uma dinâmica específica e em constante reconstrução, como é salientado em Santos (2006) a partir:

da consideração do espaço como um conjunto de fixos e fluxos. Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam (SANTOS, 2006, p. 38).

Assim, torna-se de comum acordo aceitar que o local possui características peculiares, provocando emoções que envolvem laços de familiaridade e vizinhança, agregando consigo valores identitários, históricos, de hábitos e linguagens em comum (PERUZZO; VOLPATO, 2009).

Em Bourdin (2001) têm-se que a localidade por vezes é apenas uma demarcação política que respeita questões históricas ou técnicas. Em outros casos, ela adquire um sentido simbólico, responsável por encontros entre moradores e a existência de especificidades sociais

e culturais. Esta percepção é compartilhada por Peruzzo e Volpato (2009, p. 146) onde “a noção de local engloba desde aspectos técnicos (...) até diversidade sócio-cultural”.

Desta forma, a fundamentação teórica apoiada neste trabalho congrega a noção de comunidade exposta em Smith (1971) e de local defendida por Santos (2006) e Bourdin (2001), ao entender que a comunidade e o local são conceitos entrelaçados, onde não seria prudente analisar as oportunidades para seus moradores isolando-os do contexto territorial que estão inseridos, portanto, de cunho geográfico.

Corrobora-se com este enfoque teórico a legislação vigente, onde a disposição de licenciamento de empreendimentos também leva em consideração a dimensão espacial no que tange as unidades de conservação e suas respectivas Zonas de Amortecimento⁶ (ZA), conforme é disposto em Estatuto de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e retificado pela Resolução nº 428, de 17 de dezembro de 2010 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que resolve:

Art. 1º O licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental que possam afetar as Unidades de Conservação (UC) específica ou sua zona de amortecimento (ZA), assim considerado pelo órgão ambiental licenciador, com fundamento em Estatuto de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), só poderá ser concedido após autorização do órgão responsável pela administração da UC ou, no caso das Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN), pelo órgão responsável pela sua criação.

§ 1º Para efeitos desta Resolução, entende-se por órgão responsável pela administração da UC, os órgãos executores do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, conforme definido no inciso III, art. 6º da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

§ 2º Durante o prazo de 5 anos, contados a partir da publicação desta Resolução, o licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, localizados numa faixa de 3 mil metros a partir do limite da UC, cuja ZA não esteja estabelecida, sujeitar-se-à ao procedimento previsto no caput, com exceção de RPPN's, Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e Áreas Urbanas Consolidadas.

A resolução nº 428/2010, que determina a anuência da Unidade de Conservação para a construção de empreendimentos com significativo impacto ambiental (Anexo 1) até 3 quilômetros (km) contados a partir de seu limite, revogou a resolução nº 13/1990, onde era inicialmente previsto a distância de 10 km. Assim, mesmo as novas UCs que são criadas com base na Lei nº 9.985/2000, onde é estabelecido como zona de amortecimento de 500 metros, predomina-se a resolução do nº 428/2010 do CONAMA para este tipo de instalação.

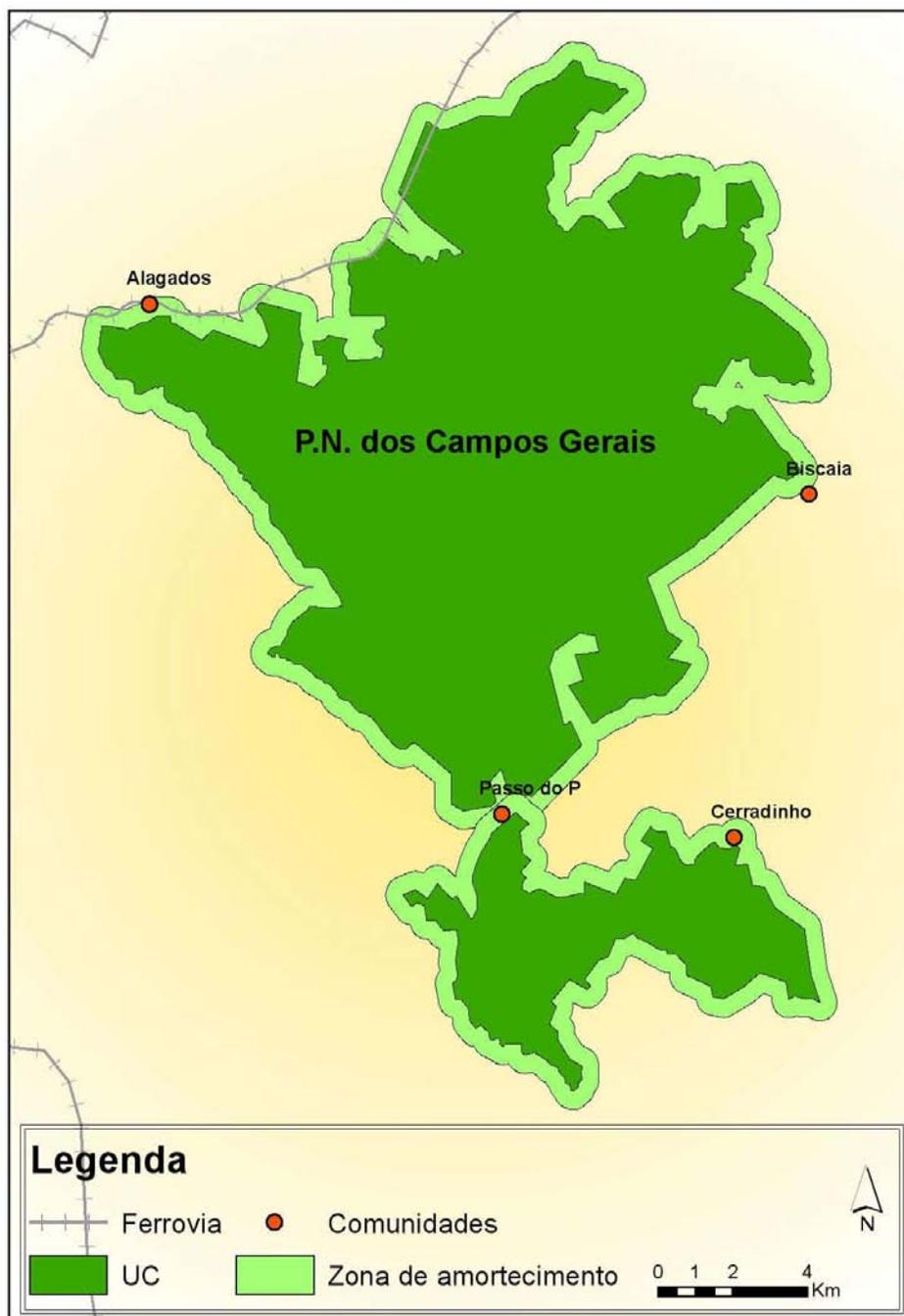
⁶ A zona de amortecimento situa-se no entorno de uma unidade de conservação e tem como objetivo filtrar ou diminuir os efeitos externos, como poluição e atividades econômicas de alcançarem a área protegida (BRASIL, 2000).

Conforme é detalhado na resolução nº 428/2010, percebe-se que os empreendimentos que exigem a necessidade de elaboração do EIA/RIMA, possui em sua maior parte, a necessidade de grandes investimentos e participam do setor primário da economia. Para as atividades terciárias, como é o caso do Turismo, a legislação atenta-se para grandes complexos edificados, a exemplo de parques temáticos, portanto, deixando de se enquadrar no segmento de Ecoturismo de base comunitária.

Por este motivo, utiliza-se como recorte espacial nesta pesquisa, a determinação do SNUC e do Decreto s/nº, de 23 de março de 2006, que cria o Parque Nacional dos Campos Gerais, e que estabelecem o limite de 500 metros como zona de amortecimento, para a consideração da área como entorno desta Unidade de Conservação.

Assim, as comunidades que se enquadram nesta área territorial, contados a partir dos limites descritos pelo Decreto de criação do PNCG, são respeitadas por este estudo, a saber: Passo do Pupo, Cerradinho, Biscaia e Alagados, dispostas espacialmente conforme é ilustrado na Figura 4.

Figura 4 - Disposição das comunidades nos limites do entorno do PNCG – PR



Fonte: GARCIA, 2012.

As comunidades de Biscaia, Cerradinho e Passo do Pupo estão localizadas no Distrito de Itaiacoca, região rural do município de Ponta Grossa – PR, distando aproximadamente de 35 quilômetros do seu centro. A regularização deste distrito no âmbito jurídico se deu através da Lei nº 203 de 03/01/1909 pela cidade de Ponta Grossa, e, de acordo com o último Censo

Demográfico realizado pelo IBGE (2011), este distrito possui 3.102 moradores, sendo dividido entre 1.672 homens e 1.430 mulheres.

De acordo com o levantamento realizado por Silva (2008), a ocupação territorial e início de povoamento referem-se a meados do século XVIII, com a solicitação de posse destas terras por ricos habitantes de São Paulo, principalmente.

Contudo, esta história sobre a ocupação de Itaiacoca é contada a partir de tempos mais antiga pelos registros da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. De acordo com o município, que se apóia no historiador Reinaldo Emanuel Hansen:

A ocupação de Itaiacoca, deu-se pela mestiçagem entre europeus e tupi-guaranis que ortougou ao elemento local traços e portes físicos diversos: há os de olhos claros (descendentes diretos de europeus), os mulatos (devido a influencia do negro com a mão-de-obra escrava), os cablocos (mistura direta de europeus e índios) e os bugres (remanescentes dos primeiros habitantes da região). Essa população alegre e hospitaleira, cuja convivência familiar e a amizade com os vizinhos traz a tona muitas histórias, contos, causos que são passados de pai para filho (PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, 2012).

Neste contexto, as áreas do distrito que pertenceu à sesmaria de Conceição, sob responsabilidade do então capitão Mor Pedro Taques de Almeida, teriam sido gradativamente divididas entre herdeiros da família, que posteriormente também foram comercializadas para imigrantes de maioria européia e de outros estados do país (PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, 2012).

A história da ocupação de Itaiacoca datando a partir da década de 30, foi objeto de investigação de Glinski (2006), ao analisar os impactos sociais, culturais e econômicos sofridos e causados pela migração de descendentes de poloneses no Paraná: o exemplo de Itaiacoca. Neste trabalho, a autora realiza uma leitura com ênfase na aculturação que os imigrantes poloneses sofreram e causaram ao entrar em contato com os caboclos que já habitavam esta região.

Percebe-se neste estudo a grande mudança de rotinas hábitos cotidianos com a permanência de poloneses, vindos do bairro de Umbará na cidade de Curitiba – PR para o distrito de Itaiacoca.

A mudança, de acordo com a autora, foi motivada pelo desejo de manter uma vida camponesa para futuras gerações, onde os pais costumavam comprar um lote de terra para cada herdeiro e que, em Curitiba, custava muito dinheiro. A solução encontrada se deu através da aquisição de áreas em locais mais distantes, que conseqüentemente eram mais baratas.

Além disso, Glinski (2006) reconhece que os impactos culturais dessa aproximação de imigrantes e caboclos geraram perdas e trocas para ambos os grupos, destacando para os poloneses, as dificuldades de locomoção para percorrer grandes distâncias e as condições naturais da localidade, que dificultava o acesso à água e terras diferentes das quais eram habituados a cultivar. Por outro lado, para os caboclos foram expostos as transformações nos modos de comércio e de produção, com o aprendizado de novas técnicas de cultivo.

Esta percepção sobre a cultura local, que hoje se encontra miscigenada, sendo pouco evidente uma separação de moradores da região de Itaiacoca por traços étnicos demonstram uma cultura homogênea, onde as tradições do passado dão vez a novas formas de expressão, trabalho e socialização, como aponta Hall (1999) para o hibridismo cultural. Os riscos desta nova relação residem principalmente no esquecimento ou até mesmo o não reconhecimento dos indivíduos sobre sua história, tendo as formas globais de expressão, comunicação e lazer, como características desta nova identidade.

Com o passar do tempo, as grandes propriedades foram sendo subdivididas, por motivos de busca por locais mais produtivos, comercialização, pela ocupação em áreas marginais e de repartição por conta de heranças familiares, o que resultou no aparecimento de novas regiões, como: “Barra Grande, Biscoia, Cerrado Grande, Campinas, Caeté, Imbuia, Mato Queimado, Princesa do Ribeirão de Cruz, Rio de Dentro, Roça Velha, Rio Bonito, Cerradinho, Sete Saltos, Anta Moura, Carazinho, Passo do Pupo, Conceição, Caçador dos Casemiros, Lagoa dos Pintos, Bairro dos Ingleses, entre outros” (SILVA, 2008, p. 101).

Neste contexto, as três comunidades foram constituídas inicialmente de forma semelhante, onde as maiores diferenças na atualidade residem na infraestrutura básica. O Passo do Pupo e o Biscoia são os locais com maiores privilégios neste sentido, sendo necessária manutenção e ampliação da oferta. Estes locais contam com acesso asfaltado em pista simples, via esta pouco sinalizada e muito sinuosa (Rodovia do Talco – PR 513), energia elétrica e abastecimento de água em todas as residências, iluminação pública na rodovia de acesso, transporte público coletivo, telefone público, igreja, cemitério e alguns estabelecimentos comerciais. A comunidade de Biscoia, ao norte do Distrito, conta ainda com uma escola pública.

De acordo com Souza (2000), em seu estudo “Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no Estado do Paraná”, em relação aos solos da comunidade do Passo do Pupo, são observadas características muito variadas, tanto em termos de profundidade, quanto sobre a fertilidade natural. Estes solos apresentam uma elevada acidez, o que torna o seu manejo muito mais delicado exigindo um constante acompanhamento técnico e científico.

A paisagem presente demonstra um amálgama de pecuária extensiva, de agricultura e de locais de exploração turística.

No que se refere às características socioeconômicas da comunidade, pode-se afirmar que existem propriedades rurais de tamanhos pequenos, médios e grandes, que produzem grãos e à exploração pecuária, e em alguns casos, têm sua utilização vinculada apenas à recreação. A população residente é formada majoritariamente por agricultores. Parte dessa população também tem membros das famílias trabalhando na cidade para aumentar a renda familiar, o que culmina na administração das propriedades por mulheres, já que os homens estão inseridos em trabalhos externos à exploração agrícola na maior parte do tempo (SOUZA, 2000).

A comunidade rural de Biscaia, na região norte do distrito, caracteriza-se por uma infra-estrutura considerável, tendo como dois pontos problemáticos a água, não tratada e a destinação do esgoto, onde não existe ainda, qualquer previsão de obras para a instalação deste sistema.

Com relação aos aspectos sociais e econômicos, a maioria dos seus residentes está envolvida em atividades relacionadas à mineração, e, assim como na região do Passo do Pupo, também existem famílias que não vivem na comunidade, sendo as suas propriedades destinadas ao lazer e recreação para finais de semana (SOUZA, 2000).

Souza (2000) tece também uma consideração sobre a população jovem de Biscaia. Segundo levantamento do autor, estes frequentemente deslocam-se para o município de Ponta Grossa visando estudar em estabelecimentos de ensino de qualidade e buscar ocupações em ramos de atividade formais que lhe garantam registro em carteira profissional, bem como prover de forma complementar ou integral fontes de rendas para manutenção de suas famílias.

Como estes jovens não têm a intenção de abandonar a propriedade de seus pais, por representarem um excelente local de moradia, onde a tranquilidade inexistente nos grandes centros pode ser desfrutada nestas comunidades, existe neste sentido, grande possibilidade de absorção destas pessoas pelo *trade* a ser instalado nestes locais para a exploração turística, necessitando para tanto, maiores investigações sobre este assunto.

Na região de Itaiacoca existem duas escolas instaladas, sendo a Escola Municipal Professora Maria Eulina e a Escola Estadual Basílio Antunes. Contudo as escolas necessitam de reformas, ampliação e manutenção, cabendo ao poder público maiores atenções a estes locais.

Por sua vez, a comunidade do Cerradinho apresenta condições inferiores às previamente citadas, sendo dependente destas. O acesso a esta região se dá por via não

pavimentada a partir do Passo do Pupo, pela PR-090. O local possui cemitério, igreja e infraestrutura básica, que não inclui rede de telefonia.

Por ser menor em relação ao número de habitantes se comparado ao Passo do Pupo e ao Biscaia, o local caracteriza-se com um pequeno vilarejo, com casas muito próximas uma das outras. Destacam-se na comunidade o Sr. Ney de Meira e seu filho Neymar de Meira Albach, por apresentarem ideais ambientalistas, mesmo possuindo terras na área do Parque Nacional dos Campos Gerais, posicionam-se a favor da preservação deste, principalmente pela proteção das nascentes de água e pela vegetação natural.

Percebe-se ainda no Cerradinho uma certa organização política, que inclui associação dos moradores abrangendo as comunidades: Fazenda Paiquerê, Haras Tainá, Mina, Cerradinho, Cerrado Grande, Eleotério e Lavrinha, associação esta que conta com Sr. Neymar de Meira Albach como seu presidente e o Grupo de Terceira Idade local, sob responsabilidade da Sra. Jacira Gomes. Destaca-se sobre este Grupo, o interesse em vincular a produção de doces artesanais como um produto de referência desta comunidade para a vinculação com a atividade turística do Parque Nacional dos Campos Gerais. Cabe ressaltar que não foi possível tornar a entrevista realizada com o Sr. Neymar Albach como referência para as práticas subsequentes de campo por esta associação não abranger as demais comunidades abordadas por este estudo.

Em relação ao sistema de saúde, estas comunidades ainda encontram-se dependentes do município de Ponta Grossa, já que o atendimento em Itaiacoca é realizado por médico que, mesmo residindo neste distrito, limita-se a atender apenas uma pessoa por família, a cada semana.

Sobre melhorias em Itaiacoca, de acordo com a notícia publicada pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa em 28 de março de 2013, todos os moradores do distrito de Itaiacoca deverão receber um sistema pioneiro de telefonia fixa e internet, beneficiando assim, não apenas as comunidades detalhadas neste estudo, mas que irá abranger aproximadamente 900 famílias de toda a região (PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, 2013).

Por sua vez, a comunidade do Alagados, possui características que a difere das demais. A origem do local remete-se ao represamento do Rio Pitangui, formando um lago artificial que ficou popularmente conhecido como Alagados. Distanto a aproximadamente 20 km do centro da cidade, este local é utilizado por moradores como área de lazer, sem que exista um adequado planejamento para esta prática.

O acesso à comunidade que classifica-se como entorno do PNCG se dá por via não pavimentada, e que apesar de pertencer à uma área de preservação ambiental, construções de

particulares predominam ao redor da represa, onde também está localizado o Iate Clube de Ponta Grossa.

Contudo, a maioria das construções edificadas no local tem caráter de lazer, utilizadas como casas de veraneio e para finais de semana. Assim, as deficiências estruturais apontadas nas demais comunidades pesquisadas, como a falta de sinalização, transporte público, educação e cobertura médica assistencial também são encontradas nesta região.

Destaca-se que esta comunidade possui características diferenciadas das demais. A ocupação do espaço na atualidade se dá por proprietários externos ao local, cabendo aos moradores com menor poder aquisitivo atuar como empregados destes e a construir suas casas distantes deste núcleo. Não se pode afirmar neste trabalho, sobretudo por falta de referencial bibliográfico que a pressão imobiliária foi responsável por esta nova caracterização do espaço, contudo, esta parece ser uma hipótese válida.

Assim, visando compreender a questão que envolve a participação de moradores locais como participantes e colaboradores da atividade turística, explora-se no próximo tópico a posição que o Ecoturismo de base comunitária pode exercer para contribuir na melhoria da qualidade de vida destas populações, através da geração de ocupação, renda socialização e preservação de hábitos e costumes locais.

1.4 ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

De uma maneira geral, o Ecoturismo de base comunitária refere-se ao segmento do Turismo no qual a comunidade local organiza-se e passa a oferecer produtos e/ou serviços aos visitantes, tendo como principais impactos a valorização local, a geração de benefícios econômicos e a oportunidade de estreitamento de laços afetivos entre os moradores, que atuam em conjunto para que todos os membros da comunidade possam ganhar com a atividade.

De acordo com *World Wild Found for Nature – WWF* (2003), o levantamento potencial do Ecoturismo representa uma fundamental etapa no processo de planejamento do local, podendo abranger uma comunidade, região, entorno ou área protegida. Diante disto, busca-se neste tópico, compreender as formas de interação comunitária com a atividade turística, seus impactos e modelos de gestão.

Em documento publicado em conjunto pelo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo – MICT e do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da

Amazônia Legal – MMA (1994), percebe-se que a atenção dada às comunidades de entorno, já estava prevista pelo Grupo de Trabalho Interministerial que desenvolveu os trabalhos que culminaram na elaboração das Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, em 1994.

Para os objetivos desta Política (MICT/MMA, 1994, p. 21), onde a participação comunitária faz parte das ações estratégicas, destacam-se:

- promover e estimular a capacitação de recursos humanos para o ecoturismo;
- promover, incentivar e estimular a criação e melhoria de infra-estrutura para a atividade de ecoturismo;
- promover o aproveitamento do ecoturismo como veículo de educação ambiental.

Desta forma, sabendo que o Ecoturismo está intimamente relacionado com a educação e a interpretação ambiental, uma vez que o visitante desfrutará ainda mais do passeio ao entender a formação natural e/ou as relações de uso historicamente formadas no local. Assim, ao abordar o planejamento com base na interpretação proposto por Tilden (1977) e Goodey (2002), indica-se que representantes locais auxiliem neste processo, como forma de melhor relacionar e entender o patrimônio.

Esta visão atenta-se ao fato de que a comunidade possa fazer o elo entre os planejadores e os visitantes, ressaltando as condições que trarão benefícios a esta. Portanto percebe-se que se amplia uma gama de oportunidades para a utilização destes aspectos com potencial para ampliar o interesse do fluxo emissivo, nos mais diferentes segmentos do Turismo. Contudo, este diferencial atrativo não deve ser interpretado como uma forma de resistência à modernidade pelas comunidades, mas sim como um modelo de comportamento, de rituais simbólicos e relações interpessoais singulares a outras localidades, por isso, motivo de respeito e conhecimento e inserção na atividade.

Neste sentido, a inclusão de representantes comunitários merece atenção, pois, caso os destinos que apóiam e se promovem a cooperação local não reconheçam os impactos que os moradores serão submetidos, podem ocorrer perdas no modo de viver, onde procurar-se-á apenas agradar ao turista, acarretando assim, em uma artificialização da paisagem. De acordo com estudos de Farias (2002, p. 65), pode-se compreender a maneira em que os agentes da comunidade podem contribuir com o Turismo:

É sabido que as comunidades constroem representações cognitivas, mapas mentais que orientam suas atividades cotidianas. Outras representações cognitivas se formam para tornar compreensivas as experiências e a relação com o meio ambiente e a cultura. Com essas representações, as pessoas reinventam seus mundos, mantendo ou transformando o legado de seus antepassados.

Desta maneira, entende-se que o Turismo não irá transformar uma localidade visando apenas para seu uso, mas irá sim, valorizar seu potencial de acordo com as experiências que a comunidade local julgar relevante e apta à comercialização, podendo alocar demais recursos que contribuirão para manter esses centros em atividade cotidiana, o que acaba enriquecendo ainda mais a experiência do visitante (VINUESA, 2004).

Esta experiência remete-se ao contraste de destinações já massificadas, também conhecidas como não-lugar. Pode-se explicar este conceito através de Rodrigues (1997, p. 32), onde: “produz-se no espaço global um lugar, que nega o local, sendo, portanto, um não-lugar. Nesse caso o turista viaja falsamente, sem sair do seu lugar, quase nada acrescentado à sua experiência pessoal”. Assim, comparando os efeitos da globalização atual, destinos com propostas diferentes a aqueles em que podem ser encontrados em qualquer estado ou nação, tendem a destacarem-se e a crescerem, auxiliando assim na economia dessas destinações.

Assim, o envolvimento da comunidade local, ou de representantes definidos pelos próprios moradores do núcleo receptor deve ser estimulado e suas decisões necessitam serem respeitadas e vinculadas no planejamento turístico da destinação. Através desta condição, os objetivos do Ecoturismo começam a ser alcançados, já que os visitantes esperam sair de suas casas para apreciarem espaços alheios à sua vida cotidiana, com traços culturais próprios e dinâmicas de relações sociais singulares que ampliem o universo da viagem (MEIRELLES FILHO, 2005).

Além disso, a comunidade local precisa estar consciente e de acordo com as mudanças que irão acontecer no seu cotidiano, desta forma haverá uma diminuição ou como é desejável, uma anulação da repulsa pelo fluxo contínuo de pessoas entre suas moradias, que trazem novos hábitos, geram mais resíduos, provocam uma sensação de superioridade por estarem “sempre” em férias, etc.

Preocupado com esta questão, o WWF (2003) publicou em sua cartilha “Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: Ferramentas para um planejamento responsável” algumas considerações acerca da capacitação comunitária para o atendimento ao visitante, visando à qualidade do serviço e o benefício dos moradores. Concorda-se ainda com a visão deste órgão sobre a comunidade local, quando explica que:

Pessoas da comunidade que têm conhecimentos sobre as áreas naturais podem contribuir no desenvolvimento e na operação do produto ecoturístico. Podem ainda ser capacitados para atuar como guias ou assistentes de pesquisas de campo, pois ninguém conhece melhor sua área do que o próprio morador. Portanto, além de ser fonte de informações, a comunidade local pode contribuir na busca de informações.

Deve ser ainda uma das maiores beneficiadas pelas pesquisas. Para isso deve ser consultada e informada sobre a proposta da pesquisa e ter acesso aos respectivos resultados (WWF, 2003, p. 417).

Com o reconhecimento, portanto, da população residente no núcleo receptor sobre os fatores que estarão expostos em conjunto com os visitantes, cientes dos benefícios gerados pelo Turismo e suas implicações planejadas de curto em longo prazo, inicia-se o processo de sustentabilidade, vital para o Ecoturismo.

A preocupação demonstrada pelo WWF (2003) é pertinente no que tangencia a minimização dos efeitos negativos e direciona trabalhos em campo. Esta valorização pelo local e sua busca de dados que correspondem à realidade vivida por estas pessoas são grandes diferenciais neste segmento.

De acordo com Ruschmann (1997), este impulso tem um efeito positivo contra o que a autora denomina como uma falta de “cultura turística”, onde os visitantes estariam condicionados ao entendimento que seu tempo livre é sagrado e por terem pago, independente da quantia, podem usufruir como bem entendem do local visitado. Ruschmann (1997, p. 23) demonstra esta vertente ao comentar:

Outras formas de turismo estão sendo propostas, a fim de conter os impactos negativos da atividade e, além do (...) turismo brando e tranquilo, recebem a denominação de “alternativo”, “responsável”, “ecológico” e, mais recentemente, de “turismo sustentável”. (...) o que os caracteriza são as viagens individuais, as atividades relacionadas com a natureza, o alojamento em estabelecimentos, com serviços personalizados e, às vezes, até realizado pelos próprios turistas.

A complexidade sobre questão que envolve a comunidade local em áreas naturais protegidas, motivou diversos debates para a compreensão do fenômeno, que nem sempre foi consenso no início das ações que envolveram a criação das primeiras unidades de conservação. De acordo com Brito (2000, p. 28):

Na década de 70, a comunidade internacional começou a voltar os olhos para os crescentes conflitos que envolviam populações e áreas naturais protegidas. Muitos grupos étnicos, especialmente na África, haviam sido desalojados para implantação de áreas naturais protegidas, o que gerou conflitos de diversas ordens, os quais, em muitos casos, permanecem até hoje sem que haja muitas perspectivas de solução.

Esta problemática foi tema de discussão da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em 1972, que deixou como legado, grandes avanços no que tange a degradação ambiental, analisando-a sob a ótica de um processo que extrapola fronteiras e que sofre ação de assuntos políticos, econômicos, culturais e sociais (BRITO, 2000).

A continuidade em busca pelo equilíbrio entre desenvolvimento e sustentabilidade, a UNESCO, através do Programa *Man and Biosphere Programme* (MAB), representou o início do diálogo entre a presença humana em unidades de conservação, como co-responsáveis pela gestão das reservas da biosfera, através de sua participação em capacitações e projetos de pesquisa nestes locais (UNESCO, 2008).

O governo brasileiro reconhece a importância da comunidade local como ativos na promoção do Turismo, no âmbito de serviços ou no oferecimento de produtos. Neste sentido o MTur considera esta modalidade pertencente ao segmento “Turismo de base comunitária” (BARTHOLO; SANZOLO; BURSZTYN, 2009). Zaoual (2009) discorre sobre este novo cenário como uma resposta à massificação da atividade promovida através do barateamento de custos dos transportes, onde a quantidade se distanciou da qualidade dos atrativos oferecidos. De acordo com dados empíricos trabalhados pelo autor, a demanda global cada vez mais rejeita o Turismo de massa e ao deslocamento de grandes distâncias.

De uma maneira ampla, Beni (2004) avalia os aspectos sócio-culturais envolvidos em uma determinada região como um item a ser estudado dentro do Sístur, pois o Turismo acarretará em uma transformação social onde estiver atuando e, ao focar o âmbito ambiental, o autor estimula a avaliação constante sobre os impactos sofridos neste singular patrimônio, bem como seu uso em harmonia com aquilo que a comunidade local deseja que seja valorizado e reconhecido.

Assim, entende-se que o Turismo de base comunitária pode contribuir para o uso sustentável dos aspectos imateriais presentes em determinadas destinações, desde que seja planejado de forma a oferecer os benefícios de maneira equânime para toda a população local, seja no interior ou no entorno de destinações onde esta participação esteja comprometida com objetivo de consolidar seus efeitos sociais.

Tendo consciência destes aspectos, nota-se que diversos são os exemplos e estudos sobre o envolvimento da comunidade com o Turismo, como forma de inclusão social em conjunto com a preservação da natureza, em Parques Nacionais.

No Parque Nacional da Chapada Diamantina – BA, esta participação dos moradores representou também uma sensibilização sócio-ambiental local, onde, através dos trabalhos desenvolvidos pela Associação de Condutores de Visitantes do município de Lençóis (ACVL), em conjunto com o poder público, iniciativa privada e terceiro setor, a comunidade recebeu capacitação sobre os conceitos da EA, noções básicas de condução, geologia, botânica, meio ambiente, arqueologia e história nacional, regional e local (PINTO, 2008).

Cabe destacar, que, para aqueles que desejam ingressar na atividade turística dentro desta unidade de conservação, o candidato deve ser aprovado em teste teórico e prático sobre condução. Existem associados que vão além do trabalho de guias, mas também atuam como educadores, brigadistas voluntários e em equipes de resgate quando ocorrem acidentes (PINTO, 2008).

De acordo com Pinto (2008), a ACVL tem como objetivos, além da condução no Parque Nacional, proporcionar aos turistas uma consciência ambiental para o Ecoturismo, assegurando também a sustentabilidade cultural e econômica da região como um todo.

Contudo, para Oliveira (2009) as mudanças que ocorreram sobre a dinâmica econômica dos moradores e ambiental da Chapada Diamantina são vistos como impactos negativos do Turismo, ao comentar que a atividade acarretou em:

uma mudança drástica na forma de vida dos cidadãos locais, antes habituados ao garimpo que agora se vêem na condição de “atração turística”, adaptando-se ao novo tipo de sistema, vendendo sua cultura, sua arte, suas iguarias e alugando seu espaço como mercadoria. Os impactos ambientais estiveram presentes na Chapada Diamantina de uma forma muito clara com a extração mineral, agora esses impactos são de certa forma, menores, porém em longo prazo tendem a ser alarmantes (OLIVEIRA, 2009, p. 4).

Embora suas considerações estejam também presentes em Brito (2005), a reflexão sobre as mudanças do tipo de trabalho desenvolvido pelos moradores, deve-se ressaltar que atividades relacionadas à extração de minérios, representam danos que muitas vezes são irreversíveis para o meio ambiente e com ciclo de vida limitado. Por outro lado, as tradições, a cultura e relações sociais firmadas entre os membros da comunidade tendem a permanecerem no cotidiano destas pessoas, já que este produto é estimulado e valorizado pelo Ecoturismo.

Outros exemplos são vistos no Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, que possui projetos que envolvem a comunidade e que podem ser adaptados e implantados em outras UCs. De acordo com o seu plano de manejo, mesmo atividades vistas como incompatíveis com a preservação ambiental, como é o caso da pesca e a agropecuária também são estimuladas em conjunto com o desenvolvimento do artesanato local e a educação ambiental.

A pesca, realizada de forma artesanal, foi a principal atividade econômica praticada na ilha até 1988, contando com a ajuda financeira do governo federal para seu desenvolvimento (ICMBio, 2013). Na atualidade, espera-se que a atividade possa ser ordenada e executada de forma sustentável, possibilitando que os moradores possam ser beneficiados economicamente. Para tanto, a pesquisa científica assume a responsabilidade em

investigar a demanda por este produto, difundir novas técnicas de pesca, capacitar os pescadores e realizar estudos de impacto ambiental para que a exploração extensiva não prejudique a reprodução das espécies capturadas.

Do mesmo modo, o incentivo à atividade agropecuária é previsto como um produto necessário para atender uma demanda cada vez mais carente de produtos frescos e com preços acessíveis, se comparados com os alimentos trazidos de Pernambuco (ICMBio, 2013). Em estudo preliminar, identificou-se que:

A comunidade local, durante o processo de planejamento participativo indicou a agricultura como uma atividade importante para a segurança alimentar da ilha, em casos de emergência; não chegada de navio ou de quantidade insuficiente para o abastecimento interno. Além disso, a agricultura é a atividade mais antiga e tradicional da ilha, tendo alto valor de preservação cultural (ICMBio, 2013, p. 212).

Assim, as duas atividades que podem ser inicialmente vistas com prudência, ou até mesmo inconcebíveis para uma UC adquirem uma nova formatação e possuem viabilidade social, econômica e ambiental.

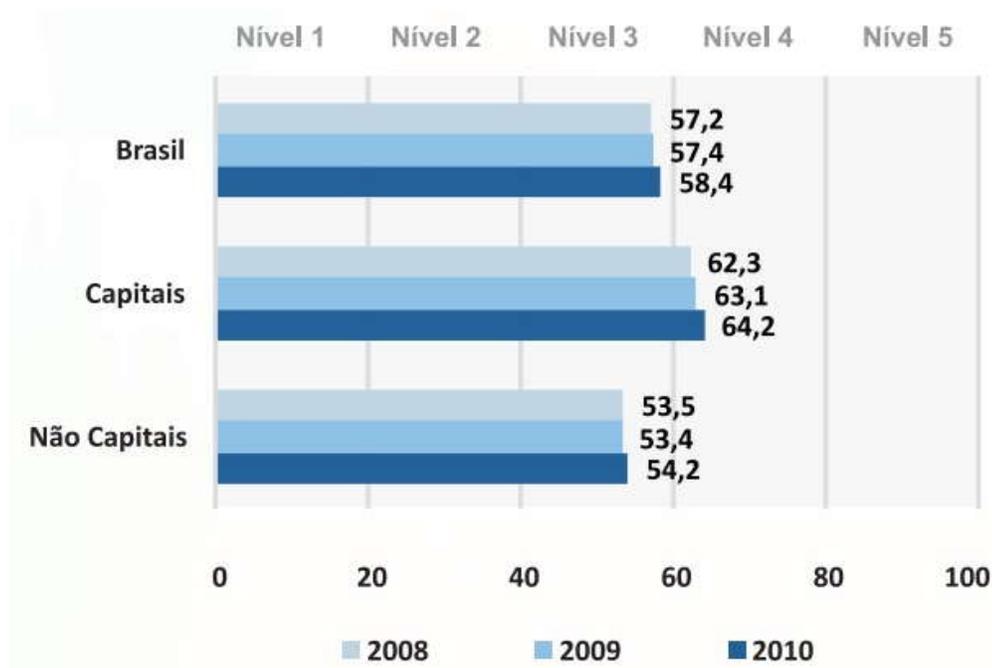
Além disso, buscando uma aproximação com a comunidade local acerca dos impactos relativos ao Turismo, o ICMBio disponibiliza palestras gratuitas há mais de 13 anos, que ocorrem diariamente e com assuntos que envolvem o ecossistema do arquipélago, unidades de conservação e Ecoturismo (MOREIRA; ROBLES; BELLINI, 2009). Na opinião de dez palestrantes entrevistados a respeito dos resultados alcançados neste evento, todos concordam em serem responsáveis por educar e conscientizar os participantes, além de acreditarem em provocar alguns benefícios nos moradores locais, de ordens: “sociais (81,1%), econômicos (90,9%) e ambientais (100%) (MOREIRA; ROBLES; BELLINI, 2009).

Portanto, é visto que a criação de Parques Nacionais não está associada à exclusão comunitária local e consequente descaracterização cultural de sua paisagem. O uso indireto destas unidades de conservação visa, sobretudo, proporcionar melhorias sociais no seu entorno e permite que novas oportunidades de renda sejam estabelecidas com a exploração sustentável destes locais.

Corroborando com esta posição a análise elaborada pelo Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional (2010). Neste relatório, é identificada uma evolução no triênio 2008-2010 em relação à melhora nacional, por capitais e não capitais sobre as dimensões ambiental (legislação municipal de meio ambiente, rede pública de coleta e tratamento de esgoto, UCs no município, etc.), cultural (produção cultural associada ao Turismo, patrimônio histórico e cultural, implantação

de projetos de Turismo Cultural, etc.) e social (acesso à educação, empregos gerados pelo Turismo, uso de atrativos e equipamentos turísticos pela população, sensibilização e participação na atividade turística, etc.), conforme pode ser observado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Evolução da preocupação acerca dos aspectos sociais



Fonte: FGV/MTur/SEBRAE, 2010.

Entretanto, a participação local não deve ser utilizada como serviço obrigatório para visitantes que entram em contato com Unidades de Conservação, podendo comprometer a qualidade da destinação e o prazer dos turistas. Para isto, os meios interpretativos não personalizados devem ser desenvolvidos para o passeio auto guiado e o acompanhamento personalizado, deve ser estimulado para enriquecer o passeio daqueles que se sentem mais atraídos pelo contato com áreas de conservação através da interpretação realizada por guias de turismo.

Além disto, a obrigação de guias para realizar visitas deve se restringir aos locais de difícil acesso ou por sua formação, apresentar sensibilidade que possa alterar suas características naturais ou até mesmo destruí-las. O exemplo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros – GO indica esta tendência, que em 2013 passou a permitir a entrada de visitantes em suas principais trilhas sem a obrigatoriedade de condutores. Mesmo assim, algumas UCs como o Parque Nacional de Sete Cidades – PI necessitam melhor adaptarem-se, visto que:

Atualmente é obrigatório que a visita aos monumentos seja acompanhada por guia, no entanto, a infra-estrutura existente possibilita a recusa do acompanhamento por alguns visitantes. (...). Os visitantes sobem em todas as rochas que possuem acesso, e o resultado desta facilidade está refletido em algumas rochas quebradas e pinturas rupestres riscadas (ICMBio, 2013, p. 27).

Ainda que o plano de manejo deste Parque Nacional tenha sido desenvolvido em 1979, este não sofreu alterações até a atualidade, cabendo à visitação dos turistas estar atrelada ao acompanhamento obrigatório do condutor, conforme indicado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

A participação da comunidade pode ser estimulada de diferentes formas, atuando diretamente com o visitante ou não. O monitoramento de trilhas, de atrativos e impactos ambientais são exemplos de atividades fundamentais para o funcionamento de uma Unidade de Conservação e que demandam pessoas para realizá-los.

De forma direta, visando tanto proteger os aspectos ambientais da destinação, quanto às necessidades econômicas da comunidade, percebe-se que a atividade turística aliada à educação ambiental e à interpretação do patrimônio, pode ser trabalhada em Parques Nacionais, favorecendo assim, sua manutenção, valorização e conservação, de forma planejada e em conjunto com as diretrizes sustentáveis, resultando assim na menor absorção de seus aspectos negativos e na maximização de seus impactos positivos.

Tendo consciência sobre a problemática que envolve a utilização de espaços naturais, enquanto um recurso escasso e em processo constante de deterioração, vem sendo discutida ao longo das últimas décadas, provocando nos últimos anos objeto de maior interesse também da sociedade civil, diversos estudos têm sido desenvolvidos sobre este tema. Os principais elementos constituintes deste problema são oriundos do próprio modo de organização social, onde se preconiza o infinito acúmulo de capital.

Os reflexos mais facilmente identificáveis deste problema são: a desigualdade social, aumento nas taxas de desemprego, esgotamento de matéria-prima não renovável, perda tanto da biodiversidade como da geodiversidade⁷, entre outros. Assim, o interesse pela Educação Ambiental (EA) também merece destaque, pois com esta atividade a capacitação constante de visitantes em UCs colabora para a construção de uma consciência ambiental nestes sujeitos.

A respeito da Educação Ambiental, sabe-se que a preocupação no país tem início a partir da criação do Programa Nacional de Educação Ambiental (Pronea) em 1984 e a

⁷ Entende-se como geodiversidade, os aspectos não vivos presentes no planeta, bem como a evolução natural destes aspectos que atualmente estão originando novas formas. (BRILHA, 2005).

inclusão deste item no texto da Constituição Federal de 1988. Entre 1992 e 1997 a Educação Ambiental passa a compor agendas de discussão em todo o Estado tendo grande influência por parte da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) – a Eco 92.

Este panorama proporcionou a criação do Órgão Gestor da Política Nacional da EA, em conjunto com o Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente, em 2003 (CARVALHO, 2006).

De acordo com a Lei nº 9.795/99, que trata da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), considera-se educação ambiental:

os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Diante do entendimento e da ciência de que toda ação gera impacto, entende-se que a educação ambiental precisa ser colocada em prática seja por meios formais ou não-formais de capacitação por todas as pessoas que estão ou entrarão em contato com sítios, parques ou unidades de conservação, uma vez que estes espaços possuem fragilidades que podem sofrer diferentes níveis de degradação, oscilando entre às camadas mais leves até as irreparáveis (BAPTISTA; AMARAL, 2011).

Desta forma, devido à abrangência e importância que a Educação Ambiental proporciona, verifica-se que sua atuação em conjunto com demais áreas do conhecimento, tais como a Ecologia, a Biologia, a Geografia, o Turismo, etc., resultará na ampliação seus benefícios, uma vez que ao tratar este tópico de forma transversal, a absorção de seus conceitos e da responsabilidade sócio-ambiental será maximizada. Corroborando com esta consideração, Loureiro (2009, p. 53) afirma que “o educador ambiental, ao implementar processos interdisciplinares e ao trabalhar com temas geradores, não pode isolá-los da realidade complexa que os formam”.

De forma a complementar os preceitos da Educação Ambiental, observa-se também que a interpretação do patrimônio poderá contribuir como uma ferramenta transformadora de comportamentos e atitudes ao vincular esta com os produtos turísticos, seja este ambiental, edificado ou cultural, analisado sob a ótica de um atrativo.

Entende-se o conceito de atrativo turístico através de Beni (2004, p. 302) onde o termo refere-se a “todo lugar, objeto ou acontecimento de interesse turístico que motiva o

deslocamento de grupos humanos para conhecê-los”. Para melhor segmentar o conceito de atrativo ambiental, o autor cita alguns exemplos, como serras, chapadas, dunas, etc.

No caso de Unidades de Conservação, os atrativos identificáveis como potenciais produtos turísticos capazes de serem trabalhados em conjunto com função interpretativa podem ser sintetizados pelo: Ecoturismo, trilhas, Geoturismo, *birdwatching*, atividades de contemplação e prática de esportes radicais. Portanto, entende-se que muitas as opções para o uso da interpretação do patrimônio para agregar conhecimento ao visitante e gerar um novo serviço dentro de UCs.

De acordo com Tilden (p. 8, 1977), considerado pioneiro no estudo da interpretação do patrimônio, conceitua-se este serviço como: “uma atividade educativa que visa revelar significados e relações através da utilização de objetos originais, da experiência e por meios ilustrativos, ao invés de simplesmente comunicar a informação factual”⁸.

A interpretação, de acordo com o autor, deve estar intimamente em contato com a emoção e os sentimentos das pessoas, de tal modo que seja possível para o visitante reconhecer o âmbito coletivo da biodiversidade local, sendo aquele espaço mais do que uma fonte de matéria-prima, mas um elemento de vida.

Esta tendência tem sido utilizada em diversos projetos e estudos, o que demonstra sua importância para o desenvolvimento sustentável de Unidades de Conservação. Tendo por fundamento que o serviço de interpretação distingue a ciência da arte, ressalta-se que este trabalho deva transmitir emoção nas mensagens expostas, envolvendo assim os sentimentos dos visitantes (TILDEN, 1977).

Diante deste contexto, Murta (2002) destaca o exemplo de *Stonehenge* na Inglaterra, atrativo de construção e funcionalidade incerta ainda na atualidade. Neste local, através do uso de audíofones, os visitantes podem escutar histórias e indicações que ajudam a entender o sítio, com informações sobre as rochas, lendas e hipóteses geradas ao longo de estudos e pesquisas. Este meio interpretativo, disponível em vários idiomas, amplia o olhar do visitante, podendo ser utilizado por crianças e adultos, fazendo-os aprender com esta experiência.

Podem ser citados diversos meios interpretativos, utilizando alta tecnologia, placas, painéis, sinalizações, entre outros. Alguns casos como a Trilha do Jubileu em Londres, a sinalização urbana em Antonio Prado – RS e os painéis interpretativos espalhados por locais históricos na Inglaterra (MURTA; ALBANO, 2002), são bons exemplos. Infelizmente no

⁸ Tradução livre do autor. Refere-se ao original em inglês: “An educational activity which aims to reveal meanings and relationships through the use of original objects, by firsthand experience, and by illustrative media, rather than simply to communicate factual information” (TILDEN, 1977, p. 8).

Brasil ainda são poucos os trabalhos de sinalização e de painéis interpretativos nos mesmos moldes europeus ou americanos, predominando o uso de placas e *folders* com muito texto e poucas imagens, incapazes de prender a atenção do visitante.

A interpretação tem a capacidade de oferecer uma nova apresentação dos atrativos turísticos para o visitante, sobretudo em locais de natureza ambiental. Muitas vezes, ao se deparar com paredões rochosos ou formas de relevo, por exemplo, o turista desconhece o significado e a importância daquele local. Neste momento as ferramentas interpretativas entram em ação, inspirando, informando e educando os visitantes.

Neste processo, moradores de áreas ao redor de locais com interesse turístico podem ser capacitados, fazendo com que o segmento do Ecoturismo contribua tanto na sustentabilidade ecológica quanto na sustentabilidade econômica. Contudo, estas pessoas necessitam ter grande capacidade de absorção de informações e habilidades para repassarem seus conhecimentos com qualidade.

Portanto, entende-se que a criação de Unidades de Conservação, deva assegurar a participação da população local como estratégia de proteção e conservação ambiental, visto que existe um grande distanciamento entre a criação de uma área protegida e sua efetiva proteção (BRITO, 2000). As formas de atuação da comunidade, conforme demonstrados nos diversos exemplos deste tópico indicam que o Parque Nacional dos Campos Gerais – PR tende a ser favorecido com o estímulo, capacitação e participação dos moradores de seu entorno, seja através da instalação da infra-estrutura de apoio para os visitantes ou como mão de obra nos mais diferentes serviços que um Parque Nacional deve oferecer.

2. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O interesse em conservar a natureza, pode ser entendido como uma forma de proteção de exemplos da biodiversidade e da geodiversidade⁹ que será herdada pelas futuras gerações, ao passo em que o ritmo de mudanças provocadas pela ação antrópica é dada em grande escala e muitas vezes impossíveis de serem revertidas.

Esta necessidade motivou diversos encontros mundiais para discutir a problema, onde a partir de 1972 a questão ambiental passa a motivar a composição de organismos, comissões e fóruns especialmente direcionados a esta esfera, conforme se verifica no quadro 3.

Quadro 3 - Eventos voltados ao meio ambiente

<p>1948 – Declaração dos Direitos Humanos Primeira proclamação internacional dos direitos básicos dos indivíduos no que se refere à direitos políticos, econômicos e sociais. A declaração foi aceita, imediatamente, pelos 48 países-membros das Nações Unidas à época, sendo usada como base para a elaboração de muitas constituições ao redor do mundo.</p>
<p>1972 – Conferência de Estocolmo Primeira conferência mundial sobre o homem e o meio ambiente, realizada pela ONU em Estocolmo, na Suécia. Nesta conferência, foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA.</p>
<p>1987 – Relatório Nosso Futuro Comum Enquanto a ex-Primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, presidia a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, foi publicado o relatório <i>Nosso Futuro Comum</i>, que trouxe o conceito de desenvolvimento sustentável para o discurso público.</p>
<p>1988 – Painel intergovernamental sobre mudança do clima O <i>Painel Intergovernamental sobre mudança do clima – IPCC</i> – foi criado pelo PNUMA e pela Organização Meteorológica Mundial para estudar os fenômenos relacionados às mudanças climáticas. O Painel reúne 2.500 renomados cientistas de mais de 130 países. O IPCC faz relatórios com base na leitura técnico-científica sobre as mudanças do clima e estuda os efeitos das alterações climáticas, criando base para o trabalho das demais comissões da ONU.</p>
<p>1992 – Conferência Rio-92 e lançamento da Agenda 21 Na <i>Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e o desenvolvimento</i> foram firmados uma série de acordos, entre elas a <i>Convenção quadro das Nações Unidas sobre mudanças climáticas</i>, a <i>Convenção sobre diversidade biológica – CDB</i> – e a <i>Agenda 21</i>. A <i>Agenda 21</i>, documento que visa à proteção do nosso planeta e seu desenvolvimento sustentável, foi além das questões ambientais para abordar os padrões de desenvolvimento causadores de danos ao meio ambiente. Em 2002, foi realizada nova conferência em Johannesburgo, África do Sul. Esse encontro também é conhecido como Rio + 10.</p>
<p>1995 – 1º COP A <i>Convenção do clima</i> foi criada na Rio-92 com o principal objetivo de reunir os países em um esforço conjunto para estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa em níveis que não impliquem alterações climáticas perigosas. Seu braço executivo é a <i>Conferência das Partes – COP</i> –, que se reúne a cada ano. Na 3ª COP, em 1997, foi criado o <i>Protocolo de Quioto</i>.</p>
<p>2000 – Lançamento das Metas do milênio As <i>Metas do milênio</i> foram estabelecidas durante a <i>Cúpula do milênio</i>, considerada a maior reunião de dirigentes mundiais de todos os tempos, que contou com a participação de representantes de 191 países. As <i>Metas do milênio</i> consistem em um conjunto de oito metas a serem atingidas pelos países signatários da</p>

⁹ Entende-se como geodiversidade, os aspectos não vivos presentes no planeta, bem como a evolução natural destes aspectos que atualmente estão originando novas formas (BRILHA, 2005).

<p><i>Declaração do milênio</i> – incluindo o Brasil – até o ano de 2015.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meta 1 – erradicar a extrema pobreza e a fome; • Meta 2 – atingir o ensino básico universal; • Meta 3 – promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; • Meta 4 – reduzir a mortalidade infantil; • Meta 5 – melhorar a saúde materna; • Meta 6 – combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças; • Meta 7 – garantir a sustentabilidade ambiental; • Meta 8 – estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.
<p>2000 – Carta da Terra</p> <p>A <i>Carta da Terra</i> é um código de normas éticas e morais, com orientações e metas práticas para que a humanidade avance no processo de criar um mundo baseado no desenvolvimento sustentável.</p> <p>Compõe-se de quatro grandes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Respeito e cuidado à comunidade da vida; • Integridade ecológica; • Justiça social e econômica; • Democracia, não violência e paz. <p>Esses quatro grandes temas foram subdivididos em 16 princípios e 60 ações afirmativas.</p>
<p>2003 – Processo de Marrakech</p> <p>Atendendo ao compromisso assumido em Johannesburgo, em 2002, o PNUMA implementou o <i>Programa de 10 anos em consumo e produção sustentável</i> – CPS –, conhecido também como o <i>Processo de Marrakech</i>, cidade em que se adotou o programa.</p> <p>O processo estabelece uma série de iniciativas que promovem o alcance de padrões sustentáveis de consumo e produção alinhados com as necessidades de desenvolvimento social e econômico, mas dentro dos limites da capacidade dos ecossistemas.</p>
<p>2010 – Convenção da Diversidade Biológica</p> <p>A <i>Convenção sobre diversidade biológica</i> – CDB –, assinada por ocasião da Rio-92, tem três objetivos principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A conservação da diversidade biológica; • O uso sustentável de seus componentes; • A partilha justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização de recursos genéticos. <p>A CDB possui o Brasil entre os seus países-membros e é governada pela Convenção das partes – <i>Convention of the parties</i> – COP, que se reúne a cada dois anos. Na reunião da COP 10, realizada no Japão, em 2010, na cidade de Nagoya, província de Aichi, foram definidos cinco objetivos e 20 metas, chamadas Metas de Aichi. Essas metas devem ser cumpridas por todos os países até 2020. Cada país deverá adequá-las a suas realidades e estabelecer suas próprias metas.</p> <p>O objetivo é obter um dado comparativo e evolutivo planetário da aplicação da <i>Convenção da biodiversidade</i>.</p>
<p>2012 – Convenção Rio + 20</p> <p>A Rio + 20 produziu <i>O futuro que queremos</i>, documento oficial do encontro, fruto de consenso entre os representantes dos 193 países participantes.</p> <p>Apesar das críticas ao conservadorismo do documento, atribuído ao contexto de crise econômica internacional, muitos reconhecem que o setor empresarial, que 20 anos atrás esteve praticamente ausente da Rio-92, liderou a realização de compromissos voluntários, reconhecendo o valor do capital natural e comprometendo-se a usar os recursos naturais de forma responsável.</p> <p>No total, foram 692 compromissos voluntários assumidos por empresas, governos e sociedade civil, totalizando mais de 500 bilhões de dólares para o desenvolvimento sustentável.</p>

Fonte: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2013. Organizado pelo autor.

A despeito disto, os trabalhos da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD, publicados no Relatório Nosso Futuro Comum em 1987, alertam para a busca de um equilíbrio no comprometimento dos recursos naturais da Terra, ao observar que:

A humanidade é capaz de tornar o desenvolvimento sustentável – de garantir que ele atenda as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também as suas. O conceito de desenvolvimento sustentável tem, é claro, limites – não limites absolutos, mas limitações impostas pelo estágio atual da tecnologia e da organização social, no tocante aos recursos ambientais, e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos da atividade humana (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 9),

Percebe-se, portanto, que a maximização dos benefícios gerados pelos avanços tecnológicos e um novo paradigma social, debatidos há quase três décadas ainda encontram-se presentes na atualidade, tendo o conceito sobre o desenvolvimento sustentável uma íntima relação com os aspectos defendidos com a criação de Unidades de Conservação (UC).

Assim, com o gradual aumento da preocupação mundial sobre a proteção de áreas naturais, decorrente principalmente da extinção de inúmeras espécies e redução da flora, verificou-se a necessidade de assegurar a proteção de locais com grande relevância ambiental e de suas características originais.

Este contexto contemplou a criação de áreas protegidas, ou, Unidades de Conservação, visando possibilitar a recuperação de áreas naturais e a manutenção de recursos ambientais.

De acordo com a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN, 2012), as áreas com proteção são espaços geográficos definidos, reconhecidos e geridos, através de meios legais com fins de conservação do ambiente. Para o UICN, os parques nacionais são essenciais para a conservação da biodiversidade e para a subsistência das pessoas, especialmente na escala local.

Estima-se ainda, que o conjunto de unidades protegidas em todo o globo seja responsável pelo armazenamento de aproximadamente 15% do total de carbono gerado na Terra, contribuindo assim, para o alcance das metas dispostas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM (UICN, 2012).

A atividade turística somente é inserida no contexto das Unidades de Conservação a partir de 1969 durante a 10ª Assembléia Geral da UICN, onde esta foi recomendada sob condições especiais, fins educativos, culturais e recreativos (BRITO, 2000). Este evento proporcionou uma mudança no pensamento conservacionista, antes visto principalmente para conservar locais com de grande beleza cênica, passam a compor também o interesse dos Parques Nacionais espécies de plantas e animais, sítios geomorfológicos e habitats.

Destaca-se que existem diferenças em relação ao conceito de conservar e preservar, por isto as áreas protegidas são conhecidas como Unidades de Conservação. Enquanto o primeiro visa à utilização racional dos recursos ambientais ou segundo prevê à proteção integral do meio, inferindo a impossibilidade de qualquer ação humana.

Desta maneira, sabendo que a preocupação com a sustentabilidade é um dos principais pilares do Ecoturismo, as Unidades de Conservação representam um produto a ser utilizado pelo Turismo em consonância com o desenvolvimento e o crescimento da população local, agregando valor a esta e permitindo ainda, a preservação e recuperação da natureza.

Esta necessidade fez o Brasil traçar objetivos e percentuais referenciais que indicam o que deve ser preservado e sua área mínima. A partir dos estudos de Oliveira (2012, p. 6), tem-se que na atual base legal do Estado está “pautada nas metas da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), que estabelecia que 10% da área de cada bioma brasileiro deveria ser protegido até o ano de 2010”.

O Brasil foi o primeiro país da América do Sul a assinar a CDB, sendo a nação com a maior diversidade de espécies no mundo com seis biomas terrestre e três grandes ecossistemas marinhos, além de pelo menos 103.870 espécies animais e 43.020 espécies vegetais já catalogadas (BRASIL, 2010b).

A CDB, estabelecida em 1992 durante a ECO – 92, proporcionou a consolidação de diretrizes estabelecidas ao longo dos anos no país, iniciadas em 1934 com o surgimento do primeiro Código Florestal brasileiro, que assim como a Convenção para a Proteção da Flora, Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, aprovada pelo Congresso Nacional em 1948, não desencadearam efeitos positivos na proteção dos recursos naturais do país (BRITO, 2000).

Pode-se compreender o atraso do caso brasileiro com a proteção do meio ambiente ao identificar os diversos órgãos que em substituição à gestão anterior, ou por uma administração por vezes compartilhada entre diferentes organizações públicas, encarregavam-se de elaborar políticas para a conservação ambiental, conforme se detalha no Quadro 4.

Quadro 4 - Histórico de ações protecionistas no país

Medidas / Órgãos Protecionistas	Principais Características
Código Florestal (1934)	Conceituou Parques Nacionais, Florestas Nacionais, Florestas Protetoras e Áreas de Preservação em Propriedades Privadas.
Convenção para a Proteção da Flora, Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América (1948)	Introduziu novas categorias de UCs, sendo: Reserva Nacional, Monumento Natural e Reserva de Região Virgem.
Novo Código Florestal (1965)	Iniciou a separação das categorias de manejo, tendo em um grupo as UCs que não permitiam sua exploração direta (Parques Nacionais e Reservas Biológicas), e aquelas não restritivas (Florestas Nacionais, Florestas Protetoras, Florestas Remanescentes, Reservas Florestais e Parques de Caça Florestais).
Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal – IBDF (1967)	Responsável por orientar, coordenar e executar as medidas necessárias à utilização racional, proteção e conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal.

Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA (1973)	Semelhante ao IBDF, a SEMA tinha como objetivo a conservação do meio ambiente e o uso racional de recursos naturais. Para isso, criou diversas estações ecológicas e áreas de proteção ambiental, que deveriam ser criadas de forma contígua à outra, e, pela primeira vez no país, determinava que as UCs só poderiam ser criadas em terras públicas ou através de desapropriação.
I Etapa do Plano do Sistema de Unidades de Conservação para o Brasil (1979)	Estabeleceu a região amazônica como prioritária para a criação de novas UCs e a necessidade de basear-se em critérios técnicos científicos para definir suas categorias de manejo.
Decreto nº 84.017 (1979)	Promulgação do Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros, que exige a elaboração de planos de manejo em todos os Parnas.
Lei nº 6.931/81	Criou a Política Nacional do Meio Ambiente e estabeleceu o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), sendo este uma forma articulada entre as três esferas políticas para melhorar a qualidade ambiental.
II Etapa do Plano do Sistema de Unidades de Conservação para o Brasil (1982)	Buscou a criação de novas categorias de manejo e definiu os sistemas de unidades de conservação como , enfatizando seu objetivo em proteger a biodiversidade biológica do Brasil.
Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA (1989)	Criado por meio de Lei (7.735) tratou de unificar a política ambiental do país.
Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (2000)	Definiu critérios e normas para a criação, implantação e gestão de unidades de conservação.
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio (2007)	Responsável por executar as ações do SNUC, pode propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União, bem como fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental.

Fonte: BRITO, 2000; BRASIL, 2012. Organizado pelo autor.

Apesar da sucessão de órgãos governamentais incumbidos em desenvolver a política conservacionista brasileira, na atualidade o Brasil destaca-se ao tratar dos índices percentuais de proteção. Entre 2003 e 2008, foi o país responsável por 74% do total mundial de áreas protegidas, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, Rússia e da China em relação ao total da maior área terrestre sob proteção, com 1.423.821 km² (GURGEL et al, 2011).

Respeitando o Artigo 225 da Constituição Federal de 1988, onde é assegurado que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo”, houve a promulgação da Lei nº 9.985/2000, regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.340 que estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (BRASIL, 2002).

O SNUC é regido pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA de forma centralizada, deliberativa e consultiva e, pelo Instituto Brasileiro e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, além dos órgãos estaduais e municipais, como órgãos executores.

Com o SNUC, têm-se a proposta de criação de Unidades de Conservação integradas em sistema, através de uma rede de proteção ambiental, preferencialmente sob locais com

continuidade territorial para que corredores ecológicos sejam criados, sistematizados e organizados, o que proporciona maiores benefícios à biodiversidade, se comparados à criação de UCs isoladas.

Os sistemas gerenciados em rede para áreas protegidas são ainda reconhecidos como instrumentos críticos para a consecução dos objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (UICN, 2012). Portanto, percebem-se avanços do Brasil no campo da conservação da biodiversidade, sobretudo a respeito do modo de criação de novas unidades de conservação.

A proposta de unificação política sobre as UCs brasileiras surgiu em 1989, mesmo ano de criação do IBAMA. Em documento próprio, intitulado Sistema Nacional de Unidades de Conservação, conceituou-se o sistema como:

o conjunto de unidades de conservação devidamente selecionadas, que atendam da forma mais ampla possível aos Objetivos Nacionais de Conservação da Natureza (...), destacando-se particularmente a proteção de parcela significativa de todos os ecossistemas naturais existentes no País, com propósito de preservar populações geneticamente viáveis, representativas do maior número possível de espécies e sub-espécies vegetais e animais, (...) protegendo a diversidade biológica do país (BRASIL, 1989 apud BRITO, 2000).

Este conceito sofreu modificações em relação à definição dada na atualidade pela Lei nº 9.985/2000 do SNUC. Contudo, ainda pode ser visto através do reconhecimento pelo Ministério do Meio Ambiente dos mosaicos¹⁰ de Unidades de Conservação (Anexo 2), onde o propósito destes corredores ecológicos trata principalmente de:

buscar o ordenamento do território, adequar os passivos ambientais e proporcionar a integração entre as comunidades e as Unidades de Conservação, compatibilizando a presença da biodiversidade, a valorização da sociobiodiversidade e as práticas de desenvolvimento sustentável no contexto regional (ICMBio, 2013).

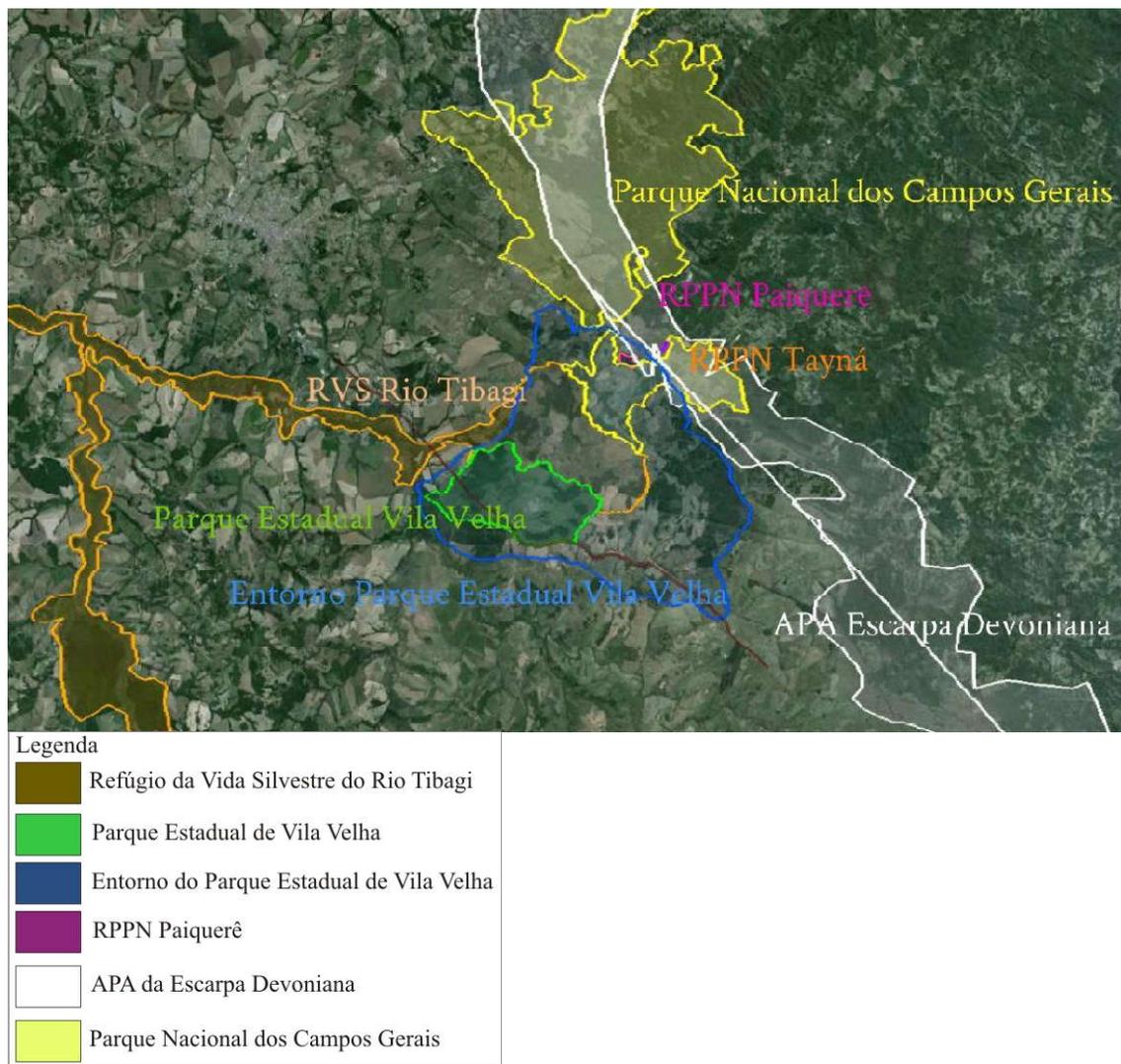
O primeiro mosaico brasileiro de UCs foi criado em 2005 no estado do Piauí, conhecido por Mosaico Capivara - Confunsões. O Paraná conta com um corredor, instituído em 2006 e que abrange áreas de proteção ambiental desde o município de Guaratuba até o litoral sul do estado de São Paulo. Ao todo, são 34 Unidades de Conservação que formam o Mosaico do Lagamar, composto por UCs federais, estaduais e municipais.

¹⁰ Mosaicos ou Corredores Ecológicos são instrumentos que permitem a gestão integrada e participativa de um conjunto de unidades de conservação e suas zonas de amortecimento, que estejam próximas, sobrepostas ou justapostas, sendo admitida qualquer categoria de UC, criadas por qualquer esfera política.

Na concepção da UICN (2012), vincular vários habitat's em mosaicos torna o ecossistema mais viável e funcional, tendo como ponto-chave a conectividade entre UCs. Neste sentido, o planejamento ambiental deve ser desenvolvido em escala maior, certificando-se de que não existam riscos aos principais elementos constituintes das áreas e, quando houver (como queimadas ou a detecção de espécies invasoras), que sejam restaurados e monitorados.

Esta condição poderia ter sido contemplada com as Unidades de Conservação criadas no Paraná em 2006 em conjunto com outras já existentes no Estado, ligando o Parque Nacional dos Campos Gerais, o Parque Estadual de Vila Velha, a Área de Proteção Ambiental da Escarpa Devoniana, a Reserva Biológica das Araucárias, as Reservas Particulares do Patrimônio Natural Paiquerê e Tayná, além da Floresta Nacional de Irati. Contudo, com o indeferimento da criação da Reserva de Vida Silvestre do Rio Tibagi, que atuaria também como um elo de conexão entre UCs, impossibilitou-se a formação deste mosaico (Figura 5), que ampliaria os benefícios ambientais com a proteção de remanescentes de várzea em bom estado de conservação e de espécies endêmicas, como o lobo-guará e o macuquinho da várzea (MMA, 2013).

Figura 5 - Proposta de Mosaico na região do PNCG



Fonte: ECOPARANÁ; SECRETARIA DO TURISMO DO PARANÁ, 2013.

Para Oliveira (2012, p. 7), estas as ações em criar novas Unidades de Conservação refletem a uma maior atuação do governo brasileiro em proteger o meio ambiente, ao citar que:

o Brasil tem trabalhado para ampliar a área protegida por UCs em cada um de seus biomas. A criação de uma UC geralmente se dá quando há uma demanda de um setor da sociedade para proteção de áreas de importância biológica e cultural ou de beleza cênica, ou mesmo para assegurar o uso sustentável dos recursos naturais pelas populações tradicionais.

Estes esforços são importantes, uma vez que o Brasil apresenta a maior parte do seu território coberto por vegetação nativa, distribuídas em seis diferentes biomas, como a Mata

Atlântica, a Amazônia, o Cerrado, a Caatinga, o Pampa e o Pantanal, onde é possível encontrar aproximadamente 20% das espécies de seres vivos do globo (MAZZA et al, 2007).

Visando elucidar conceitualmente o termo Unidade de Conservação, recorre-se à definição do SNUC, uma vez que este sistema é tomado como referencia por gestores públicos de áreas protegidas, onde se enquadram também os Parques Nacionais. A visão do SNUC a respeito do que constitui uma Unidade de Conservação é detalhada através de um:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, o qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

Para Sessegolo (2006, p. 25) as UCs correspondem a uma das melhores estratégias protecionistas da natureza. A autora defende que nestes locais, “a fauna e a flora são conservadas assim como os processos ecológicos que regem os ecossistemas, garantindo a manutenção do estoque da biodiversidade”.

Assim, o SNUC é constituído por Unidades de Conservação de todas as esferas políticas, que podem ter sido criadas no âmbito federal, estadual ou municipal (BRASIL, 2000). Para tanto, procurando promover a efetiva proteção de biomas, o SNUC distingue os níveis de restrição nas unidades por meio de dois grupos de proteção, sendo respectivamente:

- Unidades de Proteção Integral, cujo objetivo tange a proteção da natureza e seu uso restrito às atividades indiretas dos seus recursos naturais, ou seja, a utilização que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos, onde se enquadra a atividade turística, e tem como categorias de UCs: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre;
- Unidades de Uso Sustentável¹¹, onde é possível a utilização parcial dos recursos naturais, de maneira sustentável, como se exemplifica através das Reservas Extrativistas e a exploração extensiva por comunidades tradicionais, com fins comerciais ou não (BRASIL, 2000).

Estes dois grupos são responsáveis por nortear o manejo das áreas protegidas, visando, sobretudo, a proteção da biodiversidade de acordo com diferentes níveis de restrição.

¹¹ Também fazem parte deste grupo as UCs: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Como explanado por Manarim (2008), o objetivo das Unidades de Proteção Integral é o de preservar a natureza, tendo sua utilização unicamente de forma indireta, não permitindo a interferência humana em seus limites, assim estas “partem de um pressuposto de que a presença do homem na natureza reflete negativamente sobre o ecossistema” (MANARIM, 2008, p. 70), enquanto as Unidades de Uso Sustentável “permitem a interferência humana, de forma equilibrada entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental” (MANARIM, 2008, p. 72).

Contudo, algumas críticas são lançadas ao Sistema, como aponta Pádua:

Embora extremamente necessária, Lei do SNUC após sua vigência de dez anos, merece algumas críticas, bem como, ainda, elogios. Começando pelas críticas, o enorme leque de categorias poderia ser bem reduzido, pois os objetivos de várias categorias são os mesmos que os de outras. Algumas categorias previstas no SNUC não podem ser consideradas, em uma visão crítica, como de unidades de conservação. (...). Muitas dessas categorias de manejo têm objetivos bem similares, como as Reservas Biológicas com as Estações Ecológicas (...). A Lei reconhece, também, o modelo internacional das Reservas da Biosfera, em seu artigo 41 e as define de acordo com o programa MAB. Com tantas categorias de manejo, fica muito difícil, ou impossível, às vezes, que a pessoa que não seja da área, possa compreender as diferenças entre elas e os objetivos de cada uma (PÁDUA, 2011, p. 24-25).

Analisando as categorias por um diferente ângulo, Gurgel et al (2011) discutem um novo olhar sobre o SNUC, visando promover não somente a proteção ecológica através das UCs, mas também oferecer um desenvolvimento econômico e socioambiental através destas.

De acordo com a sugestão proposta pelo Departamento de Áreas Protegidas – DAP/MMA (GURGEL et al, 2011), as categorias de manejo podem ser divididas em seis diferentes classes de uso, que oscilam entre restringir apenas à pesquisa científica até o desenvolvimento de atividades industriais (Tabela 2). Esta percepção merece destaque, pois desperta uma reflexão sobre o papel que as Unidades de Conservação podem futuramente exercer no país.

Tabela 2 – Potenciais tipos de uso permitidos em Unidades de Conservação

Potenciais tipos de uso permitidos nas UCs brasileiras por categoria		
Classe	Principais tipos de uso, contemplados na Lei nº 9.985/2000	Categoria de manejo
1) Pesquisa científica e educação ambiental	Desenvolvimento de pesquisa científica e de educação ambiental	Reserva biológica; Estação ecológica
2) Pesquisa científica, educação ambiental e visitação	Turismo em contato com a natureza	Parques nacionais, estaduais, RPPNs
3) Produção florestal, pesquisa científica e visitação	Produção florestal	Florestas nacionais e estaduais
4) Extrativismo, pesquisa científica e visitação	Extrativismo por populações tradicionais	Resex
5) Agricultura de baixo impacto, pesquisa científica, visitação, produção florestal e extrativismo	Áreas públicas e privadas onde a produção agrícola e pecuária é compatibilizada com os objetivos da UC	Reserva de desenvolvimento sustentável, refúgio de vida silvestre e monumento natural
6) Agropecuária, atividade industrial, núcleo populacional urbano e rural	Terras públicas e particulares com possibilidade de usos variados visando a um ordenamento territorial sustentável	Área de proteção ambiental; área de relevante interesse ecológico

Fonte: DAP/SBF/MMA, 2009.

O reconhecimento de novas atividades exercidas em UCs refuta antigos mitos de que estes locais necessitam permanecer intocados, representando um entrave ao desenvolvimento. Esta questão está ultrapassada, sendo que a exploração sustentável dos recursos naturais dispostos em áreas protegidas potencializa a geração de renda e emprego, o desenvolvimento local e regional e pode permitir ainda, que maiores parcelas da população incentivem e colaborem com a conservação ambiental (GURGEL et al, 2011).

Corroborando com esta posição Mazza et al (2007), ao comentar que nos últimos anos, diversas políticas públicas voltadas ao manejo sustentável dos biomas brasileiros foram elaboradas, com objetivos que convergem não apenas para o valor econômico, mas também os valores socioculturais da biodiversidade.

No texto “Modelo Metodológico para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade”, os autores discutem a utilização de UCs específicas de exploração sustentável, como é o caso das Florestas Nacionais (MAZZA et al, 2007). Contudo, suas reflexões podem ser entrelaçadas na proposta do DAP/MMA, quando orientam que:

As tendências atuais são de integrar UCs às estratégias de desenvolvimento com base holística, para o manejo sustentável dos recursos e, deste modo, torna-se fundamental a elaboração de programas integrados de manejo de áreas protegidas e de seu entorno, tendo por escopo benefícios sociais, culturais e econômicos às comunidades onde estão inseridas as áreas protegidas, para um efetivo suporte à conservação (MAZZA et al, 2007, p. 14-15).

Assim, a atividade turística passaria a compor um amálgama de alternativas para o desenvolvimento local¹², e, não se limitando somente a esta, como atualmente preconiza-se. Ainda que esta proposta tenha um caráter inovador e demonstre uma melhoria no uso do meio ambiente, ressalta-se que o Turismo sem o adequado planejamento pode oferecer riscos ambientais, portanto, uma gestão comprometida e contínua se faz fundamental neste processo.

Diante do reconhecimento em desenvolver as Unidades de Conservação de forma organizada e em busca do cumprimento dos objetivos que esta foi criada, a documentação de ações e estratégias de gestão são descritas através do Plano de Manejo. Este plano é de grande importância para assegurar a promoção e a sustentabilidade de UCs.

Ainda que Manarim (2008, p. 75) afirme que “cada Unidade de Conservação possui um Plano de Manejo, que tem papel importante por ser o norteador das atividades ali exercidas”, a realidade não se apresenta desta forma. Mesmo que a elaboração do Plano de Manejo esteja assegurada pelo SNUC como item obrigatório para todas as UCs brasileiras, ainda são muitas as unidades sem este documento (Anexo 3).

De acordo com o documento técnico do Estado do Paraná (2004) as principais características do Plano de Manejo referem-se à sua continuidade, visando estreitar lacunas entre ações desenvolvidas e realidade local; seu caráter gradativo, onde o grau de intervenção sobre os recursos naturais e culturais relaciona-se ao nível de profundidade que se deseja interferir em médio prazo; sua flexibilidade, permitindo que novas informações possam ser inseridas ou revisem estratégias pré-estabelecidas e por fim; a participação da sociedade na busca de programas específicos no interior e no entorno de UCs.

O Plano de Manejo, de acordo com a Lei 9.985/2000 é conceituado como um:

documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. (BRASIL, 2000).

Seguindo a Legislação vigente, o Plano de Manejo deveria ser elaborado em prazo máximo de cinco anos contados a partir da criação de uma UC. Neste período de documentação e elaboração do Plano, as atividades “devem limitar-se a garantir a integridade dos recursos naturais destinados à preservação (MANARIM, 2008, p. 75).

¹² Exceto nas categorias de manejo: Reserva Biológica, Estação Ecológica, onde a Lei 9.985/2000 não permite visitação pública, e em Parque Nacional e/ou Estadual e Reserva Particular do Patrimônio Natural, onde o Turismo Ecológico é a única atividade permitida.

Indo além do Plano de Manejo, esta Lei garante ainda a participação local na criação, implantação e gestão de Unidades de Conservação, quando ressalta o objetivo das áreas de proteção ambiental em “promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas” (BRASIL, 2000).

Mazza et al (2007) indicam algumas estratégias que devem ser previstas no Plano de Manejo, envolvendo tanto as espécies quanto para o ambiente, sendo:

Geração e recuperação de conhecimento sobre ecologia, uso e manejo de espécies nativas; sistematização deste conhecimento sobre ecologia, uso e manejo de espécies nativas; sistematização deste conhecimento para as comunidades tradicionais e produtores rurais, como opção de agregação de renda na propriedade; organização dos produtores e dos processos de produção, no sentido de aumentar o poder de negociação destas comunidades no processo de comercialização e agregação de valor à matéria prima (MAZZA et al, 2007, p. 16).

Entretanto, como o reconhecimento da participação das comunidades locais em UCs nem sempre foi consenso pela comunidade científica, conforme visto no capítulo anterior. Esta visão, assim como o direito dos povos indígenas mesmo em áreas decretadas como Parques Nacionais foi retificada apenas em 1992, durante o IV Congresso Mundial de Parques Nacionais e posteriormente na Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Eco 92, onde foi estabelecido que as UCs devam considerar, “ao mesmo tempo, benefícios à população local e tivessem garantida sua conservação (...) e que estas sejam melhor manejadas” (BRITO, 2000, p. 34).

A proposta de permitir a ocupação humana em áreas protegidas teve como principal fundamento a inexorável presença da sociedade no espaço que se pretendia proteger. Sua aceitação, como salienta Teixeira (2005, p. 51), “ocorreu via a regulamentação e o controle do uso dos recursos naturais”. Este controle está relacionado ao desenvolvimento sustentável em UCs, item previsto pelo SNUC.

Assim, significativas são as mudanças ocorridas desde a criação do primeiro Parque Nacional brasileiro, em 1937. Esta Unidade de Conservação, denominada como Parque Nacional do Itatiaia, foi motivada sua proteção devido aos seus atributos estéticos e paisagísticos, com fundamentação legal apoiada no Código Florestal de 1934 (BRITO, 2000). Portanto, verifica-se que os fins de sua criação estão muito aquém dos padrões defendidos e desejados na legislação vigente.

Corroborando com este pensamento Oliveira (2012, p. 5) ao salientar:

Não havia de fato preocupação relevante com a preservação da biodiversidade, muito menos com o atendimento aos princípios básicos da biologia da conservação, ao se definir os limites das áreas a serem protegidas. Os Parques eram criados principalmente visando aproveitar a potencialidade para obtenção de receitas de áreas naturais com interesse turístico, sendo que sua efetiva conservação era apenas uma consequência.

Na atualidade, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA considera o Brasil como líder no *ranking* mundial sobre a criação de novas Unidades de Conservação. De acordo com o 3º relatório Panorama Global da Biodiversidade, dos 700 mil km² destinados à novas áreas de proteção ambiental em todo o globo, aproximadamente 75% estão dispersas pelo país (BRASIL, 2013).

Este total pode ser observado em todos os biomas brasileiros, incluindo as áreas marinhas, também protegidas por legislação, tendo através da categoria de Parque Nacional, os maiores percentuais de criação, conforme pode ser observado na Tabela 3.

Tabela 3 – Unidades de Conservação por Bioma



Área total do bioma Km²	Amazônia	Caatinga	Cerrado	Mata Atlântica	Pampa	Pantanal	Área Continental	Área Marinha*
	4.196.943	844.453	2.036.448	1.110.182	176.496	150.355	8.514.877	3.555.796

Grupo / Categoria	Amazônia			Caatinga			Cerrado			Mata Atlântica			Pampa			Pantanal			Continental			Área Marinha		
Proteção Integral (PI)	Nº	Área (Km²)	%	Num.	Área(km2)	%	Num.	Área(km2)	%	Num.	Área(km2)	%	Num.	Área(km2)	%	Num.	Área(km2)	%	Num.	Área(km2)	%	Num.	Área(km2)	%
Estação Ecológica	18	101.085	2,4%	4	1.303	0,2%	32	11.429	0,6%	40	1.625	0,1%	1	108	0,1%	1	116	0,1%	95	115.665	1,4%	7	140	0,0%
Monumento Natural	0	0	0,0%	5	580	0,1%	12	314	0,0%	16	456	0,0%	1	0	0,0%	1	3	0,0%	36	1.353	0,0%	1	1	0,0%
Parque	46	260.686	6,2%	19	7.461	0,9%	65	48.411	2,4%	202	21.450	1,9%	3	373	0,2%	5	4.282	2,8%	333	342.663	4,0%	30	3.863	0,1%
Refúgio de Vida Silvestre	1	64	0,0%	2	286	0,0%	4	2.488	0,1%	20	689	0,1%	1	26	0,0%	0	0	0,0%	29	3.553	0,0%	3	179	0,0%
Reserva Biológica	13	49.270	1,2%	2	70	0,0%	6	156	0,0%	28	2.458	0,2%	3	97	0,1%	0	0	0,0%	55	52.050	0,6%	8	556	0,0%
Total PI	78	411.104		32	9.700		119	62.798		306	26.678		9	603		7	4.400		548	515.284		49	4.739	

Uso Sustentável (US)	Nº	Área (Km²)	%	Num.	Área(km2)	%	Num.	Área(km2)	%	Num.	Área(km2)	%	Num.	Área(km2)	%	Num.	Área(km2)	%	Num.	Área(km2)	%	Num.	Área(km2)	%
Floresta	58	298.821	7,1%	6	542	0,1%	10	534	0,0%	31	356	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	103	300.254	3,5%	0	0	0,0%
Reserva Extrativista	68	136.720	3,3%	3	18	0,0%	6	879	0,0%	11	713	0,1%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	87	138.331	1,6%	17	5.204	0,1%
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	21	115.737	2,8%	1	95	0,0%	1	588	0,0%	8	158	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	28	116.578	1,4%	3	38	0,0%
Reserva de Fauna	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Área de Proteção Ambiental	31	155.178	3,7%	31	52.248	6,2%	62	107.840	5,3%	160	77.709	7,0%	3	4.215	2,4%	0	0	0,0%	216	397.191	4,7%	54	43.688	1,2%
Área de Relevante Interesse Ecológico	6	446	0,0%	5	198	0,0%	16	80	0,0%	18	161	0,0%	1	30	0,0%	0	0	0,0%	41	915	0,0%	4	5	0,0%
RPPN	52	464	0,0%	49	456	0,1%	144	968	0,0%	413	956	0,1%	7	4	0,0%	17	2.550	1,7%	680	5.398	0,1%	0	0	0,0%
Total US	236	707.366		95	53.558		239	110.889		641	80.054		11	4.249		17	2.550		1.155	958.666		78	48.935	
Total PI e US	314	1.118.470		127	63.258		358	173.688		947	106.732		20	4.852		24	6.950		1.703	1.473.950		127	53.674	

Área de UC considerando sobreposições¹	Amazônia		Caatinga		Cerrado		Mata Atlântica		Pampa		Pantanal	
	Área (Km²)	%	Área (Km²)	%	Área (Km²)	%	Área (Km²)	%	Área (Km²)	%	Área (Km²)	%
PI	396.223	9,4%	9.538	1,1%	59.522	2,9%	21.208	1,9%	577	0,3%	4.400	2,9%
Sobreposição PI e US	13.007	0,3%	163	0,0%	3.222	0,2%	5.355	0,5%	26	0,0%	0	0,0%
US	691.021	16,5%	52.892	6,3%	104.637	5,1%	71.974	6,5%	4.223	2,4%	2.550	1,7%
Total de UC no bioma	1.100.251	26,2%	62.592	7,4%	167.381	8,2%	98.537	8,9%	4.826	2,7%	6.950	4,6%

Fonte: CNUC/MMA, (2013). Atualizada em 12/12/2012.

Percebe-se com o levantamento disponibilizado pelo Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2013) que, apesar da quantidade de Unidades de Conservação criadas nos últimos anos, apenas o bioma Amazônia conseguiu alcançar os 10% previstos pela assinatura da CDB em 1992, contando com 26,6% de seu total protegido, tendo o bioma área marinha apresentando o índice mais crítico, com apenas 1,50% de suas áreas com algum grau de proteção.

O mecanismo responsável para alcançar estes percentuais referem-se às Unidades de Conservação, que somadas formam um sistema de proteção ambiental, dentro das mais diversas categorias que compõem o SNUC, conforme visto previamente.

Contudo, ao avaliar quantitativamente as UCs disponíveis no Brasil, verifica-se que os Parques Nacionais representam a categoria de proteção integral com maior número de unidades instauradas e também com maior área em km² de preservação, sendo seguido pelas Áreas de Proteção Ambiental, no grupo de UCs de uso sustentável (Tabela 4).

Tabela 4 - Unidades de Conservação por esfera administrativa

Grupo / Categoria	Esfera						TOTAL	
	Federal		Estadual		Municipal		N°	Área (Km ²)
Proteção Integral	N°	Área (Km ²)	N°	Área (Km ²)	N°	Área (Km ²)	N°	Área (Km ²)
Estação Ecológica	31	68.073	63	47.723	1	9	95	115.805
Monumento Natural	3	443	27	881	6	30	36	1.354
Parque Nacional / Estadual / Municipal	68	252.226	188	94.113	77	188	333	346.527
Refúgio de Vida Silvestre	7	2.018	21	1.691	1	22	29	3.731
Reserva Biológica	30	39.047	22	13.503	3	56	55	52.606
<i>Total Proteção Integral</i>	139	361.807	321	157.911	88	305	548	520.023
Uso Sustentável	N°	Área (Km ²)	N°	Área (Km ²)	N°	Área (Km ²)	N°	Área (Km ²)
Floresta Nacional / Estadual / Municipal	65	164.229	38	136.025	0	0	103	300.254
Reserva Extrativista	59	123.329	28	20.205	0	0	87	143.535
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	1	644	27	115.825	3	146	31	116.615
Reserva de Fauna	0	0	0	0	0	0	0	0
Área de Proteção Ambiental	32	99.999	184	334.582	49	6.298	265	440.879
Área de Relevante Interesse Ecológico	16	448	25	445	6	27	47	920
RPPN	574	4.728	106	259	1	0	681	4.987
<i>Total Uso Sustentável</i>	747	393.378	408	607.341	59	6.471	1.214	1.007.190
Total Geral	886	755.185	729	765.252	147	6.776	1.762	1.527.213

Fonte: CNUC/MMA, (2013). Atualizada em 12/12/2012.

Ainda assim, pode-se observar no país uma distância entre a quantidade e a qualidade sobre preservar e como utilizar estes recursos de forma sustentável. De acordo com o relatório *Environmental Performance Index 2012 (EPI) and Pilot Trend Environmental Performance Index* (YALE; COLUMBIA, 2012), entre os dez países que melhor aproveitam suas UCs para garantir o cuidado com os ecossistemas e o bem estar da população local, apenas a Costa Rica

situa-se fora do continente europeu. Os demais da lista, liderada pela Suíça, estão distribuídos pela Europa e nos faz refletir que, apesar do pouco espaço territorial disponível nestes países para a criação de áreas de conservação, a utilização destes locais são projetadas de forma estratégica, estando vinculados com outros programas nacionais, como o controle da poluição do ar e à qualidade da água, por exemplo.

Contudo, esta distância entre quantidade e qualidade também pode ser interpretada pelo fator escala, pois o espaço territorial brasileiro permite que alguns de seus Estados possuam tamanhos maiores que países inteiros da Europa. Assim, verifica-se que a dificuldade e os esforços para conservar e utilizar estes recursos de forma racional e em toda sua potencialidade são maiores que no hemisfério norte do globo, sobretudo por tratar-se de um país que ainda está em desenvolvimento.

O Brasil, por sua vez, é citado como um dos doze países que colaboraram mais significativamente para a diminuição do desmatamento em florestas tropicais, sugerindo que fatores locais e regionais tiveram maior influência preservacionista do que a queda na demanda por produtos florestais. De acordo com relatório, desde o ano de 2005, o desmatamento diminuiu aproximadamente 42,3%, o que representa também um considerável aumento na neutralização de carbono (CO₂) expelido em todo o planeta (YALE; COLUMBIA, 2012).

Cabe destacar ainda que o conceito brasileiro sobre Parques Nacionais está embasado pela construção ambiental estadunidense, local onde em 1872 foi criado o Parque Nacional de Yellowstone, o primeiro do globo, sendo seguido pelo Canadá no ano de 1885 e a Nova Zelândia em 1894 (DIEGUES, 2000, p. 99).

A crítica lançada por Diegues (2000, p. 114) em importar o modelo dos Estados Unidos reside no fato deste país não respeitar a diversidade cultural de populações locais na criação de Parques Nacionais, ao comentar que:

Os parques nacionais e categorias similares são áreas geográficas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais, devendo possuir atração significativa para o público, oferecendo oportunidade de recreação e educação ambiental. A atração e uso são sempre para as populações externas à área e não se pensava nas populações indígenas, de pescadores, ribeirinhas e de coletores que nela moravam. Nos Estados Unidos, por exemplo, se prevê e se estimula a construção de hotéis para receber os turistas e visitantes. Tanto aqui como lá, o objetivo é conservar uma área "natural" contra os avanços da sociedade urbano-industrial, sem se atentar para o fato de grande parte dessas "áreas naturais" estarem sendo habitadas por populações que nada têm de "modernas" e "tecnológicas". Ao contrário, em sua maioria são populações que vivem de atividades de subsistência, com fracas vinculações com o mercado e com pequena capacidade de alteração significativa dos ecossistemas.

Neste sentido, o valor atribuído aos Parques Nacionais estaria dimensionado a proteger o bem estar dos visitantes, ficando a conservação da natureza e do cuidado com as comunidades do entorno em segundo plano, como um reflexo secundário após a criação destas áreas. Ciente da necessidade de renovação destes conceitos, o Workshop *Diretrizes Políticas para Unidades de Conservação* (BRASIL, 19994 apud BRITO 2000, p. 71) concluiu que:

Os conceitos sobre Unidades de Conservação que vigoram no País há mais de 50 anos precisam ser urgentemente revisados, dada a existência de uma nova realidade social e econômica, que obriga o Poder Público e a sociedade a harmonizar os objetivos conservacionistas com o desenvolvimento das populações de diferentes culturas e tradições, com a necessidade de assegurar o retorno de benefício às mesmas...

Os primeiros resultados teóricos parecem estar surgindo com as publicações mais recentes do Ministério do Meio Ambiente, que podem representar mudanças futuras na administração e manejo de áreas naturais protegidas.

2.1 A DIMENSÃO PARANAENSE

Embora alguns autores defendam que as primeiras áreas de proteção ambiental pensadas no país datem de 1821 por José Bonifácio de Andrada e Silva, ainda no período imperial, que teve seus ideais seguidos pelo engenheiro André Rebouças no ano de 1876, com a proposta de criação dos Parques Nacionais da Ilha do Bananal e de Sete Quedas, estas UCs não chegaram a ser contempladas, tendo a implantação de fato de uma Unidade de Conservação, apenas em 1937 (BRITO, 2000; PARANÁ, 2004; OLIVEIRA, 2012).

Assim, foi criado por meio do Decreto nº 1.713 de 14 de junho de 1937 o Parque Nacional do Itatiaia, que inclui a área da então Estação Biológica do Itatiaia e a amplia seus limites, desapropriando terras particulares e de outras de domínio da União, subordinadas ao primeiro Código Florestal brasileiro (BRASIL, 1937). As justificativas para a mudança de categoria apoiaram-se na preservação de matas primitivas, córregos e que seus recursos ficassem perpetuamente conservados no seu estado primitivo (BRASIL, 1937).

Em seguida, no ano de 1939, o estado do Paraná foi o local escolhido para a criação da segunda Unidade de Conservação de mesma categoria no país, o Parque Nacional do Iguaçu (PNI). Este Parque, subordinado à época ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura,

teve como fundamento a proteção aos monumentos naturais, paisagem e locais particularmente dotados pela natureza (BRASIL, 1939).

O Parque Nacional do Iguaçu serve como exemplo para gestores de outras Unidades de Conservação sobre como conciliar a preservação do meio ambiente com o uso sustentável de seus recursos naturais, gerando renda e desenvolvimento local. Em 1986, o Parque foi reconhecido como Sítio Mundial Natural pela UNESCO, o primeiro do país (ICMBio, 2013).

As atividades que podem ser realizadas nesta UC, além da trilha para apreciar as Cataratas, incluem almoços com vistas para as quedas, vôos panorâmicos de helicóptero, trilhas, arvorismo, rapel, *rafting* e passeios motorizados nas águas do rio Iguaçu. Este amálgama de atividades proporciona uma grande diversificação de produtos que promovem o interesse de diferentes grupos de pessoas.

Para tanto, o Parque Nacional do Iguaçu fornece concessões para empresas privadas explorem estes serviços, gerando receita para a manutenção do Parque sem necessitar de investimentos da esfera pública para operacionalização dos mesmos.

Após a criação do PNI, mesmo com a grande necessidade em proteger o patrimônio natural do Paraná, apenas 50 anos após a criação deste, o Estado recebeu sua segunda unidade de mesma categoria. Localizado no litoral norte, em Guaraqueçaba, o Parque Nacional do Superagui foi criado em 1989, com posterior ampliação de sua área em 1997.

Os motivos que levaram à ampliação de seus limites se devem à presença de aves marinhas na Praia Deserta e da maior dispersão do mico-leão-da-cara-preta, primata endêmico da área (ICMBio, 2013). Os principais atrativos desta UC estão relacionados ao Ecoturismo, sendo possível a observação de botos e papagaios, a caminhada em trilhas e o desfrute de 38 km de praias virgens, proporcionando grande contato com a natureza.

No âmbito cultural, é possível presenciar remanescentes do Fandango Caiçara, dança típica da região onde o ritmo é marcado pelas rabecas e violas, instrumentos que os próprios moradores da ilha produzem, e pelos tamancos de madeira, utilizados para acompanhar o ritmo.

Esta manifestação foi reconhecida em fevereiro de 2013 como Patrimônio Cultural do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Infelizmente pelo desinteresse dos jovens ilhéus, a tradição vem perdendo força nos últimos anos.

O terceiro Parque Nacional reconhecido no Paraná, estendendo-se também para o interior MS, foi o de Ilha Grande, através do Decreto S/Nº de 1997. Esta UC está disposta no mesmo local onde, em 30 de maio de 1961 havia sido criado o extinto Parque Nacional das Sete Quedas, para possibilitar o enchimento do Lago de Itaipu.

De acordo com o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC (BRASIL, 2013), o objetivo de sua criação está voltado à preservação de ecossistemas e de sua beleza cênica, devendo possibilitar pesquisas científicas e atividades de educação e interpretação ambiental, conforme regem os princípios determinados pelo SNUC (BRASIL, 2000) sobre qualquer Parque Nacional.

No momento, as visitas ao Parque Nacional de Ilha Grande restringem-se à visitação não regulamentada, sem periodicidade, realizada através de duas embarcações privadas, para a contemplação da natureza e por veranistas em determinados locais que o nível da água encontra-se baixo (BRASIL, 2013).

Administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, os 760,4271 km² que formam o polígono de conservação ainda encontra-se sem plano de manejo, apesar constar como aprovado pela Portaria nº 95 de 21/11/2008, pelo CNUC (BRASIL, 2013). Tanto a documentação do plano quanto a portaria não foram encontradas durante a investigação realizada.

Em 2001, o Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange foi criado no litoral paranaense, abrangendo os municípios de Guaratuba, Matinhos, Morretes e Paranaguá, com o intuito de proteger e conservar o bioma “Mata Atlântica existentes na área e assegurar a estabilidade ambiental dos balneários sob sua influência, bem como a qualidade de vida das populações litorâneas”, nos seus 251,1914 km² (BRASIL, 2001).

Neste Parque, o domínio das terras ainda está sob particulares, não tendo sido realizada suas desapropriações. Desta forma, a entrada de turistas no local é restrita aos espaços já utilizados por visitantes antes mesmo da sua criação no ano de 2001. Assim, as atividades disponíveis no interior desta UC resumem-se a trilhas, banhos em cachoeiras e a contemplação da natureza, sem instalações de infraestrutura turística ou de apoio (BRASIL, 2013).

Na atualidade, o Paraná possui 84 Unidades de Conservação, estando 16 subordinadas à administração federal por meio do ICMBio (BRASIL, 2013) e outras 68 pelo âmbito estadual, sob responsabilidade do Instituto Ambiental do Paraná – IAP (IAP, 2012), excetuando-se as Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs.

Entre as áreas protegidas pelo IAP, destaca-se o Parque Estadual de Vila Velha (3.803 ha), o primeiro instituído pelo Estado em 1953 e que representa um dos principais atrativos da região dos Campos Gerais, devido seus aspectos geológicos e geomorfológicos, além de suas características em relação à fauna e a flora (MOREIRA; ROCHA, 2007).

As UCs administradas pelo ICMBio dividem-se entre os grupos de Uso Sustentável, com cinco Unidades: APAs de Guaraqueçaba e Ilhas e Várzeas do Rio Paraná e as Florestas Nacionais de Açungui, Irati e Pirai do Sul e outras onzes de Proteção Integral, sendo: Estações Ecológicas de Guaraqueçaba e Mata Preta, Refúgio da Vida Silvestre dos Campos de Palmas, Reservas Biológicas das Araucárias, Perobas e Bom Jesus e os Parques Nacionais de Iguazu, Superagui, Ilha Grande, Saint Hilaire/Lange e dos Campos Gerais.

Assim, na região dos Campos Gerais no Paraná é possível encontrar nos limites dos municípios de Ponta Grossa, Carambeí e Castro os últimos remanescentes do bioma Mata Atlântica, composto por Floresta Ombrófila Mista e Campos Sulinos, sendo estas, as principais formações fitogeográficas naturais do sul do país. (BRASIL, 2002). Esta formação representa também um dos mais importantes patrimônios naturais do Paraná e motivador para a instituição do quinto Parque Nacional do estado do Paraná, o Parque Nacional dos Campos Gerais, que será pormenorizado no próximo subitem.

2.2 PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS GERAIS

O processo de criação do Parque Nacional dos Campos Gerais, assim como de outras UCs propostas no mesmo contexto deste, gerou uma grande mobilização de órgãos governamentais, instituições de pesquisa, proprietários de áreas pertencentes a esta UC e da sociedade civil.

Utilizando como escopo o mapeamento de Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade Brasileira, em 2002, o MMA e o IBAMA reuniram um Grupo de Trabalho para que fossem elaborados estudos e propostas para a preservação dos remanescentes da Floresta Ombrófila Mista, uma das formações que compõem o bioma Mata Atlântica, nos estados do Paraná e Santa Catarina.

Esta ação esteve fundamentada sobre diagnóstico que aponta um alto nível de fragmentação do bioma, onde aproximadamente 32% dos seus remanescentes possuem menos de 100ha (ALARCON et al, 2011).

Sabe-se que o bioma Mata Atlântica e seus ecossistemas cobriam cerca de 1.360.000 km² (16% do território nacional) do país, em grandes extensões, e que na atualidade, os 8% restantes deste total estão distribuídos de modo esparso, o que contribui para a redução de parte de sua biodiversidade. Somente durante a década de 1985 a 1995 o estado do Paraná

perdeu 228.849ha, onde as florestas com araucárias formam as áreas mais atingidas e ameaçadas do bioma (MMA, 2000).

Na atual disposição de sua ocorrência, é possível identificar a floresta com araucárias, fragmentada nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, onde predominam a espécie *Araucaria angustifolia* com índices superiores a 40% da cobertura arbórea (IBGE, 2004).

Estes elementos, somados ao pouco destaque dado à Floresta Ombrófila Mista pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, levou o MMA/IBAMA a formar de maneira pioneira uma Força Tarefa, definida através das Portarias MMA 507 e 508/2002 com a missão de verificar e apresentar propostas de conservação deste ecossistema, que resultou na criação de duas Unidades de Conservação em Santa Catarina e outras cinco no Paraná (OLIVEIRA, 2012).

Em Santa Catarina, através do Decreto Lei s/nº de 19 de outubro de 2005, foram criados o Parque Nacional das Araucárias e a Estação Ecológica da Mata Preta (ICMBio, 2013). No ano seguinte, o Estado do Paraná recebeu o Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas, a Reserva Biológica das Araucárias, a Reserva Biológica das Perobas e o Parque Nacional dos Campos Gerais, por meio do Decreto Lei s/nº de 23 de março de 2006.

De acordo com Oliveira (2012), os principais motivos que levaram à contestação da criação do Parque Nacional dos Campos Gerais se deram devido ao potencial produtivo dos campos naturais presentes nesta área para atividades agrosilvipastoris e pela exploração turística dos atrativos naturais do Parque, que na atualidade, são explorados economicamente por particulares.

As tentativas de revogação do Decreto Lei s/nº de 23 de março de 2006 continuam sendo tratadas. Mais recentemente, em 18 de dezembro de 2012, outro pedido de caducidade do Parque Nacional dos Campos Gerais, de autoria dos Sindicatos Rurais de Carambeí, Castro e Ponta Grossa foi julgado. O motivo que culminou nesta ação ordinária referia-se à falta de desapropriação dos imóveis rurais presentes nos limites do Parque, transcorridos mais de cinco anos da sua criação. A ação foi julgada como improcedente pela Juíza Federal Pepita Durski Tramontini (JFPR, 2013).

Em resposta a esta ação, por meio da Nota Técnica nº 001/2012 – PNCG/ICMBio, a gestão do Parque fez menção a doze processos de desapropriação já iniciados administrativamente, que equivalem à 5.358.22 ha (25,2% do Parque), sendo que 62% da área total desta Unidade de Conservação está mapeada com seus proprietários identificados,

relatando ainda que os 38% restantes, embora mapeados, apresentam irregularidades que devem ser sanadas.

Para o Oliveira (2012) alguns dos reflexos do intenso debate e pedidos de dissolução deste Parque Nacional podem ser observados através do uso de forma incompatível ao que o PNCG deveria oferecer mesmo após decorridos mais de sete anos de sua criação, onde:

Dentre tais usos, destacam-se cultivos anuais de grãos, com utilização de agroquímicos diversos, manutenção de florestas exóticas de eucaliptus e pinus, este último com alto potencial para a contaminação de áreas de campos naturais com proliferação espontânea de plântulas, uso público desordenado (balneários, montanhismo, moto-trails, camping, etc.), caça, pesca, entre outros (OLIVEIRA, 2012, p. 10).

Conforme estipulado em seu Decreto Lei s/nº do Diário Oficial da União de 24/03/2006, a gestão do PNCG está vinculada ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, órgão este responsável também pelo levantamento do inventário patrimonial das propriedades rurais que compõem o Parque, para futura indenização e desapropriação destas terras, conforme estipula a legislação vigente (BRASIL, 2000).

Porém, os trabalhos do ICMBio vão além das desapropriações, cabendo ao Instituto agir de acordo com as determinações da Lei nº 9.985 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo desta maneira: propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União (ICMBio, 2012).

De acordo com o Decreto de criação do PNCG, os objetivos de proteger estas áreas referem-se em “preservar os ambientes naturais (...) com destaque para os remanescentes de Floresta Ombrófila Mista e de Campos Sulinos, realizar pesquisas científicas e desenvolver atividades de educação ambiental e turismo ecológico” (BRASIL, 2006).

Para Oliveira (2012), a região dos Campos Gerais despertou interesse de conservação por abrigar expressivos e extensos fragmentos de floresta com araucária em estado avançado de regeneração próximas à Imbituva, as formações hidromórficas (várzeas) ao longo do rio Tibagi e alguns de seus afluentes, além do mosaico de Floresta Ombrófila Mista, Campos Sulinos e formações rupestres situados entre os municípios de Carambeí, Castro e Ponta Grossa.

Situado na região centro-leste do Estado do Paraná, na borda da Escarpa Devoniana, em áreas do Primeiro e Segundo Planalto Paranaense, o Parque está delimitado pelas coordenadas UTM 7210000 e 7240000 de latitude sul; 590000 e 615000 de longitude oeste (ALMEIDA; MORO, 2007).

O Parque Nacional dos Campos Gerais é composto por 21.286 hectares e está dividido em dois polígonos com diferentes tamanhos, tendo no setor norte 18.135 ha e o sul com 3.151 ha, com limite estipulado em 500 m para a Zona de Amortecimento (BRASIL, 2006), conforme se pode observar na Figura 6.

Figura 6 - Parque Nacional dos Campos Gerais



Fonte: ICMBio, 2012.

Verifica-se em diversos estudos que envolvem esta UC, diferentes valores que indicam o tamanho deste Parque, como observado em Almeida e Moro (2007), Almeida (2008) Manarim (2008) e Futerko (2009). Assim, para elucidação teórica deste trabalho, utilizou-se a determinação citada em seu Decreto de criação.

Como visto na figura anterior, a maior porcentagem territorial do PNCG está no município de Ponta Grossa com aproximadamente 65% da área, enquanto Castro e Carambeí complementam o total com 27% e 8%, respectivamente.

Neste local, é possível encontrar atrativos ambientais, geológicos e naturais singulares, por isso, capazes de motivar o interesse também para demanda e fluxo turístico, podendo ser citados: sua a cobertura vegetal com a presença de florestas e várzeas naturais; os afloramentos rochosos da Formação Furnas e o Arco de Ponta Grossa e; locais de uso público de relevante interesse para a prática do Turismo.

De acordo com o mapeamento realizado por Almeida e Moro (2007, p. 119) a fragmentação vegetal que compõe o PNCG assume duas formas distintas, no sentido leste – oeste, sendo formado respectivamente por florestas e várzeas do primeiro planalto e por capões, campos e brejos da altitude no reverso da Escapa Devoniana no segundo planalto, representando uma área de 46,1% da área total que forma o Parque com cobertura florestal.

O interesse em preservar estes remanescentes foi destacado pelo MMA por meio da publicação dos resultados da Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos (2000). A atenção para estes ecossistemas é ressaltada pelo documento, onde:

Os esforços para a conservação da Mata Atlântica e Campos Sulinos enfrentam grandes desafios. Os dois biomas apresentam altos índices de biodiversidade e endemismo, mas encontram-se em situação crítica de alteração de seus ecossistemas naturais; seus domínios abrigam 70% da população, além das maiores cidades e os maiores pólos industriais do Brasil. O resultado dessa concentração pode ser evidenciado, por exemplo, pelo fato de a Mata Atlântica estar reduzida à 8% de sua cobertura original e figurar entre os 25 *hotspots* mundiais, as regiões mais ricas e ameaçadas do planeta. Da mesma forma, os Campos Sulinos, que se estendem desde o sul de São Paulo até o sul do Rio Grande do Sul, estão sob forte pressão antrópica (MMA, 2000, p. 2).

Em relação aos Campos Sulinos, os diagnósticos também não são animadores. Além da destruição deste ecossistema provocado principalmente por ações antrópicas, como queimadas e a transformação destas áreas em culturas anuais, os estudos sobre estes têm origem muito recente e poucos dados são conhecidos (MMA, 2000; MMA 2009).

A Floresta Ombrófila Mista teve ainda, grande importância para a ocupação humana na região sul do país, devido seu valor econômico, que foi explorado intensivamente por madeireiras, além de sofrer perdas através do desmatamento e da substituição de sua vegetação por áreas de pastagens, reflorestamentos com espécies homogêneas e exóticas, o que acentuou sua redução nesta região (MEDEIROS; SAVI; BRITO, 2005).

Destacando a riqueza presente nestes dois tipos de vegetação, o Ministério do Meio Ambiente divulgou indicadores que demonstram que o bioma abriga cerca de 7% das espécies conhecidas no mundo, com muitas destas, ameaçadas de extinção, conforme se observa na Tabela 5.

Tabela 5 - Diversidade, Endemismo e Espécies Ameaçadas da Mata Atlântica (MA) e Campos Sulinos (CS)

Grupo Taxonômico	Total de Espécies		Espécies Endêmicas		Espécies Ameaçadas	
	MA	CS	MA	CS	MA	CS
Plantas Vasculares	20.000		8.000			
Mamíferos	250	102	55	5	35	13
Aves	1.023	476	188	2	104	10
Répteis	197		60		3	
Anfíbios	340		90		1	
Peixes	350	50	133	12	12	2

Fonte: MMA (2000).

Ainda assim, a biodiversidade encontrada dos Campos Sulinos possivelmente pode apresentar quantitativos mais significativos, considerando o tempo desta publicação e aos poucos resultados de estudos realizados especificamente neste ecossistema.

Diversas são as pesquisas e tabulação de dados que descrevem e quantificam as espécies e grupos botânicos que são encontrados tanto no interior dos polígonos que formam esta Unidade de Conservação quanto em seu entorno.

Em uma série de estudos realizados no PNCG por Almeida e Moro (2007), Moro et al (2007a), Moro et al (2007b) e Almeida (2008) são identificados: os perfis arbóreo e herbáceo-arbustivo de capões do Parque; fragmentos e a distribuição de sua cobertura florestal; bem como a composição fitossociológica¹³ de determinado trecho de mata ripária presente neste local.

¹³ O conceito de fitossociologia refere-se ao estudo das características, classificação, relações e distribuição de comunidades vegetais naturais. Nota do autor.

Na análise fitossociológica (MORO et al, 2007a), realizada em uma amostra na porção norte do Parque (coordenadas UTM 7229282 e 601395), no decorrer de um curso d'água foram coletados 433 indivíduos pertencentes a 72 espécies, distribuídas em 56 gêneros e 38 famílias, além de 43 táxons indeterminados a qualquer nível hierárquico. As famílias com maior quantitativo de espécies encontradas foram Lauraceae (8), Myrtaceae (7), Convolvulaceae (5) e Sapindaceae (5). Outras 21 famílias foram representadas por uma única espécie (29% do total de espécies), demonstrando que não há um domínio de uma ou poucas espécies, o que reflete uma riqueza de diversos habitats no mesmo local.

Ainda neste levantamento, a composição florística encontrada aponta para uma floresta secundária em estágio médio de regeneração (apresentando 39,5% de plântulas), sendo as mais significativas *Mollinedia clavigera*, *Rudgea parquioides*, *Allophylus edulis*, *Pavonia sepium* e *Cordia ecalyculata*. O índice de diversidade de Shannon-Wiener (H'), calculado para o transecto e a parcela foi de 1,79, ficando abaixo da média para as matas ciliares do país que variam entre 2,85 e 3,84. Contudo, o motivo deste baixo índice foi interpretado pelos autores como resposta à pequena amostra analisada (parcela de 225 m²).

Em trabalho de Moro et al (2007b) visando determinar o perfil arbóreo e herbáceo-arbustivo de capões de Floresta Ombrófila Mista, com objetivo de compreender a distribuição longitudinal dos componentes dos estratos da floresta, foram selecionados três capões no entorno de um dos atrativos do PNCG, denominado Furnas Gêmeas. Neste estudo foram identificadas 33 famílias botânicas, com 56 gêneros e 68 espécies, mais 31 táxons indeterminados a qualquer nível hierárquico. Dos 101 táxons relacionados, constam árvores (38), arbustos (30), ervas (29) e lianas (4).

Estes capões possuem vegetação primária, e estão sendo impactados pela atividade humana e de animais. Desta maneira, o estrato herbáceo-arbustivo, apresenta-se empobrecido. Entre as árvores, a família predominante é a Myrtaceae, seguida por Lauraceae e Flacourtiaceae. No estrato arbustivo, Rubiaceae é a família mais representativa, onde o estrato herbáceo é dominado por Poaceae. Próximo aos limites dos capões, e em clareiras, verificou-se a grande quantidade de Melastomataceae, Rutaceae, Myrsinaceae, e espécies ruderais de Asteraceae, Cyperaceae e Rosaceae (MORO et al 2007b).

Concluiu-se o estudo com a análise florística, em que se evidencia uma nítida transição entre espécies heliófitas para as ciófilas. Entretanto, se fazem necessárias investigações em uma maior quantidade de capões, com maior diâmetro, para estabelecer a questão da largura de borda neste tipo de florestas.

O impacto causado pela visitação turística e pastejo em áreas de campo nativo foi analisado por Dalazoana e Moro (2011) em quatro pontos de interesse de uso público para o Turismo no interior e entorno do Parque, sendo coletadas amostras na região das Furnas Gêmeas, próximo a ponte do Rio São Jorge, no balneário Capão da Onça e por fim, na Fazenda Capão da Onça, representando a porção do entorno. Ao todo foram determinadas 107 espécies distribuídas em 23 famílias botânicas, além de três espécies indeterminadas a qualquer nível. As famílias com maior riqueza específica foram Asteraceae e Poaceae (24 espécies cada), e Fabaceae (14 espécies).

Os resultados demonstraram que, em termos de número de espécies, a área turística não pastejada apresenta maior riqueza e é menos impactante em relação àquelas submetidas ao pastejo ou à roçada, atividades que apresentam o mesmo impacto em termos florísticos, que possui a família Poaceae como a mais afetada na redução de riqueza em função da herbivoria ou roçada. Seis gêneros têm potencial para serem utilizados como bioindicadores de áreas conservadas (*Croton*, *Galactia*, *Periandra*, *Cuphea*, *Pavonia* e *Commelina*), mas há necessidade de ampliação das áreas estudadas para melhor estabelecer este valor (DALAZOANA; MORO, 2011). Estes dados corroboram que o Turismo, ainda que não esteja sendo realizado de forma planejada nestes locais, interfere em menor grau na conservação dos recursos turísticos que a outras atividades.

Cabe ressaltar ainda, a existência de espécies exóticas encontradas nas áreas desta Unidade de Conservação, oriundas tanto a partir de reflorestamento dirigido quanto por sementes espalhadas através vento (anemocoria), conforme corrobora Oliveira (2012). Em estudo realizado por Ziller e Galvão (2002), identificou-se que as espécies invasoras, uma vez introduzidas a partir de outros ambientes, se adaptam e passam a se reproduzir em grande escala, podendo ocupar o espaço de espécies nativas e produzir alterações nos processos ecológicos naturais, tendendo a tornarem-se dominantes após um período de tempo.

Entre estas espécies, o gênero *Pinus*, devido sua capacidade de invasão e contaminação biológica, deverá receber grande atenção por parte do ICMBio, visando a remoção destes exemplares, que podem ser encontrados atualmente em áreas de uso público, como é o caso da Cachoeira da Mariquinha.

Outras análises como Oliveira (2001); Ritter, Estreiechen e Moro (2002), Ritter (2008) e Ritter, Ribeiro e Moro (2010), que evidenciou fragilidades físicas e químicas dos aspectos fitossociológicos e florísticos no interior do Parque Nacional dos Campos Gerais – PR, já seriam suficientes para justificar a necessidade de preservação deste local somente por sua composição vegetal.

Em relação ao clima, pode-se dizer que localização do Parque Nacional dos Campos Gerais, entre o reverso da Escarpa Devoniana e a barreira orográfica do escarpamento de Furnas, além da altitude média próxima a 1.000 m em relação ao nível do mar, são responsáveis pela delimitação climática desta Unidade de Conservação (OLIVEIRA, 2012).

De uma forma geral, estes fatores predominam em toda a região dos Campos Gerais, que sofre influências de suas características naturais e localização, podendo ser citadas a variação de temperatura, índices de precipitação, número de horas de insolação, umidade relativa do ar e direção e intensidade dos ventos (PATRIMÔNIO NATURAL DOS CAMPOS GERAIS, 2003).

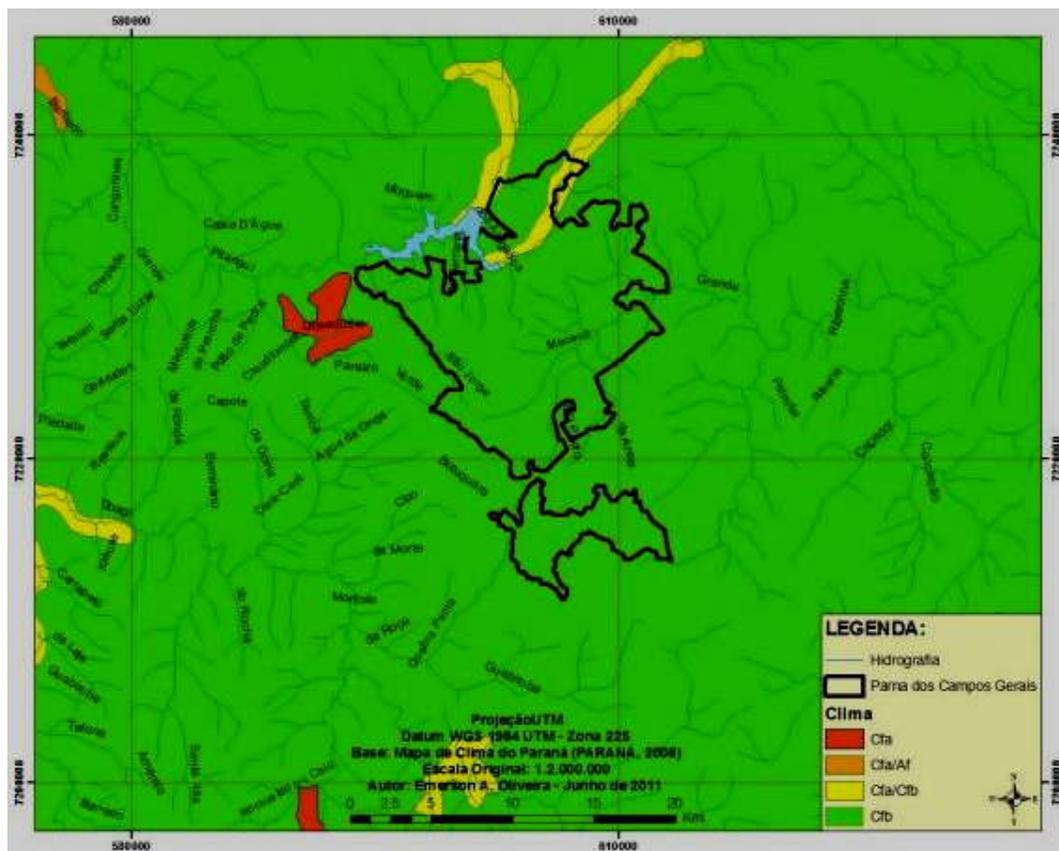
Assim, o clima do PNCG está classificado como mesotérmico (subtropical a temperado), sempre úmido (sem estação seca definida) e com verões amenos (mês mais quente com temperatura média inferior a 22° C), enquadrando-o como Cfb segundo a classificação de Köppen (PARANÁ, 2008 apud OLIVEIRA 2012).

Tendo por base os dados do Instituto Ambiental do Paraná (2004, p. 3), são identificados dois tipos de climas para o Estado do Paraná, seguindo a classificação de Köppen, sendo respectivamente:

- Cfa: Clima subtropical com temperatura média no mês mais frio inferior a 18° C (mesotérmico) e temperatura média no mês mais quente acima de 22° C, com verões quentes, geadas pouco frequentes com maior tendência de chuvas nos meses de verão, não possuindo estação seca definida;
- Cfb: Clima temperado com temperatura média no mês mais frio abaixo de 18° C (mesotérmico), verões frescos, temperatura média no mês mais quente abaixo de 22° C e também sem estação seca definida.

Desta forma, o Parque Nacional dos Campos Gerais apresenta também as duas classificações climáticas no interior dos seus polígonos, contudo, ao analisar a figura 7, verifica-se a predominância do clima Cfb, com pequenas áreas mais quentes, representadas pela sigla Cfa/Cfb.

Figura 7 - Clima predominante no Parque Nacional dos Campos Gerais



Fonte: OLIVEIRA, 2012.

A temperatura média dos Campos Gerais varia entre 18 e 19° C, onde as variações de temperatura também estão relacionadas com as características do relevo, assim como com o deslocamento das Massas de Ar Frio e dos Ventos Marítimos Úmidos (PATRIMÔNIO NATURAL DOS CAMPOS GERAIS, 2003). Contudo, Oliveira (2012) ao utilizar dados da já desativada estação meteorológica do IAPAR, localizada a cerca de 6 km a sudoeste do PNCG, registra dados mais precisos sobre a área abordada neste estudo.

De acordo com o autor, durante os meses de verão verificam-se temperaturas em torno de 21° C, com médias máximas de 27° C e médias mínimas de 17° C. Da mesma forma, nos meses de inverno, são observadas temperaturas inferiores à 14° C, com médias máximas de 20° C e mínimas de 9° C (OLIVEIRA, 2012).

Sobre a umidade relativa, que sofre influência do Oceano Atlântico e da transpiração da Floresta Ombrófila Mista, a média concentra-se em 77,2%, sendo bastante similar à encontrada em toda a região dos Campos Gerais, com média entre 75 e 80% (OLIVEIRA, 2012; PATRIMÔNIO NATURAL DOS CAMPOS GERAIS, 2003).

A precipitação média anual encontra-se entre 1.200 e 1.800 mm, com maior parte da região dos Campos Gerais com índices pluviométricos entre 1.400 e 1.600 mm (PATRIMÔNIO NATURAL DOS CAMPOS GERAIS, 2003). Os dados da estação meteorológica do IAPAR descritas em Oliveira (2012) apontam um total anual médio de 1.554 mm, com o mês de janeiro sendo mais chuvoso e agosto como mais seco, tendo médias de 186,5 e 78,9 mm, respectivamente. Portanto, estes dados corroboram com a média da região onde a Unidade de Conservação localiza-se.

Em relação à insolação, que indica o total de horas com iluminação solar sem a interferência de nuvens, verifica-se a ocorrência de 7 horas de insolação diária, em média na área do PNCG (OLIVEIRA, 2012). A região dos Campos Gerais como um todo apresenta três distintas características sobre este fator, ao considerar intervalos de 200 h para a coleta dos dados. De acordo com o relatório sobre o Patrimônio Natural dos Campos Gerais, se observam os seguintes resultados:

No norte da região está a faixa com maior número de horas de insolação, que vai de 2.200 a 2.400 horas, as áreas centrais da região encontram-se na faixa de 2.000 a 2.200 horas de insolação e a porção sul da região e pequena parte do leste se encontram na faixa de 1.800 a 2.000 horas de insolação (PATRIMÔNIO NATURAL DOS CAMPOS GERAIS, 2003, p. 49).

Assim, percebe-se a necessidade de um estudo mais detalhado sobre a incidência da luz solar sobre o PNCG, para que melhores indicadores possam ser registrados, onde é sabido que a interferência da umidade do ar e da nebulosidade são condicionantes que alteram o número de horas com insolação.

Sobre os ventos, verifica-se através de Oliveira (2012) uma velocidade constante durante todo o ano, tendo em média 3 e 4 m/s, com picos concentrados em janeiro e fevereiro acima de 31 m/s. A direção destes, tem predominância à sentido nordeste, da mesma forma como ocorre no município de Ponta Grossa.

O PNCG também se destaca em relação à proteção de recursos hídricos, pois no seu interior estão localizadas importantes nascentes de rios que compõem algumas das bacias hidrográficas presentes na Região dos Campos Gerais.

Para a Bacia do rio Tibagi, destacam-se os rios Pitangui, que se divide em outras três sub-bacias com os rios Verde, São Jorge e Jotuva, que também são responsáveis pela formação de balneários que terão acesso para uso público, como é o caso dos atrativos Capão da Onça e São Jorge; o rio Quebra Perna, que tem suas águas como formadoras do atrativo Cachoeira da Mariquinha; e o rio Quebra Pedra, que deságua no Buraco do Padre. De acordo

com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA (PARANÁ, 2010), a Bacia Hidrográfica do rio Tibagi possui uma área de 24.973,4 km², separada pelas unidades hidrográficas do Alto Tibagi e do Baixo Tibagi.

Por outro lado, para a Bacia do rio Ribeira dois formadores deste rio estão também protegidos pelo Parque, sendo os rios Guarituba e Ribeirão Grande, além de diversos afluentes e nascentes sem denominação (OLIVEIRA, 2012). Em relação à extensão das bacias dentro dos polígonos que compõem a Unidade de Conservação, esta tem maior área (em ha), conforme pode ser observada na tabela 6.

Tabela 6 – Áreas das principais Bacias Hidrográficas presentes no PNCG

Bacias (Micro/Macro)	Área (ha)
Grande/Ribeira	8.652,43
Pitangui/Tibagi	5.543,61
Quebra-perna/Tibagi	2.000,23
Guarituba/Grande/Ribeira	1.306,78
São Jorge/Pitangui/Tibagi	1.977,96
Verde/Pitangui/Tibagi	990,34
Jotuva/Pitangui/Tibagi	816,18
Área Total Aproximada	21.287,52

Fonte: OLIVEIRA, 2012.

Além das bacias, Oliveira (2012) destaca o lago da Represa de Alagados, responsável por abastecer aproximadamente 38% da água consumida em Ponta Grossa e parcelas dos municípios de Castro e Carambeí, que também dividem o PNCG. As águas que formam a represa são oriundas do rio Pitangui e Jotuva, e tiveram como fundamento inicial, a produção de energia elétrica em 1929, tendo seu potencial utilizado para o fornecimento de água a partir de 1977.

Na atualidade, o lago é também utilizado como um espaço de recreação e lazer, onde barcos motorizados são vistos com frequência no local, o que geram discussões sobre quais modalidades podem ou não serem exploradas pelos moradores, já que esta água é também consumida pela população dos municípios citados.

Sobre a classificação dos solos encontrados no Parque Nacional dos Campos Gerais, Oliveira (2012, p. 125) destaca que sua diversidade “é reflexo da variação geológica e

geomorfológica da região onde está localizado, influenciada pelo clima local, especialmente pela precipitação pluviométrica”.

Tendo por referência o levantamento de Oliveira (2012), que mapeou 19 unidades no interior do Parque e que também considerou Mello et al (2007); Fasolo et al (2002) e as porções de áreas comuns do PNCG com a Área de Preservação Ambiental Estadual da Escarpa Devoniana, presentes no plano de manejo desta, verificou-se que os CAMBISSOLOS HÁPLICOS Tb Distróficos podem ser considerados os mais comuns da Unidade de Conservação, em áreas tanto do Primeiro quanto do Segundo Planalto.

Observou-se a proeminência em locais do Primeiro Planalto os LATOSSOLOS BRUNOS Distróficos, especialmente nas áreas das bacias dos rios Pitangui e Jotuva, em locais com relevo mais dissecado ocorrem CAMBISSOLOS HÁPLICOS Ta Distróficos e Ta Eutróficos, e também os LATOSSOLOS VERMELHO-AMARELOS, em condições de meia encosta menos íngremes (OLIVEIRA, 2012).

Os Cambissolos álicos e distróficos são também a classe mais comum na região dos Campos Gerais, podendo ser encontrados em áreas com relevo em entalhamento, e como segunda classe mais comum da região, os Latossolos prevalecem, em locais onde a erosão não é intensa. Somente estes dois grupos são responsáveis por predominar por cerca de 70% das classes encontradas na região (PATRIMONIO NATURAL DOS CAMPOS GERAIS, 2003).

Além destes, junto ao reverso da Escarpa Devoniana e sobre o arenito Furnas, destacam-se de forma expressiva os NEOSSOLOS LITÓLICOS Distróficos. Nas planícies, por sua vez, predominam GLEISSOLOS MELÂNICOS Distróficos associados aos NEOSSOLOS FLÚVICOS Tb e Ta Distróficos, especialmente às margens dos rios Pitangui e Jotuva, que sofrem influência da Represa de Alagados (OLIVEIRA, 2012).

Os dados sobre a fauna encontrada no PNCG são muito escassos, resumindo na maioria dos casos em áreas próximas aos polígonos, como o Parque Estadual de Vila Velha – PEVV e a APA da Escarpa Devoniana. Assim, optou-se nesta caracterização demonstrar as espécies que são encontradas na região dos Campos Gerais como um todo, onde ainda assim, os autores destacam a pouca quantidade de informações e a necessidade de estudos aprofundados. Entende-se, portanto, que a possibilidade de ocorrência destas ou de outras espécies dentro da UC pode ser ainda maior.

Tem-se em estudos sobre a região do PEVV realizada por Godoy (2008, p. 48-49) um resumo da diversidade das espécies em grandes grupos, que abrange:

- Lepidópteros – compreende as borboletas que ao todo são 1500 espécies conhecidas no Estado do Paraná, sendo que 323 vivem no parque.

- Peixes – o parque possui cerca de 21 espécies de peixes. As espécies de maior porte são encontradas na Lagoa Dourada, como o corimbatá (*Prochilodus lineatus*), a tubarana (*Salminus hillarii*) e o cará (*Geophagus brasiliensis*). Contudo, os lambaris que habitam a fuma 2 merecem relevância por se diferenciar em termos genéticos dos demais lambaris encontrados normalmente nos rios da região (pode tratar-se de uma espécie endêmica das fumas).

- Anfíbios – foram registradas aproximadamente 19 espécies de anfíbios no Parque Estadual de Vila Velha, das 120 existentes no Estado do Paraná, com destaque para as espécies raras como a rã-de-chifres (*Proceratophrys boiei*) e a perereca-bicuda (*Scinax squalirostris*).

- Répteis – há 35 espécies de répteis no parque, das 60 que o Estado do Paraná possui, dando-se destaque para as espécies raras e ameaçadas de extinção, como a cobra-capim (*Liophis almadensis*), cobra-de-listras (*Lygophis flavifrenatus*), cobra-cipó (*Chironius flavolineatus*), dentre outras. Cobras venenosas, como a coral verdadeira (*Micrurus altirostris*), a urutu (*Bothrops alternatus*) e a cascavel (*Crotalus durissus*), também são encontradas no PEVV.

- Aves – a avifauna paranaense inclui um número aproximado de 600 espécies. Destas, 233 espécies são encontradas no parque. A avifauna desse local é composta por espécies residentes (ocorrem todo ano) e migratórias (registradas apenas em uma estação específica). Dentre elas, destaca-se o andorinhão-decoleira-falha, que reside nos afloramentos (arenitos) e na Fuma de número 1; e o macuquinho-do-brejo (*Scytalopus iraiensis*).

- Mamíferos – os mamíferos do parque são representados por 60 espécies. Esse número corresponde a pelo menos 75% dos mamíferos ocorrentes na bacia hidrográfica do rio Tibagi, demonstrando a importância do PEVV para a conservação da fauna dos Campos Gerais. O lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), a suçuarana (*Puma concolor*) e o veado-catingueiro (*Mazama gouazoubira*), dentre outros mamíferos, constituem destaque das espécies que vivem no local.

Nas áreas das bacias dos rios Quebra-Perna e Guabiroba, Nanuncio et al (2002), identificaram através da visualização ou da interpretação de vestígios a ocorrência de quatro animais raros: *Chrysocyon brachyurus* (Lobo-guará); *Leopardus sp.* (Gato-do-mato); *Leopardus pardalis* (Jagatirica) e *Felis concolor* (Puma), 15 animais silvestres, dois exóticos e também vestígios de animais domésticos.

Através da revisão bibliográfica realizada por Braga (2003), verifica-se que os Campos Gerais abriga cerca de 54% do total de mamíferos terrestres registrados no Paraná,

com 98 espécies conhecidas, distribuídas em dez ordens distintas, representadas por 24 famílias. As razões que levam a este elevado índice se devem à grande complexidade de ambientes encontrados na região, o que favorece a ocorrência de espécies com os mais diferentes requisitos ecológicos. Além disto, Braga (2003) atenta ao fato de que, das 30 espécies ameaçadas e das 23 presumivelmente ameaçadas de extinção do Paraná, os Campos Gerais abrigam 23 e 13, respectivamente. Ressalta-se que neste estudo, realizado em 2003 o PNCG ainda não estava criado, por este motivo, a autora tece considerações sobre a pouca eficiência das UCs para a proteção das espécies catalogadas.

Em Oliveira (2012) são observados os resultados de Relatórios de Impacto Ambiental – RIMA que distam até 30 km dos limites do PNCG. Em um dos levantamentos realizado no Primeiro Planalto, foi identificado um total de 76 espécies de mamíferos, distribuídas em nove ordens e 26 famílias, tendo a maior riqueza de espécies para morcegos, com 22 espécies (13,4%), seguida por 17 espécies de roedores (7,2%). Em outro estudo, mais próximo do Parque foram estimadas 61 espécies, distribuídas em nove ordens, demonstrando ainda que a região apresenta uma mastofauna que ocupa uma grande variedade de nichos, em função da diversidade de ambientes e do bom estado de preservação de alguns remanescentes florestais presentes nas encostas do rio Ribeira e seus afluentes.

Sobre morcegos encontrados na região de Ponta Grossa, Zanon & Reis (2007) apud Oliveira (2012) registraram 247 indivíduos de oito espécies, onde a família Phyllostomidae foi a mais capturada. Neste estudo, a necessidade de preservar as áreas florestais da região foi enfatizada para garantir a sobrevivência destes mamíferos.

Em relação as aves, Uejima e Bornschein (2007) identificaram registros de 427 espécies na região, quantitativo superior a 50% de todas as espécies conhecidas em todo o Estado, contendo a família Emberizidae o total mais representativo, com 80 espécies, seguida pela família Tyrannidae, com 76 espécies, a Furnariidae, com 25 e Accipitridae, com 20, onde a maior parte das espécies (51,3%) possui hábito florestal.

Além destes resultados, os autores também ressaltam que 65 espécies (15,2% do total), são endêmicas do bioma Floresta Atlântica, percentual significativo ao analisar a questão de escala, já que os estudos concentraram-se em uma área distante da Serra do Mar e do litoral, onde este bioma é rico em ambientes e espécies.

Outra análise que oferece dados que indicam a riqueza das aves do PNCG foi observada por Anjos e Graf (1993, apud OLIVEIRA, 2012) na Fazenda Santa Rita, distando cerca de 10 km do Parque e com características semelhantes à este. Em ambientes que mesclam capões de floresta com araucárias e campos naturais, foram registradas 303 espécies,

distribuídas em 208 que ocorrem apenas em um dos habitats enquanto as demais foram registradas tanto em áreas de florestas quanto em campos.

O plano de manejo da APA da Escarpa Devoniana (PARANÁ, 2004a) apontou para a área, com base em levantamentos bibliográficos e consulta ao acervo do Museu de História Natural Capão da Imbuia, um total de 337 espécies, correspondente a 47% das espécies que ocorrem no Paraná. Destas, oito espécies fazem parte da lista de espécies ameaçadas de extinção: pica-paude-cara-acanelada (*Dryocopus galeatus*), águia-cinzenta (*Harpyaliaetus coronatus*), caboclinho-de-chapéu-cinzento (*Sporophila cinnamomea*), caboclinho-de-barriga-preta (*Sporophila melanogaster*), galinho (*Alectrurus tricolor*), papagaio-de-peito-roxo (*Amazona vinacea*), papa-mosca-docampo (*Culicivora caudacuta*) e a codorninha (*Taoniscus nanus*).

Baseando-se também pelo plano de manejo do Parque Estadual de Vila Velha (PARANÁ, 2004b), a listagem de aves do PEVV e entorno totalizou 233 espécies confirmadas, destas, oito foram registradas apenas no entorno desta UC. O quantitativo de espécies registradas representa aproximadamente 50% de todas as aves assinaladas para a bacia hidrográfica do rio Tibagi (483 espécies). Ainda assim, os autores reconhecem que o inventário das aves do PEVV é insuficiente, sendo esperável registrar outras espécies no local. A considerar a extensão do PNCG, estima-se que o total desta última UC seja ainda mais representativo que os dados já encontrados na região.

Em relação aos répteis, o plano de manejo da APA da Escarpa Devoniana (PARANÁ, 2004a) apresenta alguns indicadores que embora não representem dados atualizados. Na ocasião do estudo, verificou-se que os registros mais amplos datavam da década de 80. Ainda assim foi registrada a presença de 62 espécies, das quais a grande maioria (48 espécies, ou 77%) são serpentes. Foram também observadas nove espécies (15%) de lagartos, duas espécies (3%) de anfisbenas e três de cágados (5%).

O plano de manejo do PEVV (PARANÁ, 2004b) destaca que os únicos registros sobre herpetologia em áreas de Campos Sulinos foram coletados no interior desta UC, entre os anos de 1983 e 1984. Neste inventário 48 exemplares de 35 espécies foram obtidos, destacando-se em estudos recentes, porém pontuais, o registro de dois exemplares de *Ditaxodon taeniatus*, rara serpente campestre ameaçada de extinção e não registrada na natureza desde 1970. Para a região dos Campos Gerais, o plano aponta um total estimado em 60 espécies de répteis, divididas em duas espécies de quelônios, 13 de lagartos e 45 de serpentes.

Além destes, em Buss (2007) têm-se uma mescla de dois estudos sobre répteis dos Campos Gerais, envolvendo o PEVV e o Parque Ecológico Samuel Klabin, que faz parte da

RPPN Fazenda Monte Alegre. Para os dados analisados no plano de manejo de 2001 do PEVV, analisado pela autora, o inventário indicava 59 espécies, distribuídas em 14 famílias, enquanto a Fazenda Monte Alegre registrou 38 espécies, distribuídas em 12 famílias. Na análise comparativa dos dados, notou-se que apesar das características vegetacionais e climáticas serem semelhantes nestas duas UCs, as listas de répteis identificados diferem em algumas espécies: 26 ocorrem nos dois locais, 32 constam como existentes no PEVV mas não na Fazenda Monte Alegre, enquanto a situação inversa acontece para outras 12 espécies.

Estes resultados demonstram a fragilidade dos atuais inventários sobre répteis na região, que devem ser explorados em estudos direcionados.

Em relação aos peixes, os dados são ainda mais restritos. Dados contidos no plano de manejo da Escarpa Devoniana (PARANÁ, 2004a), que abrange os rios Iguazu, Tibagi, das Cinzas, Itararé e Ribeira, destes, somente o último está presente no PCNG. Para tanto, o estudo apontou o total de aproximadamente 92 espécies de peixes, distribuídas em seis ordens e 22 famílias, sendo Characidae (20 espécies), Loricariidae (18 espécies) e Anostomidae (8 espécies) as mais representativas.

De acordo com o registro de espécies de peixes ocorrentes no PEVV (PARANÁ, 2004b) listadas em seu plano de manejo, verifica-se que as ordens Characiformes (52,4%) e Siluriformes (33,3%) foram predominantes, onde outras ordens significaram 14,3% das espécies listadas. Entre os Characiformes a família Characidae foi representada por sete espécies (33,3% das espécies inventariadas) e entre os Siluriformes a família mais representativa foi Pimelodidae com quatro espécies (19% das espécies).

Em estudo sobre a estratégia reprodutiva dos peixes do Parque Estadual de Vila Velha, Shibatta, Orsi e Artoni (2006) capturaram 26 espécies, onde 17 destas ocorreram na Lagoa Dourada, 13 no ribeirão Guabiroba, 3 no Rio Tibagi e 1 no Rio Pitangui, tendo nove espécies presentes tanto no ribeirão Guabiroba quanto na Lagoa Dourada.

Oliveira (2012), de posse do estudo de impacto ambiental para empreendimentos hidrelétricos no rio Ribeira, destaca o levantamento da Ictiofauna do Rio Pitangui realizado por Gealh et al (2008, apud OLIVEIRA, 2012), com a coleta de 4.013 exemplares pertencentes a 45 espécies, distribuídas em 31 gêneros e 20 famílias. As espécies mais abundantes foram: *Astyanax fasciatus* (lambari do rabo vermelho), com 622 exemplares, *Bryconamericus aff. iheringii* (lambarizinho) com 329 e *Oligosarcus paranensis* (saicanga) com 307.

Para a bacia do Ribeira também existe um estudo de impacto ambiental onde foi identificada a ocorrência de pelo menos 32 espécies, distribuídas em seis ordens e 14 famílias, tendo nove espécies como exclusivas do Ribeira (OLIVEIRA, 2012).

Percebe-se assim, que grande é o potencial da fauna a ser comprovada e inventariada no PNCG, entretanto, sugere-se a realização de levantamentos específicos para cada grupo, com esforço amostral amplo, para maiores subsídios de dados visando à elaboração do plano de manejo desta UC.

Por fim, concorda-se ainda com Oliveira (2012, p. 93) quando o autor afirma “que a composição geológica foi a condicionante fundamental para a criação do Parque Nacional dos Campos Gerais no local e formato com que foi concebido”.

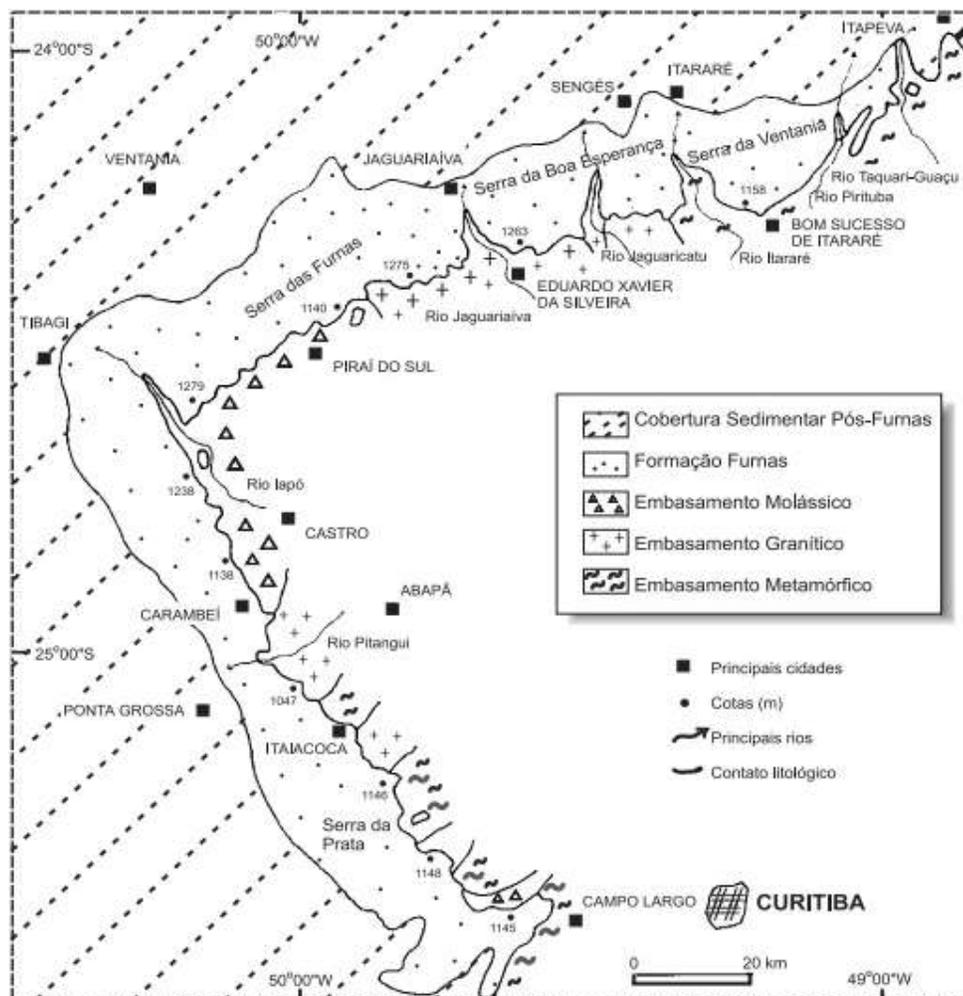
A razão para tal afirmação consiste pelo PNCG estar localizado em um segmento do Escarpamento Furnas, local que também é referência para distinguir os limites entre o primeiro e segundo planaltos paranaenses. De acordo com Souza e Souza (2002, p. 300), pode-se definir este sítio geomorfológico como:

O Escarpamento Estrutural Furnas constitui uma paleoforma de relevo muito bem preservada, originada e exposta há milhões de anos, sendo por isso um raro Sítio Geomorfológico brasileiro. O Sítio engloba o escarpamento propriamente dito e toda a sua zona de influência, de cerca de 5 km de largura, representada por um conjunto de feições geomorfológicas especiais como relevos ruiformes, canhões, morros testemunhos, pináculos, rampas pedimentares e depósitos de tálus. A sua origem e evolução estão associadas a uma série de processos geodinâmicos endógenos, iniciados com a ruptura do Gondwana no Mesozóico superior, e exógenos associados a alternâncias climáticas e à atuação de erosão diferencial intensa ocorridas principalmente durante o Terciário e o Quaternário inferior.

De acordo com os autores, o Escarpamento Estrutural Furnas engloba quatro feições geomorfológicas principais, sendo: face, sopé, reverso e frente. A face é definida por um paredão rochoso abrupto vertical, com alturas que atingem até 120 m; o sopé apresenta vertentes com inclinação entre 25° e 40°, que são formadas por rampas pedimentares (feições remanescentes de climas áridos a semi áridos e quentes durante o Terciário) e depósitos de tálus (depósitos quaternários originados em condições mais úmidas de clima Subtropical); o reverso, por sua vez, é representado por uma superfície de topografia suavemente colinosa e pouco inclinada para o interior, que tem sido profundamente entalhada por rios que formam canhões, nascentes, cachoeiras e corredeiras; por fim, a frente é caracterizada por relevos residuais denominados de morros testemunhos e pináculos, os quais são constituídos por arenitos silicificados e pouco fraturados que resistiram à ação total dos processos erosivos, isolando-se do escarpamento principal (SOUZA; SOUZA, 2002).

Seu contexto geológico e extensão, que abrange os Estados do Paraná e São Paulo podem ser visualizados na Figura 8.

Figura 8 - Escarpamento Furnas



Fonte: SOUZA; SOUZA, 2002.

Este Sítio compõe a borda Leste da Bacia Sedimentar do Paraná, implantado sobre as rochas areníticas da Formação Furnas. Pode-se conceituar esta formação através de um:

intervalo arenítico do Devoniano Inferior que, juntamente com os folhelhos da Formação Ponta Grossa, compõe em grande parte um ciclo transgressivo de 2ª ordem do Devoniano da bacia do Paraná, conhecido litoestratigraficamente como Grupo Paraná. Constitui-se basicamente de quartzarenitos esbranquiçados finos a grossos. Lutitos e ruditos são bastante subordinados; estes sendo encontrados principalmente na porção basal da unidade e, aqueles, como raras camadas finas na porção média superior. Possui estratificações cruzadas e plano-paralelas como principais estruturas sedimentares. Apresenta uma espessura média de 200 m (LOBATO; BORGHI, 2005, p. 2).

Além destes, o Parque Nacional dos Campos Gerais também está disposto sobre o Grupo Itaiacoca, constitui um pacote metassedimentar de baixo grau com predomínio de rochas dolomíticas, cuja história metamórfica complexa envolveu metamorfismo regional em fácies xisto verde, metamorfismo associado a zonas de cisalhamento regionais, metamorfismo de contato com o Complexo Granítico Cunhaporanga e com os diques de diabásio do Arco de Ponta Grossa (SAUNITE et al., 2011).

Este Grupo é definido também por Oliveira (2012) como um espesso pacote dobrado de rochas de baixo grau metamórfico, alongado na direção sudoeste-noroeste, inserido entre os Complexos Graníticos Cunhaporanga, e Três Córregos, estes, também presentes na área.

Além destas características, o Grupo Itaiacoca contém as maiores reservas de talco do país, gerado a partir da interação entre os metadolomitos e fluidos aquosos ricos em sílica, formando talco xistos em zonas de cisalhamento, além de talco em fraturas na periferia dessas zonas (SAUNITE et al., 2011).

Desta forma, as rochas do Grupo Itaiacoca e dos Complexos Cunhaporanga e Três Córregos, constituem o embasamento dos arenitos devoniano-silurianos da Formação Furnas na área do Parque Nacional dos Campos Gerais, sendo todo o conjunto cortado por diques de direção aproximada sudeste - noroeste, relacionados aos derrames basálticos da Formação Serra Geral no terceiro planalto paranaense (OLIVEIRA, 2012).

Em relação ao Arco de Ponta Grossa, o mesmo pode ser denominado como um soerguimento da crosta terrestre na borda leste da Bacia do Paraná, ativo principalmente no Mesozóico, que além de promover o levantamento da crosta, o arqueamento das rochas originou feixes subparalelos de fraturas profundas, que deram passagem a magma basáltico, que consolidado formou enxames de diques, constituídos de diabásio (MELO; ASSUNÇÃO, 2013).

De acordo com Melo e Assunção (2013) o Arco de Ponta Grossa marcou profundamente a geologia e geomorfologia do Paraná, que além de originar os enxames de diques, soleiras e derrames, influenciou também no escalonamento do relevo nos três planaltos paranaenses em escadaria e na concavidade do limite da Bacia do Paraná, que apresenta uma reentrância coincidente com o eixo mais elevado do Arco.

Corroborando com Melo et al (2007), Oliveira (2012) cita como principais estruturas geológicas dos Campos Gerais as Estruturas Rúpteis, que destacam-se por representar o desenvolvimento de furnas, depressões e lagoas devido à erosão subterrânea, bem como os movimentos verticais dominantes associadas à ruptura do Gondwana e magmatismo da

Formação da Serra Geral; o Arco de Ponta Grossa, por influenciar a aceleração da dissecação e exposição do embasamento, mudança esta que alterou a morfologia do relevo, onde este começou a adquirir o atual modelo da paisagem, ainda que os processos tectônicos ainda seja atuante através de evidências de basculamento e rotação de blocos e mudanças no nível de base das drenagens, através de um possível ajuste tectônico de falhamentos e; os Sedimentos Holocênicos (Quaternário), encontrados nas margens dos principais corpos hídricos (planícies aluvionares) ocorrentes no PNCG.

Ainda que em menor escala, a Formação Iapó também se apresenta na área do Parque, caracterizada como uma unidade delgada, geralmente com menos de 20 m de espessura, ocorrendo descontinuamente numa área de vários quilômetros quadrados contendo diamictitos maciços como principal fácies, ocorrendo seixos facetados e estriados, sendo considerados tilitos subglaciais, sendo resultado da glaciação no limite Ordoviciano/Siluriano (ASSINE; ALVARENGA; PERINOTTO, 1998).

Esta Formação tem afloramento na base de uma rocha exposta junto à cachoeira do rio São Jorge, um dos atrativos de uso público do Parque Nacional dos Campos Gerais, numa das diversas falhas locais do arenito Furnas, sendo este considerado um dos raros afloramentos da formação na região (OLIVEIRA, 2012).

Na Tabela 7, pode-se observar as áreas das Formações Geológicas encontradas no interior do PNCG elaborada por Oliveira (2012) através de mapeamentos geológicos, interpretação das cartas planialtimétricas e das imagens de satélite, corroboradas por checagens em trabalho de campo, onde os Arenitos Furnas e o Complexo Granítico Cunhaporanga representam as maiores formações do Parque.

Tabela 7 - Áreas das Formações Geológicas mapeadas no Parque Nacional dos Campos Gerais

Formação	Idade	Área (ha)
Arenito Furnas	Paleozóico/Devoniano	8.113,12
Granito Cunhaporanga	Paelozóico	7.969,57
Filitos/Grupo Itaiacoca	Proterozóico Superior	2.467,43
Sedimentos Holocênicos	Quaternário/Holoceno	1.292,47
Dolomitos/Grupo Itaiacoca	Proterozóico Superior	833,32
Quartzitos/Grupo Itaiacoca	Proterozóico Superior	481,68
Granito Três Córregos	Proterozóico Superior	129,65
	Área Total Aproximada	21.287,24

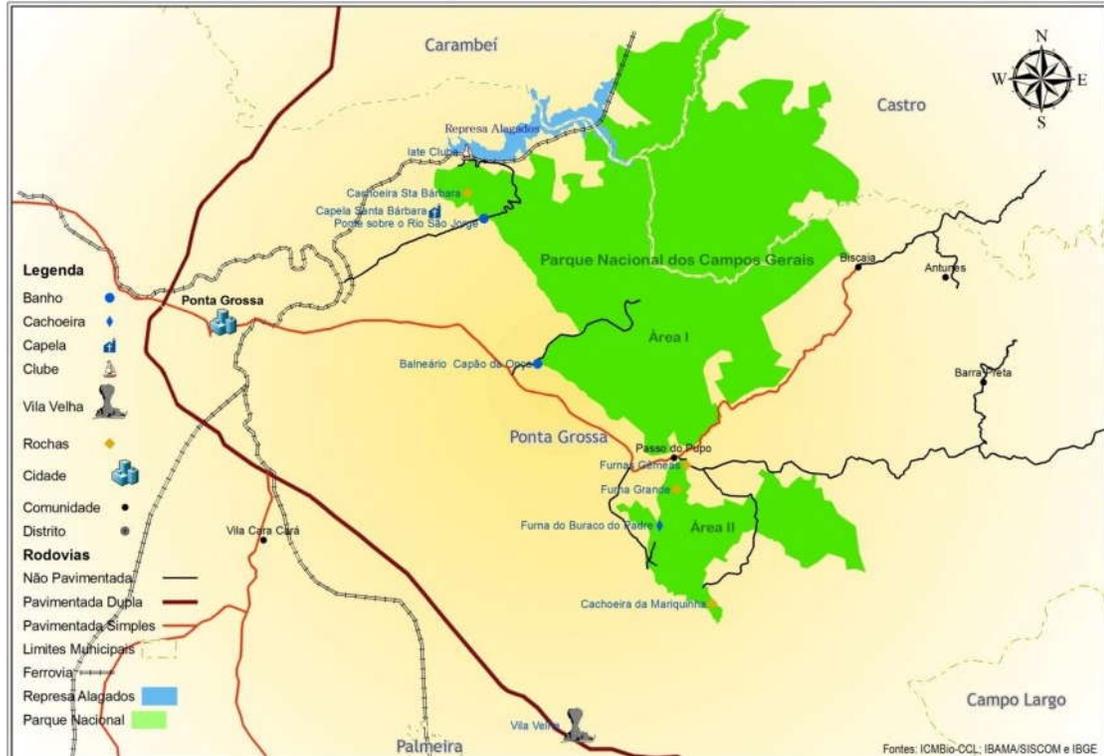
Fonte: OLIVEIRA, 2012.

As características geológicas presentes na área do PNCG são responsáveis pela maior parte de sua atratividade turística, formados pelas fraturas da Bacia Sedimentar do Paraná e posterior erosão que permitiu o afloramento das rochas e arenitos (MELO; LOPES; BOSKA, 2009). Estes atrativos serão detalhados no próximo subitem.

2.2.1 RECURSOS TURÍSTICOS

Nas áreas do Parque Nacional dos Campos Gerais existem ainda recursos naturais localizados nos limites desta Unidade de Conservação (Figura 9), que serão utilizados como áreas de uso público, sendo previstas sete no total¹⁴, onde o Buraco do Padre deverá compor duas opções, tanto em seus paredões do “Setor Macarrão” quanto ao local da Furna. O mesmo caso se aplica para o *cânyon* do Rio São Jorge, que se divide entre a ponte sobre o rio e a cachoeira. Os outros três locais são: a Cachoeira da Mariquinha, o Capão da Onça e o conjunto da Furna Grande e das Dolinas Gêmeas, conforme serão detalhados a seguir.

Figura 9 – Disposição dos recursos turísticos no Parque Nacional dos Campos Gerais



Fonte: ICMBio, 2012.

¹⁴ Ressalta-se que na área do PNCG ainda existem outros recursos turísticos, contudo, prevaleceram neste estudo, aqueles destacados pelo Termo de Referência do ICMBio (2012).

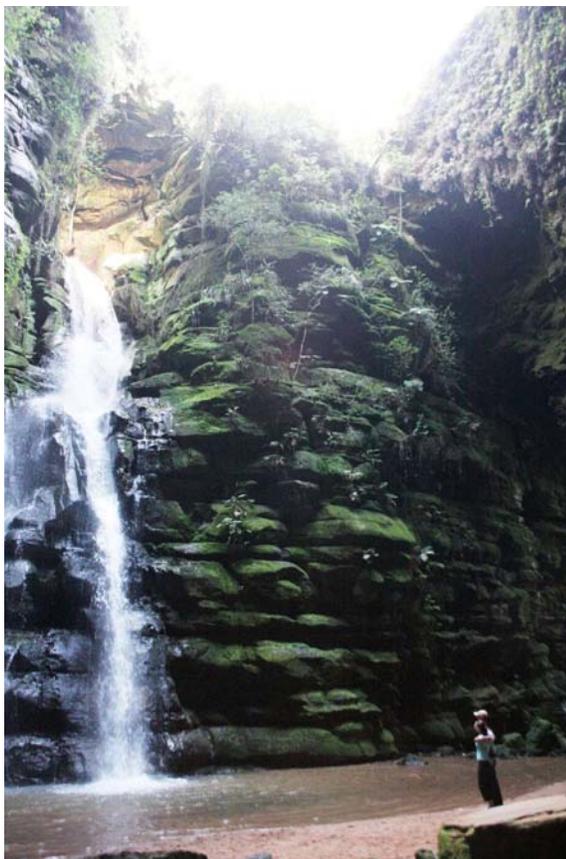
- **Buraco do Padre**

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (2012), o nome do atrativo está ligado à história da presença de Padres Jesuítas neste local, onde teriam utilizado o alto do platô para meditação e descanso. Após serem observados por indígenas ou caboclos, o local foi sendo associado ao nome Buraco do Padre.

Contudo, esta afirmação é questionada por Melo, Lopes e Boska (2005, p. 2), onde afirmam que “não existe registro de sua utilização há cerca de 50 anos, do que se depreende que este nome é relativamente recente”. Se esta denominação é uma lenda ou não dificilmente pode ser corroborada, mas este nome já está ligado à identidade local e ao imaginário popular.

O Buraco do Padre (Figura 10) é uma furna com aproximadamente 30 m de diâmetro e 40 m de profundidade visível, que possui em seu interior uma cachoeira formada pelas águas do Rio Quebra Pedra, acima 25 m de sua base, e um pequeno lago arenoso (MELO; LOPES; BOSKA, 2005).

Figura 10 - Buraco do Padre



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, 2012.

O acesso a este atrativo, a partir de Ponta Grossa – PR, se dá através da Rodovia PR-513 (Rodovia do Talco), onde deve-se percorrer cerca de 18 km, e em seguida entrar em uma estrada secundária não pavimentada, por cerca de 6 km, onde logo após a passagem por um ponte em madeira, vira-se à esquerda para alcançar a área utilizada como estacionamento. Para chegar ao interior desta Furna, é necessário deslocar-se por cerca de um quilômetro em uma caminhada leve a partir de uma trilha, onde os arenitos da Formação Furnas são amplamente visualizados para contemplação dos visitantes.

Este atrativo, além de estar protegido pelo Decreto de criação do Parque Nacional dos Campos Gerais a partir de 2006, também está sob proteção da Área de Proteção Ambiental da Escarpa Devoniana, desde 1992 e pela Lei nº 4.832 de dezembro de 1992 do município de Ponta Grossa, onde é caracterizado como um Parque Municipal.

- ***Cânyon do Rio São Jorge***

O *cânyon* do Rio São Jorge destaca-se por sua beleza e por ser o local, em lendas e no imaginário da população, escolhido para guardar tesouros em ouro deixados por padres jesuítas que abrigavam a região no passado.

O atrativo possui proteção municipal pela Lei nº 4.832/92, que o considera como uma Unidade de Conservação na categoria Parque Municipal, além de estar inserido no interior do Parque Nacional dos Campos Gerais, desde 2006.

O visitante tem contato neste local com uma paisagem de relevante beleza cênica. O Rio São Jorge, ao seguir seu curso por entre as rochas do *cânyon*, forma diversas quedas d'água durante todo o seu caminho, onde a maior das cachoeiras possui aproximadamente 30 metros de altura, sendo esta, um dos grandes interesses dos turistas (Figura 11). Na área conhecida como “Ponte do São Jorge” é possível desfrutar das águas do rio para banhos e lazer.

Figura 11 - Cãnyon do Rio São Jorge



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, 2012.

Além das quedas d'água, suas paredes de rocha são utilizadas para a prática de *rappel* e em determinados lugares, é possível contemplar pinturas rupestres nos arenitos da Formação Furnas, deixados provavelmente por indígenas pré-coloniais (SILVA; PARELLADA; MELO, 2007).

A infraestrutura disponível na atualidade é a melhor entre os demais espaços de uso público do PNCG, porém ainda está aquém das necessidades impostas pelo Ecoturismo. No momento este recurso conta com uma lanchonete, sanitários, chuveiro quente, pontos com energia elétrica, espaço não delimitado para *camping* e trilhas esparsas (PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, 2012).

O acesso ao São Jorge, como é conhecido popularmente, se dá pela via Arichernes Carlos Gobbo, com bifurcações pouco sinalizadas que direcionam até o local e sem pavimentação. O atrativo dista cerca de 15 km do centro de Ponta Grossa. No momento, a

exploração turística do atrativo está sendo realizada pelo atual proprietário da área, que cobra diferentes valores para aqueles que desejam passar o dia ou acampar no local.

- **Cachoeira da Mariquinha**

Formada pelas águas do rio Quebra Perna, a Cachoeira da Mariquinha (Figura 12) é um atrativo com uma queda d'água com cerca de 30 metros de altura, que na sua base, forma um pequeno balneário arenoso (PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, 2012).

Saindo de Ponta Grossa – PR, o acesso a este local se dá pela Rodovia PR-513, distando aproximadamente 32 km do centro da cidade, onde cerca de 14 km destes, é realizado por estrada não pavimentada. No momento, a sinalização para a entrada no atrativo é falha, podendo gerar dificuldades para encontrá-lo.

Durante o caminho pela trilha que dá acesso à cachoeira, os visitantes têm como paisagem a exposição rochosa dos arenitos e capões de mata nativa, onde não raro, é possível visualizar pássaros e ouvi-los entre a vegetação local. Além do patrimônio natural, existem alguns exemplares de pintura rupestre no atrativo, que por terem sua localização pouco conhecida pelos seus visitantes, estão conservadas.

Figura 12 - Cachoeira da Mariquinha



Fonte: PONTES, 2013.

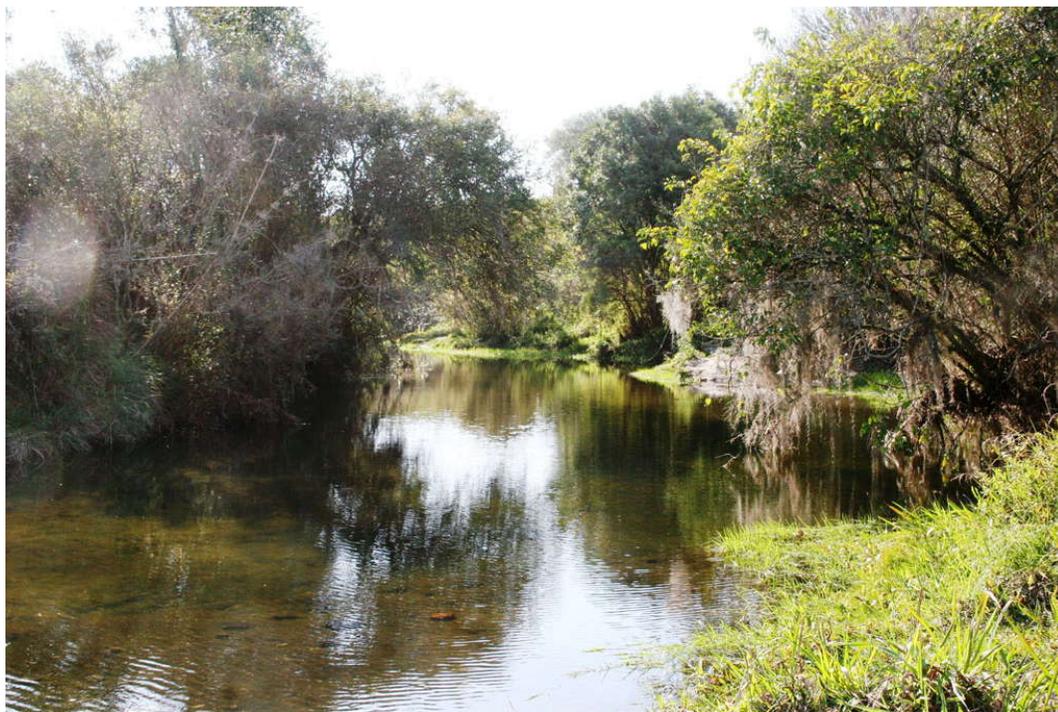
Atualmente a exploração turística do local é realizada por particulares, que cobram ingressos em sua entrada. Apesar disto, não existe uma infraestrutura instalada, como locais para alimentação ou painéis interpretativos, sendo disponível para os visitantes apenas algumas lixeiras, que podem ser vistas durante o percurso das trilhas e também na área de estacionamento. A disposição de sanitários e do *camping*, estão localizados no mesmo espaço utilizado para o estacionamento de veículos.

- **Capão da Onça**

Também protegido por Lei Municipal (nº 4.832/92), o Capão da Onça (Figura 13) é um balneário natural com cachoeiras, pequenas corredeiras e piscinas naturais.

Neste local é possível observar um grande nível de impacto devido à visitação inadequada. Devido ao seu fácil acesso e por estar mais próximo do centro da cidade de Ponta Grossa (aproximadamente 10 km), muitas pessoas vão até o local durante os finais de semana, principalmente. Contudo, os objetivos desta visitação ficam aquém do desfrute do patrimônio natural ali presente, cabendo ao atrativo, servir como um espaço de lazer.

Figura 13 - Capão da Onça



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, 2012.

Para chegar ao Capão da Onça, deve-se utilizar a Rodovia PR-513, onde cerca de 8 km após a saída de Ponta Grossa, visualiza-se uma placa de sinalização que orienta o acesso a uma segunda via, não pavimentada, que dista cerca de 1 km até o início do balneário.

- **Furna Grande e Dolinas Gêmeas**

Por fim, os dois últimos atrativos de uso público do Parque Nacional dos Campos Gerais estão localizados na mesma área, sendo a Furna Grande e as Dolinas Gêmeas (Figuras 14 e 15), que podem ser subdivididos como dois produtos para o planejamento do Turismo, apesar de apresentarem características muito similares.

De acordo com Dalazoana e Moro (2011, p. 388), estes locais caracterizam-se como sendo “crateras circulares de grande diâmetro, formadas por desabamentos doliniformes, e têm sua origem na estrutura falhada e fraturada da Formação Furnas”. A Formação Furnas, conforme vista anteriormente é a formação geológica com maior área em ha no PNCG, responsável por grande parte dos afloramentos rochosos observados nesta Unidade de Conservação. No interior das dolinas verifica-se a presença de vegetação florestal típica da Floresta Ombrófila Mista e no seu entorno, o campo nativo estende-se entre os arenitos. Existem também, em locais com profundidade de solo suficiente, a presença de alguns capões de floresta com *Araucaria angustifolia* (DALAZOANA; MORO, 2011).

A paisagem do local destaca-se como principal atrativo a ser explorado pelo Ecoturismo, que ainda não possui qualquer tipo de infraestrutura instalada. A visitação desordenada e cultivo de soja nos limites das Dolinas constituem os principais problemas a serem resolvidos em curto prazo.

Figura 14 - Furna Grande



Fonte: PONTES, 2013.

Figura 15 - Dolinas Gêmeas



Fonte: PONTES, 2013.

Para se chegar ao local, a partir de Ponta Grossa utiliza-se a Rodovia PR-513, onde, logo após o vilarejo do Passo do Pupo, deve-se virar à direita, em uma estrada não pavimentada por aproximadamente 700 metros. Não existe local para estacionamento de veículos, que deve ser deixado na estrada de acesso. Por meio de trilha, os visitantes têm acesso às Dolinas.

Contudo, estes locais necessitam muita atenção voltada ao planejamento turístico, onde os princípios do Ecoturismo, que visam à promoção da consciência do visitante e a

conservação ambiental, o benefício sócio-econômico para as populações locais, baseado em uma abordagem interdisciplinar deverão ser respeitados (MELO et al, 2007).

Além destes princípios, os autores destacam outros sete pilares para o planejamento do Ecoturismo, a citar (MELO et al 2007, p. 225):

a) promover e desenvolver o turismo com bases sociais, culturais e ecologicamente sustentáveis;

b) incentivar investimentos que mantenham a diversidade cultural e natural das áreas potencialmente atrativas ou já utilizadas;

c) fazer com que as atividades realizadas e a conservação beneficiem as comunidades locais;

d) incluir elementos de interpretação ambiental;

e) ser operado de acordo com critérios de mínimo impacto para ser uma ferramenta de proteção e conservação ambiental e cultural;

f) criar projetos de Educação Ambiental, onde as pessoas sejam motivadas a participar de atividades conservacionistas, para que possam perceber a importância de áreas naturais e culturalmente conservadas;

g) realizar estudos que indiquem a capacidade de carga, com o intuito de restringir o número de visitantes por dia e conseqüentemente reduzir o impacto ambiental.

Desta forma, o Ecoturismo estará contribuindo para o meio ambiente e agregando valor à comunidades de entorno, sendo portanto, de grande importância para Unidades de Conservação, nos seus mais variados níveis de proteção. Assim, opta-se neste trabalho por apresentar uma análise preliminar de atividades voltadas à visitação pública destes atrativos (Quadro 5), visando demonstrar as potencialidades turísticas existentes nestes locais:

Quadro 5 – Potencialidades de uso público para os atrativos do PNCG

Atrativo	Modalidades	Definições
Buraco do Padre	1 - Contemplação 2 - Mirante 3 - Escalada 4 - Trilha 5 - Rapel 6 - <i>Hiking</i> 7 - <i>Mountain Bike</i>	1 - Apreciação da paisagem; 2 - Local que permitem uma visão panorâmica da paisagem; 3 - Subida em paredes de rocha através de técnicas específicas; 4 - Caminho ao ar livre utilizado para deslocamentos no interior de um espaço; 5 - Descidas com a utilização de cordas e cadeirinha; 6 - Caminhadas curtas que não necessitam de pernoites; 7 - Utilização de bicicletas para o

		deslocamento.
<i>Cânyon</i> do Rio São Jorge	No local da ponte: 1 - Balneário Demais áreas: 2 - Canionismo 3- <i>Trekking</i> 4 - <i>Hikking</i> 5 - <i>Mountain Bike</i> 6 - Escalada 7 - Rapel 8 - Contemplação 9 - Mirante 10 - Trilha	1 - Utilização das águas para lazer e banhos naturais; 2 - Contemplação das formações rochosas e de pinturas rupestres; 3 - Caminhadas longas, que exigem pernoites durante o deslocamento; 4 - Caminhadas curtas que não necessitam de pernoites; 5 - Utilização de bicicletas para o deslocamento; 6 - Subida em paredes de rocha através de técnicas específicas; 7 - Descidas com a utilização de cordas e cadeirinha; 8 - Apreciação da paisagem; 9 - Local que permitem uma visão panorâmica da paisagem; 10 - Caminho ao ar livre utilizado para deslocamentos no interior de um espaço.
Cachoeira da Mariquinha	1 - <i>Birdwatching</i> 2 - Cachoeirismo 3 - <i>Water Trekking</i> 4 - Atividades de Educação Ambiental 5 - <i>Hikking</i> 6 - Trilha 7 - Contemplação	1 - Prática de observação de pássaros; 2 - Utilização de técnicas de rapel para praticar descidas sob as águas de cachoeiras; 3 - Caminhadas dentro do leito d'água; 4 - Adequar princípios da EA sobre a fragilidade do atrativo, que conta com trechos com leito subterrâneo do rio e pinturas rupestres; 5 - Caminhadas curtas que não necessitam de pernoites; 6 - Caminho ao ar livre utilizado para deslocamentos no interior de um espaço; 7 - Apreciação da paisagem.
Capão da Onça	1 - <i>Camping</i> 2 - <i>Acqua Ride</i> 3 - Atividades de Educação Ambiental 4 - Balneário 5 - Trilha 6 - <i>Hikking</i> 7 - <i>Mountain Bike</i>	1 - Local próprio para acampamento, com energia elétrica, sanitários e chuveiros; 2 - Prática esportiva que consiste na descida de corredeiras sobre uma bóia inflável, sem o uso de remos; 3 - Demonstrar os impactos gerados ao longo dos anos de utilização deste espaço sem um adequado planejamento; 4 - Utilização das águas para lazer e banhos naturais; 5 - Caminho ao ar livre utilizado para deslocamentos no interior de um espaço; 6 - Caminhadas curtas que não necessitam de pernoites; 7 - Utilização de bicicletas para o deslocamento.
Furna Grande e Dolinas Gêmeas	1 - Tirolesa 2 - Contemplação 3 - Trilhas 4 - <i>Hikking</i>	1 - Travessia realizada através de cabos aéreos; 2 - Apreciação da paisagem; 3 - Caminho ao ar livre utilizado para deslocamentos no interior de um espaço; 4 - Caminhadas curtas que não necessitam de pernoites.

Fonte: O Autor.

Ressalta-se que estas propostas estão fundamentadas por uma análise documental das atividades voltadas à visitação turística em ambientes similares aos encontrados no Parque Nacional dos Campos Gerais, sendo necessários estudos específicos que indiquem a possibilidade de implantação dos mesmos.

3. ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PESQUISA

Para responder os objetivos propostos, esta pesquisa foi fundamentada em uma análise qualitativa da realidade (BAUER; GASKELL, 2002), valendo-se de observação em campo, além de utilizar uma “composição interdisciplinar” que contém conceitos da Geografia, Sociologia, Economia e do Turismo. Para tanto, esteve estruturada em cinco etapas, tendo início através de uma análise documental bibliográfica sobre o Turismo em áreas naturais, Comunidade Local e Unidades de Conservação, abrangendo livros, artigos, documentos oficiais, matérias em jornais, entre outros.

A escolha pela pesquisa qualitativa foi determinada por prevalecer à pluralidade de opiniões e sentimentos em relação ao tema investigado (TRIVIÑOS, 1987), visando compreender a percepção dos moradores das comunidades de entorno do Parque Nacional dos Campos Gerais – PR frente às oportunidades futuras que devem ocorrer na região.

A segunda etapa consistiu na elaboração das entrevistas para a coleta de dados em campo. Seguindo orientação de Dencker (1998), a pesquisa foi elaborada com as características de investigação exploratória – com perguntas abertas e fechadas em questionário semi-estruturado abordando o Parque Nacional dos Campos Gerais – PR e atividade de Turismo, e, seccional – analisada a partir de um determinado recorte temporal, fixado a partir de 23 de março de 2006, data da criação desta UC.

De acordo com Triviños (1987, p. 145-6), a “entrevista semi-estruturada é um dos principais meios que tem o investigador para realizar a Coleta de Dados”. Devido à complexidade do tema, a opção por esta técnica foi considerada como de maior confiabilidade para a compreensão do fenômeno investigado pela visão dos pesquisadores.

A elaboração das entrevistas apoiou-se em quatro momentos distintos, respeitando os conceitos da metodologia da pesquisa participante (DEMO, 1985). O primeiro momento teve início com a investigação teórica de quais comunidades estão alocadas no raio de até 500 metros a partir do limite do PNCG, representando assim seu entorno, para definição da região a ser estudada e à organização do processo de pesquisa. Assim, os sujeitos selecionados para a entrevista foram os residentes fixos ou temporários das comunidades Alagados, Biscaia, Cerradinho e Passo do Pupo, considerando apenas um membro de cada família para responder as perguntas. Ressalta-se ainda, que a comunidade do Passo do Pupo, além de se encontrar na área de entorno do Parque Nacional dos Campos Gerais, também está em consonância com os objetivos do ICMBio, que planeja a instalação da infraestrutura receptiva do Parque neste local, devendo portanto, representar o futuro portão de entrada dos visitantes.

Para a aplicação da coleta de dados nas comunidades, inicialmente idealizou-se a execução de entrevista primária com algum morador que representasse liderança comunitária, como estratégia metodológica para aperfeiçoar o desenvolvimento e a aplicação dos questionários posteriores, conforme orienta Meihy (2005). Contudo, esta ação não se tornou válida devido à inexistência de organizações político-sociais estabelecidas nestes locais, exceção feita somente à comunidade de Cerradinho, conforme previamente explicado.

Assim, foi realizado um estudo preliminar das populações envolvidas, com objetivo de compreender as estruturas sociais historicamente formadas pelos moradores. Nesta etapa, a carência de dados sócio-econômicos dificultou o diagnóstico preliminar sobre as comunidades, conforme é recomendado por Boterf (1985, p. 56) ao comentar que o “estudo da situação social da “comunidade”, da “população”, do “meio” estudado é da mais alta importância para diferenciar os problemas e as necessidades em função daquela”.

O terceiro momento esteve voltado à documentação legal da pesquisa através dos pedidos de aprovação institucional da investigação junto à Comissão de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos – COEP da Universidade Estadual de Ponta Grossa (Anexo 4) e ao Ministério do Meio Ambiente / ICMBio (Anexo 5), responsável pela gestão de Unidades de Conservação do país, que inclui o PNCG.

A quarta etapa caracterizou-se pela aplicação das entrevistas nas comunidades, realizada nos meses de agosto de 2012 até julho de 2013. Foram desenvolvidas as entrevistas abordando o PNCG e a atividade turística (Anexo 6), aplicadas no total de 63 residências. Sobre o primeiro tema, a entrevista buscou identificar o entendimento local sobre a motivação de criação do Parque e os atrativos presentes neste. Para o segundo tema, o objetivo concentrou-se em descobrir o interesse pessoal em atuar no Turismo, e em caso afirmativo, de qual forma gostaria de atuar, e por fim, questionou-se o que deveria ser melhorado ou implantado para atender os visitantes.

Para que as entrevistas fossem registradas de acordo com o que os moradores pensavam sobre o tema, sem a interferência do pesquisador nas respostas, foi comunicado no início de cada entrevista, que, em caso de dúvida ou curiosidade sobre o tema questionado, os mesmos poderiam ser discutidos após o registro da opinião do entrevistado em ficha própria.

O quantitativo de entrevistas utilizado pelo recorte foi determinado pelo número de residências com pessoas em casa durante as saídas de campo, visando coletar dados de todas as famílias. O tempo médio de duração das saídas pelo pesquisador foi de três dias em cada comunidade. Não foi possível estimar a porcentagem destas amostras sobre o número total de moradores nos locais visitados, uma vez que não há estimativas oficiais sobre as comunidades

de forma individual. Contudo, procurou-se abranger todas as residências, com saídas em dias úteis e finais de semana, visando registrar opiniões mesmo de moradores que utilizam o local apenas para lazer ou descanso.

A última etapa ocorreu com a tabulação dos dados obtidos através do *software Microsoft Office*[®], através do módulo *Excel 2007*[®] com posteriores formatações de gráficos para melhor visualização e interpretação dos dados. Por fim, os indicadores foram interpretados e analisados para a elaboração dos resultados desta pesquisa.

Para a análise dos dados, foi utilizada uma composição entre a análise documental, à pesquisa bibliográfica, à observação e aos resultados obtidos nas saídas de campo. Neste momento, à visão do autor em relação ao que poderia ser aproveitado pela atividade e não foi citado pelos entrevistados, foi submetida à metodologia SWOT¹⁵ visando o cruzamento entre o potencial de desenvolvimento e as oportunidades desejáveis para o Turismo, sobretudo para compreender as descobertas visualizadas a partir dos pontos fortes de cada comunidade.

Cabe ressaltar a importância e relevância em realizar um diálogo entre o levantamento teórico com os resultados obtidos coletados através das entrevistas, pois desta forma busca-se de modo mais factível e imparcial sua compreensão.

Concorda-se ainda com Demo (1985, p. 121), onde se entende que “a finalidade última da pesquisa é a transformação estrutural fundamental e a melhoria de vida dos envolvidos”, tendo como beneficiárias as populações atingidas por esta. Assim, esta abordagem permite ainda que a fundamentação de novas hipóteses e sugestões possam ser geradas e também colocadas em prática.

¹⁵ Sigla referente ao original em inglês: *Strongness, Weakness, Opportunities e Threats* – SWOT.

4. RESULTADOS

Para a apresentação dos resultados, ressalta-se que a única forma de identificação dos entrevistados nos questionários aplicados foi a de gênero, visando utilizar este dado para fins estatísticos. No total, 63 pessoas foram entrevistadas, divididos entre 42 mulheres e 21 homens, sendo que, de todas as tentativas de entrevistas realizadas, apenas uma mulher optou por não responder às perguntas.

Para a sistematização dos resultados encontrados, optou-se por agrupá-los em categorias, conforme segue:

- **Porque o Parque Nacional dos Campos Gerais foi criado?** – Nesta questão, objetivou-se compreender a percepção local sobre os motivos que levaram à criação do PNCG.

- **Quais são os principais atrativos do Parque?** – Buscou-se identificar o reconhecimento dos entrevistados sobre os locais de interesse turístico no interior desta Unidade de Conservação. Optamos por utilizar o termo “Atrativo” durante as entrevistas por acreditar que o uso do conceito de “Recurso” turístico poderia gerar dúvidas ou incompreensão pelos moradores.

- **O que precisa ser melhorado ou implantado para atrair mais visitantes?** – Neste momento, desejou-se compreender o olhar dos sujeitos sobre as deficiências locais para o atendimento de turistas. As respostas desta questão representam necessidades fundamentais, já que os moradores das comunidades convivem diariamente com estes problemas.

- **Existe interesse em trabalhar com atividades voltadas ao turismo?** – Esta pergunta visou identificar a vontade dos moradores em atuar na atividade turística. Para os sujeitos que responderam afirmativamente esta questão, também foi questionado de que forma desejariam participar do segmento.

Ressalta-se que os entrevistados tinham a oportunidade de citar mais de uma resposta, exceção parcial apenas para a questão relacionada ao interesse na atividade turística, em que o entrevistado respondeu ou afirmativamente ou negou esta oportunidade, para em um segundo momento poder citar quantas variáveis desejasse para complementar sua resposta.

4.1 MOTIVOS DE CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS GERAIS

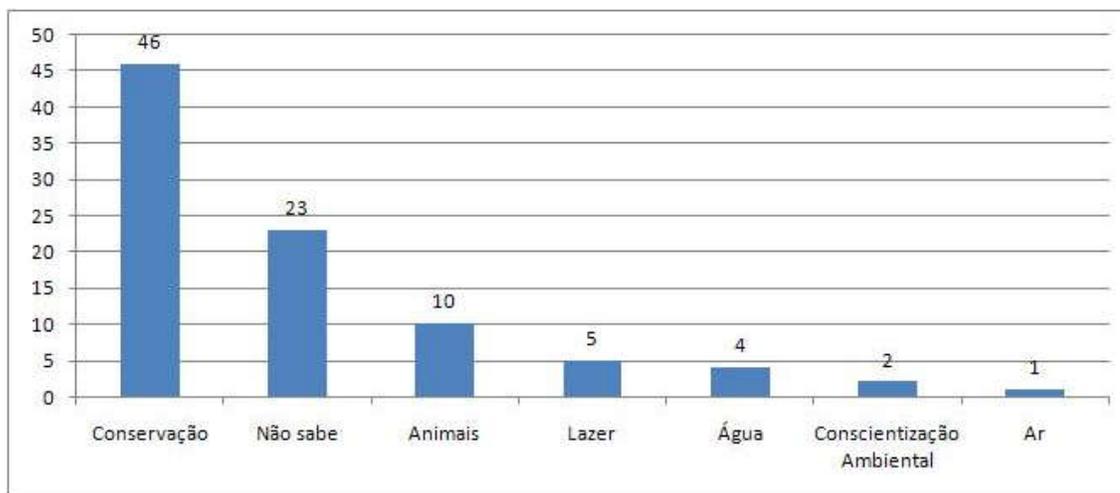
Nos resultados levantados, vinte e sete respostas apontam como o principal motivo da criação do Parque a necessidade de conservar o meio ambiente, representando um percentual

de 50% da amostra, enquanto outras vinte e três pessoas (25%) desconhecem o propósito do PNCG. Este valor merece destaque por demonstrar que uma parcela significativa das comunidades não está participando ou recebendo informações sobre esta Unidade de Conservação. As principais hipóteses geradas a partir deste dado podem indicar que o número limitado de funcionários no escritório do ICMBio é insuficiente para atuar sobre todas as necessidades do Parque e que o poder público dos municípios em que o Parque está situado, especialmente em Ponta Grossa – PR, ainda não demonstrou interesse em esclarecer os efeitos desta ação.

As demais respostas indicam relação com a proteção ambiental e ao uso público, sendo respectivamente: dez para animais; cinco para lazer; quatro para as águas, duas para conscientização ambiental e uma para a qualidade do ar.

O vínculo com outra possibilidade além das questões ambientais foi sugerido em cinco respostas, que também apontam o lazer como indutor de criação do Parque Nacional dos Campos Gerais, conforme se visualiza no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Opinião local sobre a criação do PNCG



Fonte: O Autor.

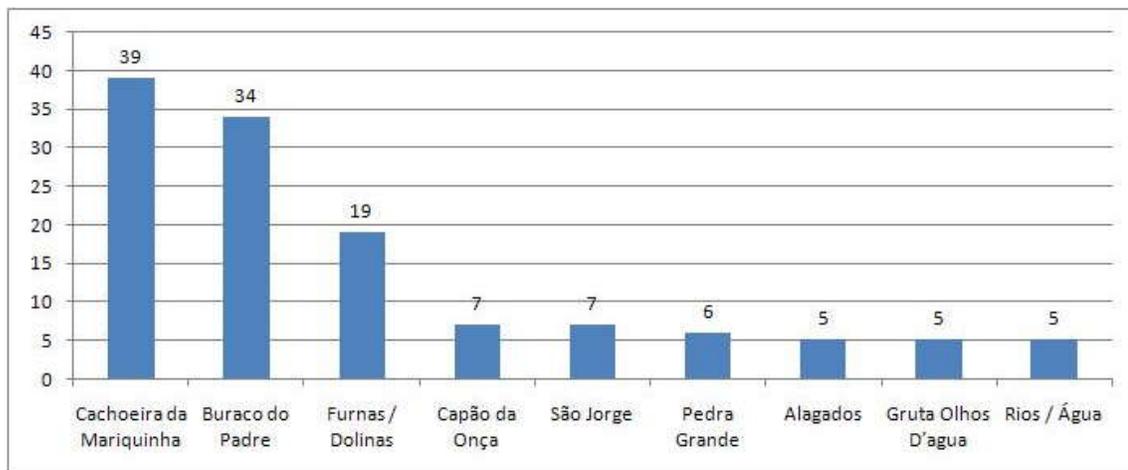
4.2 RECURSOS TURÍSTICOS PRESENTES NO PNCG

Percebeu-se com estas respostas o reconhecimento local pelos atrativos turísticos localizados em menor distância de cada comunidade, principalmente, o que corrobora com o desconhecimento de informações básicas sobre o PNCG. Cabendo ainda, a associação de

diversos outros locais, como a Caverna Olhos D'água e os Arenitos do Parque Estadual de Vila Velha, fora dos limites do Parque, como integrantes deste.

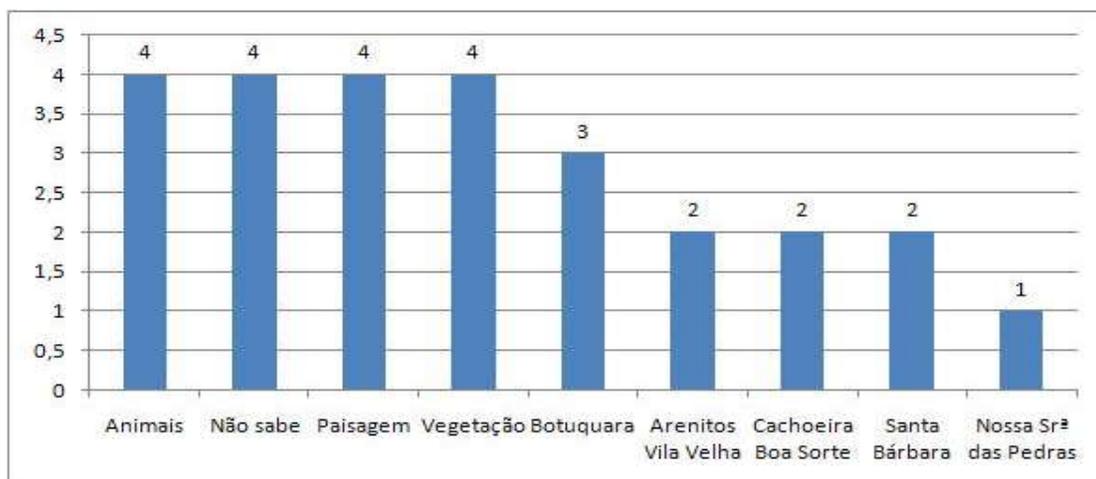
Os atrativos: Cachoeira da Mariquinha, Buraco do Padre e Furnas / Dolinas Gêmeas foram as opções mais lembradas pelos entrevistados com 39, 34 e 19 respostas, respectivamente. As demais opiniões remeteram-se sete vezes ao Capão da Onça e ao São Jorge, seis à Pedra Grande, localizada na região do Cerradinho, cinco respostas para a Alagados, Caverna Olhos D'água e às águas. A paisagem, vegetação, animais e àqueles que não souberam responder, foram contabilizados quatro registros. Demais respostas podem ser observadas no Gráfico 5.

Gráfico 4 - Atrativos do PNCG



Fonte: O Autor.

Gráfico 5 - Atrativos do PNCG



Fonte: O Autor.

Para o Parque Nacional dos Campos Gerais, os produtos turísticos que possuem potencialidades de uso público podem ser sintetizados em: Ecoturismo, trilhas, Geoturismo, atividades de contemplação e a prática de atividades físicas que incluem o *hikking* e passeios de bicicleta. Desta forma, ao analisar os dados coletados, percebe-se que os moradores já possuem expectativas sobre os locais que receberão visitantes no PNCG.

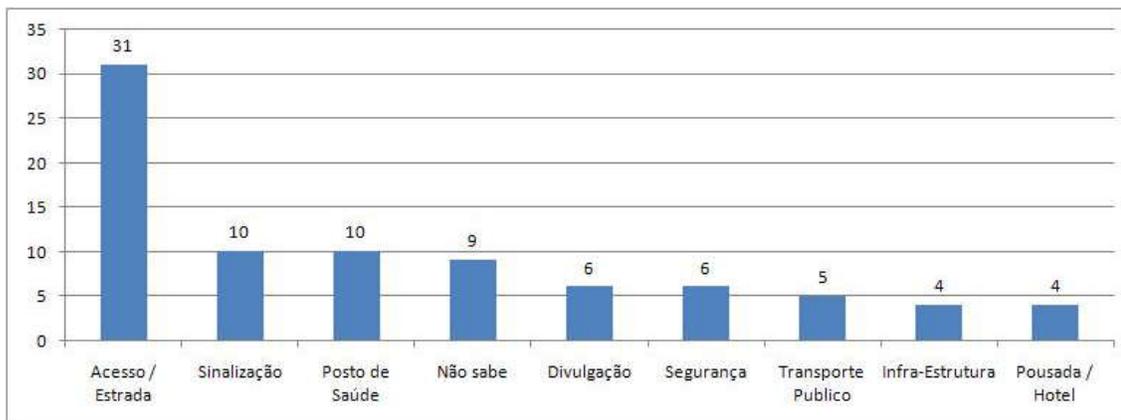
Entende-se, diante deste cenário, que os preceitos da Interpretação Ambiental podem ser favoráveis ao trabalho de Educação Ambiental no Parque Nacional dos Campos Gerais permitindo que esta UC atente para tal objetivo fixado em seu Decreto de criação. A elaboração de jogos, mapas e peças artesanais que tragam informações sobre aspectos gerais do Parque, auxiliando o visitante a compreendê-lo, simbolizam algumas das opções viáveis e que agregam também valor no produto turístico, fazendo o turista deixar mais dinheiro e contribuir com a economia local.

4.3 NECESSIDADES E DEFICIÊNCIAS NA INFRAESTRUTURA DO PARQUE

Relatando sobre o que acreditavam que precisaria ser implantado ou melhorado para atrair mais visitantes, no grupo da segunda resposta mais citada, com dez indicações chama a atenção. Os entrevistados disseram que é preciso a instalação de um posto de saúde, mesmo ao ser reiterado que a instalação investigada seria para melhor atender ao turista. Analisamos esta questão sob o ponto de vista de Maslow (1970), onde a hierarquia das necessidades humanas exige a satisfação de níveis básicos para que então novas demandas sejam geradas. Desta forma, a hipótese de rejeição pela instalação de infraestrutura turística nestes locais, deve ser considerada.

Para as respostas vinculadas à atividade turística, as vias de acesso (estradas) somaram o maior índice de insatisfação, com trinta e uma ocorrências, 32% do total. Outras dez respostas indicaram a sinalização precária e para àqueles não souberam opinar, nove registros foram coletados. A necessidade de maior divulgação e segurança obtiveram seis citações, enquanto a questão do transporte público foi lembrada cinco vezes. Os meios de hospedagem e a infraestrutura específica contaram com 4 respostas cada (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Necessidades para a infraestrutura

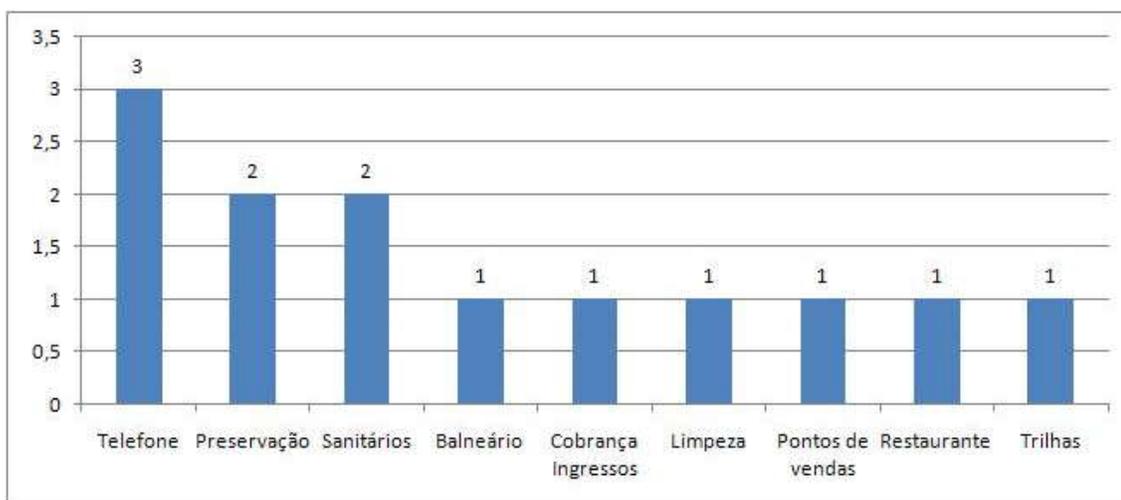


Fonte: O Autor.

Além destas respostas, outras de ordem operacional também foram citadas (Gráfico 7). A falta de uma rede de telefonia foi apontada três vezes, enquanto uma maior qualidade da preservação e a necessidade de sanitários foram lembradas duas vezes. Demais opiniões ressaltaram a questão do lazer, limpeza, pontos de vendas de lembranças, trilhas, cobrança de ingressos para visitação e restaurante, com uma resposta cada.

Ressalta-se que estas questões são fundamentais, contudo, inferem na institucionalização do Parque Nacional dos Campos Gerais, sendo caracterizadas como estruturas internas desta UC.

Gráfico 7 - Necessidades para a infraestrutura



Fonte: O Autor.

Apesar das respostas anômalas ao tema pesquisado, percebe-se um moderado nível de conhecimento sobre as necessidades turísticas que devem fazer parte do Parque em curto e médio prazo.

De maneira a beneficiar os moradores das comunidades de entorno, visando tanto ampliar a qualidade de vida desta população quanto às necessidades de adequação ao Ecoturismo, verifica-se a necessidade de um diálogo com representantes locais que esclareçam a construção de equipamentos que terão um vínculo primário para atender os visitantes, contudo, os reflexos da melhoria nas estradas e da instalação de equipamentos como o hoteleiro será multiplicado, como a geração de novos postos de trabalho, por exemplo.

Assim, o desenvolvimento fundamentado pelo Turismo sustentável, resultando desta forma, na menor absorção de seus aspectos negativos e na maximização de seus pontos positivos.

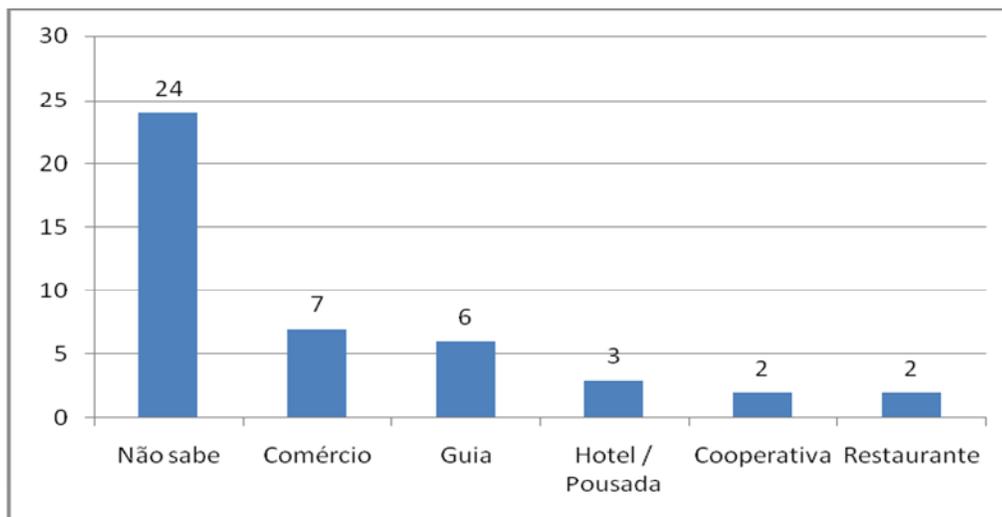
4.4 DESEJO EM PARTICIPAR DA ATIVIDADE TURÍSTICA

As respostas para esta questão foram de 42 entrevistados com interesse e 21 pessoas que negaram a oportunidade. Estes números fornecem um importante indicador para a composição do Plano de Manejo desta Unidade de Conservação, pois, ainda que os resultados desta pesquisa demonstrem dados preliminares, representam o início do preenchimento de uma lacuna nos estudos relacionados ao Parque Nacional dos Campos Gerais – PR.

Neste sentido, questionados sobre quais atividades gostariam de participar, a maior parte das pessoas (57%) não souberam se posicionar, enquanto as opções de atuar no comércio ou trabalhar como guias foram apontadas sete e seis vezes cada, respectivamente. Desta amostra, moradores que já trabalham com comércio de alimentos e bebidas disseram estar dispostos a ampliar suas ofertas para melhor atender aos visitantes. Outras opções indicam o interesse em construir ou trabalhar no ramo hoteleiro em três respostas além de duas citações tanto para a instalação de cooperativas locais quanto para restaurantes (Gráfico 8).

Por fim, ressalta-se que as respostas favoráveis à atuação no Parque representam 67% da amostra levantada, resultado expressivo, se analisado o contexto não favorável em que o PNCG foi intensamente debatido nas mídias e a falta de conhecimento que os moradores das comunidades de entorno possuem em relação a esta UC.

Gráfico 8 - Atividades relacionadas ao Turismo



Fonte: O Autor.

Sabendo que o Ecoturismo está vinculado majoritariamente no contato direto entre visitantes e a natureza, a localização e o entorno do PNCG favorecem a multiplicação dos seus efeitos para que a comunidade residente também seja beneficiada pela atividade, podendo ser estruturada através do segmento Ecoturismo de base comunitária.

Desta forma, as oportunidades geradas com o consentimento dos moradores das regiões abordadas são consideradas essenciais para o desenvolvimento do Turismo no Parque Nacional dos Campos Gerais.

4.5 PROPOSTAS E REFLEXÕES

Com base nos resultados obtidos através das entrevistas, sugere-se algumas propostas para o desenvolvimento de estratégias de consolidação do Ecoturismo de base comunitária na região de entorno do Parque Nacional dos Campos Gerais, conforme interesse demonstrado pelos moradores das comunidades Alagados, Biscaia, Cerradinho e Passo do Pupo.

As reflexões que são descritas neste trabalho valem-se dos resultados específicos levantados com as entrevistas em campo, ou seja, respostas que apontam um direcionamento para os aspectos sugeridos pelos moradores das comunidades, em um primeiro momento; e, também pela análise do autor sobre as oportunidades em potencial que existem nestes locais e que não foram lembrados pelos entrevistados, em seguida.

4.5.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS A PARTIR DAS ENTREVISTAS

- O PNCG e a questão ambiental

Ao abordar os motivos que levaram à criação do Parque Nacional dos Campos Gerais os moradores reconheceram (61 respostas) a necessidade de instituir esta Unidade de Conservação visando à preservação do meio ambiente, com respostas que envolveram a mata, o ar, ao desmatamento, a proteção à água e à conservação / preservação.

Além disso, em uma entrevista foi colhida a resposta específica para a proteção das Araucárias, indicando que informações a respeito da diminuição e perda desta espécie de alguma forma têm sido debatido nas comunidades.

Contudo, pode-se entender também que a proteção vista nos dias atuais pode ter sido consequência do modelo do agronegócio vigente na época de maior ocupação do espaço onde as comunidades estão localizadas, datadas do padrão tecnológico da década de 60 e 70, que não permitiu maior exploração das terras. Além disso, proteções legais também fizeram que as Araucárias não fossem cortadas, antes mesmo de qualquer iniciativa de Unidade de Conservação na região.

Para o grupo de pessoas que desconhecem o motivo de criação do Parque Nacional dos Campos Gerais (23 respostas), algumas situações vivenciadas nas entrevistas auxiliam na compreensão. Em diversos casos, os entrevistados desconheciam os limites da UC e sentiam-se acuados e até mesmo com medo de terem de deixar suas moradias em função da proteção legal estipulada em 2006. Em outros momentos, pessoas que tinham parentes ou amigos trabalhando em áreas de que servem de plantio no interior do PNCG, foram assumidamente contrários à este, alegando que a produção alimentícia é mais importante do que manter o estado natural do local.

Assim, pode-se observar que o sentimento que a Unidade de Conservação desperta nos moradores das comunidades analisadas tem amplo foco na questão ambiental, sendo citadas as possibilidades de Turismo e Educação Ambiental em pequena escala (7,6%). Esta percepção indica pouco conhecimento em relação à função de UCs e também o desinteresse pessoal destes entrevistados em participar de atividades de lazer em áreas de proteção ambiental, já que o olhar destes estaria condicionado a compreender a paisagem ali existente como algo banal, incapaz de atrair o interesse de visitantes para a região.

Entretanto deve ser ressaltado, como previamente citado neste estudo, que estes moradores ainda não tiveram nenhum contato com os gestores do Parque Nacional dos

Campos Gerais, o que poderia ampliar a visão destes em relação ao PNCG, fortalecer a identidade destes moradores em relação à UC e diminuir a repulsa daqueles que sentem-se ameaçados pela área de conservação.

Por fim, destaca-se que o discurso de proprietários e arrendatários de terras no interior do PNCG, que empregam pessoas para a agricultura e, a vinculação de notícias no ano de 2005, período que houve maior debate sobre os efeitos gerados com a criação desta Unidade de Conservação, com maior ênfase nos impactos negativos (FUTERKO, 2009; OLIVEIRA, 2012) podem desempenhar importante papel na negação do mesmo. Ações que visem esclarecer o motivo de criação do Parque Nacional dos Campos Gerais e que demonstrem os reais impactos negativos e positivos devem ser brevemente implantadas.

- Interesse com atividades que envolvem o Parque Nacional dos Campos Gerais

Os indicadores desta pergunta podem sugerir uma interpretação diferente da realidade experimentada em campo. Ao considerar as vinte e uma respostas contrárias à atuação em segmentos do Turismo, percebeu-se que os moradores contrários à criação do PNCG também não demonstraram interesse em participar de alguma forma na Unidade de Conservação. Entre este grupo de amostra, o fator localização também pode ter influenciado nestas escolhas, uma vez que a comunidade do Alagados foi a qual apresentou maior resistência em relação ao Parque Nacional dos Campos Gerais.

Dentre as tentativas de entrevistas nesta comunidade, poucas casas contavam com pessoas em seu interior, apesar de demonstrarem indícios de uso das residências, como a presença de cães e boa conservação da área externa (pintura, manutenção e jardinagem). Esta percepção corrobora com a hipótese de que a maior parte destas moradias serve de uso não contínuo de seus proprietários, servindo como um local utilizado em períodos de férias e finais de semana.

Além destes fatores, o medo de precisarem deixar este espaço, uma vez que muitas casas foram construídas visando a utilização das águas da represa do Alagados como uma “extensão” destas, com locais para atracação de barcos e *jet-skis*. A preocupação tende a se materializar pelo fato de que as águas desta represa são utilizadas para o abastecimento de municípios da região e que podem estar recebendo resíduos sólidos ou mesmo esgoto destas moradias.

Em relação aos 67% das respostas favoráveis, o predomínio se deu na dúvida em relação à forma a atuação na Unidade de Conservação se realizaria. Assim, como descrito

anteriormente, parte desta dúvida pode ser entendida pela falta de conhecimento dos moradores sobre a função de uma UC. Sobre as respostas que apontam um direcionamento de atividades, àqueles que já trabalham com algum tipo de comércio demonstraram interesse em adequar ou expandir seus estabelecimentos, tendo apenas um entrevistado sem este vínculo, disposto a fazer parte deste segmento.

A população mais jovem, que indicou a oportunidade de atuarem como guias de visitação representam um ponto positivo para o Parque Nacional dos Campos Gerais. Ao sentirem-se acolhidos e que fazem parte da UC, diminui-se o êxodo para os centros urbanos e é estimulado o fortalecimento da identidade coletiva das comunidades. Com isso, o índice de rejeição ao PNCG tende a ser reduzido.

Da mesma forma, os indicativos de interesse em estruturar uma cooperativa de atividades permite que os adultos percebam o Parque como um aliado econômico para suas famílias, quando foram sugeridos a incorporação de parte dos alimentos e produtos desenvolvidos na região para atender aos visitantes.

Por fim, destacam-se as respostas que envolvem diretamente o *trade* turístico, com a construção de hotel / pousada e restaurantes. É evidente que na atualidade um visitante que tenha o desejo de permanecer por mais de um dia para conhecer o Parque Nacional dos Campos Gerais terá que hospedar-se nos municípios circundantes a este, sendo Ponta Grossa a cidade mais próxima. A possibilidade de desfrutar do acolhimento de famílias através da hospedagem domiciliar, receber café da manhã sem um preparo padronizado da hotelaria convencional, permitem ao visitante ampliar sua experiência de viagem.

No caso de restaurantes, o sabor da comida caseira, com receitas que só podem ser encontradas naquele local se transforma também em um produto turístico singular, agregando valor, renda, cultura e favorecendo a sustentabilidade da destinação.

- Oferta de infra-estrutura turística

Em relação à participação dos moradores para a oferta do Turismo, percebe-se o desejo dos moradores em construir equipamentos de apoio, como lanchonetes, pousadas e restaurantes. Em nenhum momento das conversas com os moradores a origem dos recursos para a instalação destas estruturas foi citada. A localização destas, em todos os casos, valeram-se de espaços já pertencentes a estes ou de suas famílias.

Entende-se que a carência de oferta destes estabelecimentos nos locais visitados favorecem a exploração comercial deste mercado, contudo, um estudo mais aprofundado

sobre a viabilidade econômica se faz necessário, uma vez que a incorporação de estruturas físicas visando beneficiar-se apenas através do fluxo de visitantes ao longo do ano deve considerar a manutenção destes espaços em períodos de baixa sazonalidade turística.

Uma opção viável para atender esta demanda poderia ser firmada através da ampliação e melhora qualitativa de locais que já atuam no ramo de alimentos e bebidas (caso das comunidades Passo do Pupo e Biscaia) com a participação de demais moradores no sentido de suprir as necessidades de matéria-prima destes bares e restaurante disponíveis, como a produção de produtos agrícolas orgânicos, por exemplo.

Esta alternativa poderá ser válida para o grupo de entrevistados que responderam afirmativamente o desejo de participar do Turismo, mesmo não sabendo informar de qual forma esta atuação se daria (54% dos entrevistados). Sabe-se que na região do Biscaia existe a produção de folhosas através da hidroponia, que pode ser aproveitadas em lanches ou pratos, caracterizando aquela refeição com “selos” locais, agregando valor ao estabelecimento, gerando novos postos de emprego e ampliando os efeitos positivos da atividade nestes locais.

Sabendo que haverá demanda por produtos agrícolas frescos, com maior qualidade e a preços acessíveis, sendo estes, complementados por outras variedades não cultivadas na região, para atender à demanda turística, conhecida por ser inconstante. A partir desta visão, pode-se iniciar alguma forma de cooperativismo, opção esta, também levantada nas práticas de campo da pesquisa.

A organização de moradores em cooperativas pode ser compreendida através de uma associação de pessoas que se unem voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais, por meio de um empreendimento de propriedade coletiva e gerido de forma democrática (SEBRAE, 2009). Ao contrário do associativismo, que se caracteriza por representar uma forma jurídica de união, as cooperativas assumem um papel menos formal do ponto de vista legal, contudo seus benefícios, como fortalecer o segmento tornando-o mais competitivo, aumentar o poder de negociação, favorecer a aquisição de conhecimento e de investimento em tecnologia, além de contribuir para a superação de dificuldades e a capacidade de exploração de novas oportunidades, podem ser encontradas em ambos os formatos.

Na atualidade existe uma vasta literatura a respeito de maneiras de organização, bem como normas e leis para cada uma delas, podendo-se destacar: Associação Sem Fins Lucrativos, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Fundação, Cooperativa, Empresa, *Clusters*, Arranjo Produtivo Local (APL), entre outros. Percebe-se, no entanto, que os APLs oferecem um grande potencial de incorporação para as comunidades,

haja visto seus resultados em escala global e linhas de crédito disponíveis por bancos estatais brasileiros.

Os APLs, de acordo com o Observatório Brasileiro de Arranjos Produtivos Locais (2013) são:

Aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

O Estado do Paraná, que já conta com cinco unidades de APLs, sendo dois deles relacionados a confecções (em Terra Roxa e Região Sudoeste, localizado em Francisco Beltrão) e três na área de tecnologia (em Curitiba, Londrina e Região Sudoeste, localizado em Pato Branco), poderia receber um novo Arranjo Produtivo Local, sendo este de Produtores Rurais, voltado à produção extensiva da pecuária e agricultura, sem prejuízos para a área de entorno da UC. Como já existe mão-de-obra atuando nestas atividades, a oportunidade seria aproveitada para especializar os moradores, fortalecer a identidade local de jovens com as comunidades e como consequência, favorecer o Turismo.

Parcerias para estudos de impacto devem também ser estabelecidas, tais como Embrapa, EMATER e a Universidade Estadual de Ponta Grossa, que poderá realizar cursos e oficinas visando capacitar os produtores com técnicas orgânicas e sustentáveis de cultivo / criação, entre outros.

No futuro, com o correto papel de uma APL, esta pode tornar-se referência para técnicas de manejo de baixo impacto ambiental, que não comprometam o solo com erosões, assoreamento de drenagens, dispersão de espécies exóticas e o cultivo orgânico de alimentos, por exemplo.

Outro componente essencial para a oferta do Turismo que foi citado durante as entrevistas refere-se à questão da permanência do visitante na região, quando uma moradora demonstrou interesse em construir uma pousada em sua propriedade.

Esta experiência de hospedagem domiciliar ainda é pouco evidenciada na literatura especializada, por não ser tão explorada economicamente como a hotelaria convencional. Para Lynch (2004) esta modalidade constitui sob a forma de hospitalidade comercial em casa particular, ou seja, mesmo local de residência do proprietário. O autor distingue três tipos de hospedagem domiciliar, que inclui a hospedagem dentro de casa de particulares; a hospedagem comercializada, onde o dono reside na unidade, mas o espaço público para o visitante é separado da família e; a acomodação onde o dono não vive no local.

A hospedagem familiar comercializada deve prevalecer entre as opções disponíveis neste segmento da hotelaria, como também pode ser observado nas acomodações que o Parque Nacional do Superagui e o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha oferecem através dos moradores que vivem no entorno destas Unidades de Conservação.

A administração deste tipo de negócio pode ser realizada a partir do proprietário do espaço edificado / cedido a este fim, por associações, cooperativas ou agências terceirizadas que organizam reservas e elaboram práticas de *marketing*. Mais uma vez, conforme visto no caso dos APLs, a organização em rede amplia as chances do empreendedor de obter sucesso, por fortalecer principalmente a gerência comercial do estabelecimento.

Neste tipo de acomodação, o café da manhã muitas vezes é a única refeição servida aos visitantes, cabendo em alguns casos, a possibilidade de oferecer demais serviços como lanches rápidos ou jantares à *la carte*. A estrutura física também pode variar, com locais que disponham de beliches para acomodar até quatro pessoas em um mesmo quarto, até espaços com cama de casal somente, com banheiros de uso exclusivo dos hóspedes.

A opção por este tipo de acomodação pode estar aquém do fator competitivo de preço, visto que visitantes podem optar por estes serviços ao identificarem uma forma alternativa de hospedagem, variando assim, da arrumação, decoração e impessoalidade dos meios tradicionais da hotelaria comercial.

O contato entre moradores e visitantes durante a permanência destes como hóspedes, que proporciona uma relação mais íntima com o local visitado, contribui para a solidificação do Ecoturismo de Base Comunitária. As trocas de informações voluntárias, o conhecimento sobre o simbolismo local oferece uma conexão maior com a destinação, fazendo o turista sentir-se, ao menos pelo período que está hospedado, como parte daquele espaço, imprimindo em sua memória o sentimento de pertencimento.

Por fim, em consideração à questão do comércio local, o interesse demonstrado também deve ser destacado. Nas seis respostas recebidas que indicavam esta opção, cinco foram dadas por pessoas que já trabalham com vendas de alimentos em mini-mercados e armazéns, tendo a sexta resposta recebida apenas a indicação do ramo de atividade, sem haver algum tipo de especificação da mesma.

Pensar na comercialização de produtos de forma holística, considerando o deslocamento de visitantes de maneira não homogênea, já que as áreas de uso público restringem as distâncias percorridas no interior do Parque Nacional dos Campos Gerais, se traduz em um planejamento cuidadoso e responsável.

Ainda que o serviço de alimentação seja essencial para suprir as necessidades nutricionais da humanidade, o diagnóstico atual do comércio local aponta uma carência de produtos para atender a demanda dos visitantes. No momento, não são raras vezes em que os bares e armazéns da região dispõem de itens que compõem a cesta básica, mas não oferecem opções de produtos prontos para o consumo, como sanduíches, ou de guloseimas como salgadinhos, biscoitos, balas ou chocolate.

Entende-se que o comerciante não irá aumentar seu pedido diário de pães ou ampliar seu estoque com demais alimentos sem que haja uma maior movimentação em seu local de trabalho, estando este crescimento vinculado ao gradual aumento da demanda. Contudo, as opções de comércio podem ser diversificadas, como será visto na etapa de reflexões do autor sobre os resultados da pesquisa, adiante.

Porém, verifica-se ainda que a atual concentração comercial local está distante da qualidade necessária para compor a estrutura para atender visitantes, já que em alguns casos, existe inclusive a carência de mesas e cadeiras para o descanso de clientes.

- Oferta de serviços turísticos

Conforme visto, a maior parte das respostas recebidas por aqueles que demonstram interesse em atuar em áreas específicas da atividade turística, apenas um item foi indicado no que tange à produção de serviços, citado como guia de visitação, por seis entrevistados.

A formação de guias está vinculada a um curso técnico e que visa capacitar profissionalmente pessoas para orientar e conduzir visitantes individuais ou em grupos que estão em viagens, passeios ou visitas.

Em algumas Unidades de Conservação, como o Parque Estadual do Guartelá e o Parque Estadual de Vila Velha, este serviço é oferecido por estagiários de cursos técnicos ou superiores em Turismo e áreas correlatas, e que pode, a partir da capacitação, ser desenvolvido principalmente pela população jovem das comunidades, resultando na amortização do fluxo migratório de pessoas para os centros urbanos em busca de emprego, movimento este diagnosticado por Souza (2000) e citado no capítulo 1.

Assim, um programa específico para o entorno do PNCG, como já desenvolvido no Parque Nacional da Chapada Diamantina (PINTO, 2008) pode ser viável para o Ecoturismo e servir como estímulo para a formação e educação sócio-ambiental dos moradores do entorno. O serviço personalizado de interpretação ambiental, desenvolvido pelos condutores, exige um

adequada capacitação, corroborando com os princípios da Educação Ambiental, visto que esta proporciona relevante papel de uma nova consciência sobre o meio ambiente.

Neste sentido, se faz necessário o desenvolvimento e trabalhos de educação ambiental em conjunto com o apoio do poder público, através do ICMBio, órgão gestor do Parque Nacional dos Campos Gerais, iniciativa privada e a Universidade Estadual de Ponta Grossa, que por meio de seus departamentos de graduação e pós-graduação podem oferecer subsídios para a elaboração de cursos, palestras, treinamentos, eventos e oficinas de capacitação visando ensinar noções de geologia para o Turismo, botânica, meio ambiente, história local, entre outros aspectos relevantes desta UC, para incentivar a conservação do patrimônio, zelar pelos atrativos turísticos, e desenvolvendo habilidades próprias para condutores.

Após a capacitação teórica e prática sobre noções básicas de condução, estas pessoas se tornariam condutores locais de visitantes, cuidando da segurança dos mesmos, prestando informações e esclarecimentos, contribuindo para a redução de resíduos no interior do PNCG, entre outros.

Certamente os efeitos multiplicadores de programas como este trarão novos benefícios com o investimento através do repasse de informações para familiares. Em caso de interesse, os cursos podem também incluir demais integrantes das comunidades para que se consiga estabelecer a Educação Ambiental para adultos e principalmente para crianças, que aprenderão desde cedo a necessidade de se adotar práticas sustentáveis ambientais no dia-a-dia.

- Deficiências

As deficiências estruturais presentes no entorno do Parque Nacional dos Campos Gerais são de fácil caracterização, mesmo para aqueles visitantes que permaneçam no local por poucas horas, sem utilizar serviços de hospedagem ou alimentação.

Assim, as hipóteses previstas de identificação pelos moradores foram confirmadas no que tange aos aspectos físicos, como a manutenção das vias de acesso, a sinalização, o transporte público e a segurança. Contudo, as respostas que as comunidades forneceram demonstram que a preocupação em relação à saúde e o acesso à telecomunicação também se fazem presentes no cotidiano das famílias.

Sabendo que a problemática que envolve a tríplice dos serviços públicos que mais são citados como de qualidade precária (saúde, educação e segurança) trata-se de um fenômeno de ordem nacional e não cabe à resolução destes quesitos através de UCs. Entretanto, políticas

que abranjam estes serviços ou ações que amenizem estes problemas como a disponibilidade de postos de saúde próximos ou ambulância que faça o transporte de doentes para centros urbanos próximos devem ser formuladas, pois ao que foi citado em uma entrevista, representantes do poder público só visitam estes locais em época de campanha eleitoral.

Desta forma, quando questionados sobre o que deveria ser melhorado ou implantado para atrair um maior número de visitantes para o PNCG, diversas foram as vezes que o entrevistador registrava a opinião sobre a saúde e tinha que ressaltar o que o entrevistado também considerava essencial para o Turismo, para obter novas considerações.

Assim, a infraestrutura física envolvendo as estradas, a sinalização, a segurança e o transporte público são os itens que mais chamam a atenção, pois representam necessidades básicas para que a atividade turística possa desenvolver-se. Demais elementos, como a construção de ciclovias, melhora e ampliação do saneamento básico, instalação de serviços de telefonia e internet, administração dos resíduos sólidos e a preservação do meio ambiente são itens que não foram citados, podendo ser interpretados nos registros que indicavam a questão de infraestrutura, porém, quando questionava-se o que poderia envolver este conceito, os entrevistados não sabiam se posicionar. Este resultado pode demonstrar que as entrevistas são instrumentos complementares de análise, tendo em vista a probabilidade de carências no nível de instrução dos entrevistados.

Percebe-se que para o desenvolvimento turístico da potencialidade existente na área do Parque Nacional dos Campos Gerais dependerá do investimento público na região. Dificilmente a iniciativa privada irá construir equipamentos hoteleiros, serviços de alimentação, agências receptivas sem que aja em contrapartida do poder público em um maior cuidado com solidificação desta Unidade de Conservação, através da melhoria dos itens previamente citados e também de uma maior divulgação do PNCG em eventos e feiras que estimulem o crescimento do número de visitantes.

Por todas as particularidades demonstradas neste estudo, entende-se que a mudança da realidade em potencial para uma oferta real do Ecoturismo, sobretudo de base comunitária, pode acontecer em um curto período de tempo, desejo este de pesquisadores, comunidades e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, gestor do Parque Nacional dos Campos Gerais.

4.5.2 OUTRAS OPORTUNIDADES IDENTIFICADAS

Além das propostas de produtos e serviços fundamentados nas respostas específicas que os entrevistados manifestaram interesse discutidas anteriormente, percebeu-se também através das saídas à campo, que determinadas características de cada comunidade abordada neste estudo, outras oportunidades foram observadas pelo pesquisador, mas que não foram citadas durante as entrevistas.

Estas oportunidades podem inclusive contribuir para ampliar as possibilidades de inserção daqueles entrevistados que não souberam se posicionar da maneira que gostariam de participar do Ecoturismo de Base Comunitária (25 respostas).

Neste caso, optou-se por registrar estas impressões através da metodologia de análise SWOT, a qual identifica os pontos fracos e fortes, as deficiências e as oportunidades de determinada região ou local para o planejamento do Turismo. O uso desta ferramenta tornou-se necessária uma vez que estas opiniões refletem a observação em campo do autor sem o reconhecimento formal dos moradores, portanto, verificou-se esta opção como um instrumento eficaz para que as oportunidades fossem avaliadas de maneira pessoal.

Desta forma, sabe-se que é possível utilizar esta ferramenta como um elemento essencial ao planejamento turístico, e que terá como função, detalhar cada etapa do plano de formatação de produtos para o Turismo, sendo incorporada como um catalisador de mercado, fornecendo subsídios para melhor adaptação e probabilidade de sucesso do plano.

Em relação ao modelo de planejamento proposto para a delimitação das variáveis, a metodologia recorre à identificação do conjunto **SWOT**, originalmente, *Strongness*, *Weakness*, *Opportunities* e *Threats*. Este conceito, utilizado também pelo *marketing* e pela administração privada, possui diversas traduções para a língua portuguesa, como é descrito por Trigueiro (2001), onde o composto **FADO** é apenas uma adaptação do modelo **SWOT** o qual prevalecem os mesmos conceitos de metodologias outros autores como Kotler (1996), Mccarthy e Perreault (1997) e Cobra (2001),

Ao identificar os quesitos em uma determinada localidade *Strongness*, ou pontos fortes; *Weakness*, ou ameaças; *Opportunities* – oportunidades e *Threats*, ou pontos fracos, poder-se-á analisar a situação na qual a localidade se apresenta. Estes conceitos são divididos em dois grupos, separados pelo ambiente estudado, sendo respectivamente relacionados ao ambiente interno (*strongness* e *weakness*) e externo (*opportunities* e *threats*). Para a atividade turística, pode-se entender que o ambiente interno relaciona-se com a busca por novos

visitantes para uma destinação e a segunda volta-se à competitividade entre os produtos e serviços oferecidos por concorrentes.

No caso da análise, o ambiente interno objetiva conhecer o estado atual em que se encontra a destinação, detectando assim seus pontos positivos e onde consistem suas deficiências. Em seguida, deve-se realizar uma avaliação destes pontos visando corrigi-los ou atenuá-los. Por sua vez, no ambiente externo, procura-se identificar as oportunidades e as ameaças existentes em um determinado contexto competitivo, analisando-o sobre um âmbito geral (econômico, político, social, cultural, ambiental, tecnológico, etc.) e em relação ao mercado turístico.

Ressalta-se que esta metodologia deve consistir em um trabalho contínuo, com ações coordenadas e sistemáticas, sendo ainda integrada a outros elementos mercadológicos como a formação de uma marca, a qualidade como referência, a assistência ao visitante e a inovação de produtos oferecidos.

Para Balanzá e Nadal (2003), a análise **SWOT** pode ser entendida como um diagnóstico posterior aos resultados levantados com as análises prévias, tendo como característica a fase na qual se relacionam variáveis estratégicas para aproveitar as oportunidades do mercado, procurando angariar clientes antes dos seus concorrentes.

Desta forma, valendo-se da fundamentação apresentada previamente no decorrer deste trabalho, optou-se por registrar as oportunidades identificadas pelas impressões do autor como reflexões sobre a experiência em campo, conforme serão detalhadas a seguir.

- Produtos artesanais

A venda de *souvenirs* contribui para aumentar a experiência do visitante com a viagem, remetendo-o a memórias que vão além de fotografias. O artesanato local deve ser estimulado por representar um objeto que só pode ser encontrado no Parque Nacional dos Campos Gerais, possuindo características que o distingue de produtos comercializados em outros locais ou em escala global. Além desta função simbólica, também gera renda e ocupação dos artesãos.

Assim, além do exposto nos resultados obtidos, verifica-se que o artesanato também pode ser aproveitado em lojas de *souvenirs*, no comércio local como bares, lanchonetes, restaurantes ou pousadas para que facilitem a valorização sobre os aspectos sociais, ambientais e culturais da região, ao incorporar características do PNCG nestes produtos, que posteriormente fará parte do Centro de Visitante do referido Parque.

Pode-se afirmar que o artesanato é uma atividade complementar ao Turismo, portanto existe demanda por este produto seja em conjunto com a atividade turística, seja de forma individual. No caso do PNCG, a venda deste como *souvenirs* e também para compor a decoração de demais espaços vinculados à estrutura física do Parque, pode também fornecer uma alternativa econômica para a região, sem gerar impactos ambientais significativos.

De acordo com Cascudo (1971, apud HORODYSKI, 2006), artesanato é todo objeto utilitário com características folclóricas, não importando o material utilizado, podendo ser exemplificados através de peneiras, balaios, redes de pesca, objetos em couro, etc. São peças produzidas com uma finalidade de uso, cuja técnica acompanha gerações, podendo sofrer alterações, adaptações, substituição de matéria prima, de acordo com o interesse da comunidade que as produz.

Não cabe neste trabalho realizar um juízo de valor em relação ao conceito de artesanato com o seu lastro histórico-cultural, já que esta é uma atividade que não foi identificada nas saídas de campo durante a pesquisa. Assim, o artesanato não faz parte do cotidiano dos moradores e a inserção deste ramo deve atentar-se para que sua expressão e temática atendam às características da cultura local e não seja artificializada com modelos globais ou personagens conhecidos do público visando unicamente sua comercialização.

Neste sentido, peças elaboradas em madeira, papel reciclado, sementes de araucária ou cascas do pinhão podem servir como matéria prima para a execução dos trabalhos, como porta retratos, por exemplo. Camisetas e bonés com estampas relacionadas ao Parque Nacional dos Campos Gerais, seus atrativos turísticos, ambientais, geológicos, culturais e sua biodiversidade representam outras alternativas viáveis.

Em relação a produtos alimentícios verificou-se que na comunidade do Cerradinho, o grupo da Terceira Idade, sob a coordenação da Sra. Jacira Gomes, elabora doces em conserva, sem a adição de conservantes artificiais e os frutos utilizados para este fim, são em grande maioria, cultivados no próprio vilarejo. Agregar valor a este trabalho, vinculando-o ao cotidiano dos moradores de entorno do PNCG constitui mais uma oportunidade, não como um material do artesanato sob o conceito de Cascudo (1971), mas sim como um produto alimentar artesanal, visto que este possui mão-de-obra predominantemente familiar, com origem de processamento vegetal.

Parcerias visando melhorar a qualidade e capacitar os artistas que demonstrarem interesse por tais práticas podem ser firmadas com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, que já realizou este mesmo tipo de capacitação para os artesão e artistas plásticos do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha.

Por fim, cabe destacar que estes produtos podem extrapolar os limites do Parque Nacional dos Campos Gerais, inferindo também na diversificação da oferta da região como um todo, através da exposição destes em cidades próximas à Unidade de Conservação.

- Participação de moradores em serviços do Parque Nacional dos Campos Gerais

A necessidade de contratação de colaboradores para atuar como monitores, atendentes, brigadistas, fiscais dos recursos naturais, formação de equipes de resgate em caso de acidentes, entre outros, terá que ser suprida e que também pode absorver em certo grau a participação de moradores das comunidades de entorno nestes serviços. Desta forma, a valorização e o reconhecimento da identidade local serão fortalecidos, contribuindo para minimizar os impactos negativos gerados com a atividade e estimulará o reconhecimento local pela preservação.

Nesta oportunidade, também pode-se entrelaçar o desejo de alguns moradores em construir partes da infra-estrutura turística com a complementação de mão-de-obra para atuar nestes estabelecimentos. Com o aumento da demanda, entende-se que maior quantidade de colaboradores se fará necessária, ampliando assim, a oferta de postos de trabalho.

Em relação ao Parque Nacional dos Campos Gerais, o trabalho de monitoria de trilhas, instalações físicas e dos recursos naturais são fundamentais para a avaliação do uso sustentável da Unidade de Conservação. Estes serviços, contudo, exigem capacitações específicas, que devem ser providas pelo poder público, especialmente sob a coordenação do ICMBio.

Assim, cursos e oficinas de capacitação dos moradores em atividades tais como a culinária, técnicas de reciclagem que visem a transformação de resíduos sólidos em material de construção ou matéria-prima para artesanato, atendimento ao público, princípios de hospedagem e hospitalidade, dentre outros, são alguma das opções viáveis.

Os resultados imediatos com estas ações podem ser resumidos na redução de importação de mão-de-obra de cidades próximas, o estímulo ao aumento no número de empreendimentos pertencentes aos moradores do entorno e a diversificação de atividades econômicas locais.

Além destes, produtos que são geralmente encontrados em outras Unidades de Conservação, como doces e bombons que contenham sabores característicos da região, contribuem para a sensibilização e marcam a memória dos visitantes, participando assim, como um complemento do passeio.

Para tanto, se faz necessário que haja a construção de uma visão integrada entre o Parque Nacional dos Campos Gerais e a oferta de serviços / produtos locais, no momento em que a UC se apresente para os moradores e vice e versa. Assim, os gestores do PNCG devem expor as limitações e as oportunidades existentes, incluindo os aspectos relacionados aos processos de terceirização previstos, abordando o que ocorre dentro e fora da Unidade de Conservação.

Este encontro do poder público com as comunidades pode servir para incentivar e criar oportunidade para o diálogo entre as partes para a compreensão das limitações e necessidades de melhoria, para que os moradores visualizem oportunidades de negócios e possam firmar ações cooperadas para atuar nestas deficiências.

- Agricultura familiar

O cultivo de alimentos por proprietários rurais da região pode ser utilizado por equipamentos que ofereçam alimentos aos visitantes, como bares, lanchonetes ou restaurantes. A compra deste produto cultivado no entorno do Parque, favorece a economia solidária, fenômeno recente que vem ganhando destaque na atualidade e que agrega valor ao produto final.

Além do consumo direto destes alimentos, roteiros que incluam a visita ao local de produção, permitindo que o visitante possa degustar os produtos colhidos por eles mesmos, vivenciar e aprender sobre o modo de cultivo são desdobramentos que formam o diferencial da viagem. Além disto, agrega-se valor pelo consumo imediato da produção, mesmo em pequena escala, no sentido de beneficiar de produtos in natura, transformando-os para que possam ser oferecidos ao visitante, sob a forma de conservas, produtos lácteos, refeições entre outros.

Programas que incentivem a criação de *souvenirs* e brindes para aqueles que se interessem pelo roteiro, favorecem a diversificação de atividades e ampliam a permanência do visitante na destinação, podendo ainda, fazer com que os benefícios econômicos da atividade sejam ampliados.

Uma das principais características da agricultura familiar é sua rica diversidade cultural, que alia tradições muitas vezes passadas por antepassados e que formar a identidade local. Existe ainda uma correlação muito forte entre a este tipo de cultivo, a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável, pois a produção extensiva pouco agride o meio ambiente em comparação à intensificação gerada em grandes agriculturas.

A atividade pode ainda receber certificações pela Secretaria da Agricultura Familiar, chamado Selo da Agricultura Familiar. Esta certificação agrega valor ao produto, uma vez que para recebê-lo, os produtores ou as cooperativas promovem a sustentabilidade, responsabilidade social, ambiental e da cultura local por valorizarem a produção regional.

Como estímulo ao segmento, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) oferece subsídios econômicos para o desenvolvimento do setor, com créditos que vão até R\$ 36.000,00 e com taxas de juros especiais.

Entende-se, portanto, que a prestação de serviços relacionados à hospitalidade ao visitante fazem com que foco na produção primária de alimentos seja compartilhada com às práticas comuns à vida no campo, onde a criação de animais, o cultivo da terra, as manifestações culturais, a culinária e a paisagem, passam a compor um novo produto turístico.

- Cadeias produtivas

Associadas às áreas de interesse, caracterizadas de forma participativa, podem viabilizar a valorização dos aspectos sociais e ecológicos do espaço, orientada pela sustentabilidade.

Ao analisar a atividade turística como um sistema aberto (BENI, 2004), verifica-se que cadeia produtiva pode ser entendida como a própria atividade do turismo, vista como um todo caracteriza-se como uma grande cadeia produtiva. O transporte, os meios de hospedagem, a alimentação, são elementos que em função de suas interdependências, permitem ao visitante usufruir do espaço turístico para suprir seus interesses e motivações.

Assim, entendendo que o conjunto de empresas, cujos processos, atividades, produtos e serviços são articulados, segundo uma seqüência progressiva ao longo de todo o ciclo produtivo, desde o fornecimento de insumos básicos até a chegada do produto ou serviço ao cliente, constituem os chamados segmentos produtivos da cadeia (BRASIL, 2000).

A articulação entre a competitividade local oferece um melhor retorno de investimentos e a valorização dos produtos de base comunitária. Empresas que envolvam os meios de hospedagem, os serviços de alimentação (restaurantes, bares e lanchonetes), comércio de artesanato e de produtos típicos e os prestadores de serviços (guias), tendem a caracterizar a destinação, construindo uma identidade para si.

Esta infra-estrutura que dão forma a atividade turística ao prestar serviços e oferecer produtos visando garantir conforto aos visitantes e gera riquezas por meio da comercialização

destes, multiplicando seus benefícios para provedores de insumos e matéria prima. Além destes, a necessidade de recursos humanos capacitados e o uso de tecnologias representam também impactos positivos com a adoção de uma estratégia competitiva através das cadeias produtivas.

Assim, parcerias com a Universidade Estadual de Ponta Grossa, através do Departamento de Turismo se fazem necessárias para a elaboração de projetos e assistência técnica especializada, visando capacitar moradores para a prestação de serviços. Esta oportunidade serve também para os acadêmicos, que terão a disponibilidade de vivenciar e aprender a adequar metodologias com a realidade encontrada, transformando o Parque Nacional dos Campos Gerais em um laboratório prático.

Por fim, resume-se no Quadro 6, as propostas identificadas através das entrevistas em campo e pela análise do autor através deste estudo.

Quadro 6 – Resumo das propostas levantadas em campo

Propostas obtidas através das entrevistas	Propostas a partir da análise SWOT
Comércio – Produtos alimentícios industrializados e manipulados	Produtos Artesanais – <i>Souvenirs</i> com materiais que remetam ao PNCG
Guia – Interpretação e Educação Ambiental	Agricultura Familiar – Fornecimento de produtos e segmento potencial de desenvolvimento: Turismo Rural
Hospedagem – Caráter domiciliar	Serviços – Brigadistas; Monitores da qualidade de trilhas, recursos naturais; Equipe de Resgate; Beneficiamento de resíduos recicláveis; Atendentes, etc.
Cooperativa de Turismo - Multisegmentar	Cadeias Produtivas – Articulação entre prestadores de serviços com a participação de demais atores, como Grupo de Terceira idade que produz doces em conserva; Produção de bombons; Incorporação do cultivo de folhosas (hidroponia) em demais estabelecimentos; Estruturação de um “Selo Local” para fortalecer a identidade da região.
Restaurante – Culinária local	

Fonte: O Autor.

Assim, verifica-se através dos resultados que o Parque Nacional dos Campos Gerais – PR possui um considerável potencial de agregar renda, ocupação, valorização sócio-ambiental e cultural para as comunidades presentes em seu entorno.

Contudo, devido às dimensões desta UC e à escolha pelo recorte aplicado nesta pesquisa, pressupõe-se que diversas outras oportunidades, não somente no segmento do Turismo, Educação e Interpretação Ambiental devam fazer parte de Parque. Da mesma maneira, os benefícios devem também serem absorvidos por demais comunidades não abrangidas neste estudo e às populações urbanas de Ponta Grossa, Castro e Carambeí, já que a

infra-estrutura básica destes municípios oferecem condições de uso e atratividade para os visitantes.

Neste sentido, espera-se que este trabalho possa contribuir para a gestão do PNCG e que novas propostas possam nascer, visando sobretudo, garantir a divisão equânime dos benefícios gerados a partir da criação desta Unidade de Conservação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região dos Campos Gerais – PR é conhecida por apresentar uma rica variedade de atrativos naturais e culturais, o que a coloca como uma área de interesse de desenvolvimento turístico pela Secretaria de Turismo – SETU. Neste trabalho, buscou-se identificar as oportunidades em meio a iniciativas públicas e privadas voltadas ao desenvolvimento do Turismo, após a criação do Parque Nacional dos Campos Gerais, que recebeu grande destaque na mídia em 2005 por parecer uma ameaça ao desenvolvimento econômico da região.

Por este motivo, esta pesquisa buscou uma maior compreensão da opinião dos moradores de comunidades de entorno desta Unidade de Conservação, por meio de entrevistas em campo que permitiu o levantamento de dados sobre as impressões locais em relação à este, bem como a identificação de produtos já existentes e posteriormente a análise destes resultados.

Por sua vez, a fundamentação teórica permitiu que a pesquisa de campo fosse realizada de forma imparcial, valendo-se de metodologia qualitativa e de entrevistas com perguntas abertas, sem que houvessem direcionamentos do entrevistador para o registro das opiniões sobre as categorias elencadas para a aplicação dos questionários e a análise posterior dos mesmos.

Como resultado, foi identificado que a comunidade do Alagados diferencia-se em relação as demais, pois é sabido que este local é utilizado principalmente por moradores de Ponta Grossa em finais de semana, onde aproveitam as águas da represa para a prática de atividades de lazer. Assim, a identificação com a paisagem e o espaço natural é percebido de forma diferente para aqueles que nasceram nestes locais ou escolheram viver ali.

Assim, percebe-se que as oportunidades do Ecoturismo de Base Comunitária tende-se a se desenvolver com maior facilidade no polígono sul, local que também abrange a maioria das áreas de uso público do Parque Nacional dos Campos Gerais e que após este estudo, tem-se a confirmação do desejo dos moradores para a incorporação deste segmento do Turismo como um novo produto que pode ser potencializado através da UC.

Estas diferenças são mais evidentes quando se isola alguns campos das respostas nas entrevistas. Na região do Alagados por exemplo, a preocupação com o acesso e à segurança são os itens mais citados pelos moradores, enquanto a questão da saúde pública, não é lembrada nem uma única vez. Este ponto chama atenção, pois nas outras três comunidades estudadas, este foi o item que muitas vezes foi citado como primeira resposta, ao indagar o entrevistado sobre o que deveria ser melhorado naquele local.

Destaca-se também, o papel da políticas públicas em relação ao estímulo do Turismo e à conservação ambiental. Nos últimos anos, a atividade retificou sua posição como um agente promissor na questão do desenvolvimento, mas sem a euforia de que esta seria capaz de resolver com os problemas econômicos e sociais de uma região por si só. Estudos e relatórios apontam os efeitos positivos e evidenciam os seus impactos, que devem ser gerenciados e planejados em um ciclo sem fim, para que de fato, a atividade seja sustentável.

Ressalta-se ainda, a necessidade da atuação direta pelo ICMBio no que tange a atividade turística, transbordando sua atuação burocrática em relação ao PNCG, não menos importante. Contudo o intenso envolvimento dos visitantes com os recursos naturais, sociais e culturais, que entrelaçam as áreas de uso público com as comunidades locais, aspectos estes que foram investigadas neste estudo dentro das possibilidades do Ecoturismo, devem ser consideradas em um curto período de tempo. Para tanto, também há a necessidade de ampliação da Equipe que trabalha com esta UC, insuficiente até o momento para conseguir cumprir seus objetivos.

Além destes elementos supra citados, concorda-se e sugere-se que as diretrizes propostas pela IUCN – União Mundial para a Natureza (SCHERL et al, 2006), ao estabelecer uma nítida comparação com a redução da pobreza com a criação de Unidades de Conservação sejam avaliadas. Ainda que o objetivo principal de uma UC refira-se em conservar a diversidade biológica, e que também deva-se acrescentar à esta, a conservação do patrimônio geológico, a questão da distribuição de renda torna-se cada vez mais uma necessidade prática e ética, sendo a primeira relacionada à opção de uso da terra de forma sustentável e a segunda, voltada à justiça social.

Nesta perspectiva ética, sabendo que a construção e instalação de infraestrutura turística tem possibilidade em favorecer algumas pessoas ou grupos em maior escala do que outras, as populações locais tendem a posicionar-se contrárias à esta. Assim, ao associar áreas de conservação com a equânime distribuição de benefícios e renda justifica-se também por proteger as comunidades do êxodo e inibir a ocorrência de mudança radical do uso do espaço.

Desta forma, exige-se um grande esforço por parte dos governantes, em todos os níveis de governo para que as Unidades de Conservação, sobretudo os Parques Nacionais desempenhem um papel significativo em relação as comunidades de entorno, com abordagens administrativas integradas à gestão cooperada e no desenvolvimento sustentável da região como um todo.

Portanto, as áreas naturais protegidas por si mesmas são incapazes de gerar os amplos benefícios necessários para a redução da pobreza e não se deve esperar que elas o façam.

Contudo elas contribuirão, ao assegurar que os sistemas naturais necessários para o desenvolvimento local estejam disponíveis e funcionando para a atual e às futuras gerações (SCHERL et al, 2006).

Por fim, pode-se constatar que os objetivos propostos neste trabalho foram alcançados e que acredita-se que este estudo sirva de apoio para demais investigações no futuro, mais específicos ou detalhados e que contribuirão para a preservação deste significativo patrimônio natural dos Campos Gerais do Paraná.

REFERÊNCIAS

- ALARCON, G. G et al. Fragmentação da Floresta com Araucária e ecossistemas associados no Corredor Ecológico Chapecó, Santa Catarina. **Revista Biotemas**. v. 24, n. 3, p. 25-38, set. 2011.
- ALMEIDA, C. G. **Análise espacial dos fragmentos florestais na área do Parque Nacional dos Campos Gerais, Paraná**. 2008, 72 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2008.
- ALMEIDA, C. G.; MORO, R. S. Análise da cobertura florestal no Parque Nacional dos Campos Gerais, Paraná, como subsídio ao seu plano de manejo. **Revista Terr@ Plural**. v. 1, n. 1, p. 115-122, jan/jul. 2007.
- ARENDIT, E. J. **Introdução à economia do turismo**. 2. ed. Campinas: Átomo & Alínea, 2000. 142 p.
- AROUCA GEOPARK. **Programas Educativos do Arouca Geopark 2012/2013**. Folder. Arouca Geopark, 2012. 21 p.
- ARRILLAGA, J. I. **Introdução ao estudo do turismo**. Rio de Janeiro: Rio, 1976. 309 p.
- ASSINE, M. L; ALVARENGA, C. J. S; PERINOTTO, A. J. Formação Iapó: Glaciação continental no limite ordoviciano/siluriano da Bacia do Paraná. **Revista Brasileira de Geociências**. v. 28, n. 1, p. 51-60, mar. 1998.
- BACHA, M. L; STREHLAU, V. I. Uma tipologia para segmentação de hábitos de viagem das classes populares. **Revista Turismo Visão e Ação**. v. 11, n. 2, p. 175-200, mai/ago. 2009.
- BAPTISTA, L; AMARAL, J. G. Educação ambiental e turismo – um enfoque sustentável à conservação de faxinais. In: **ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**, 13., Ponta Grossa, 2011. Anais. Ponta Grossa: UEPG, 2011. CD-ROM.
- BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 13. ed. rev. e atual. Campinas: Papirus, 2003. 160 p.
- _____. **Turismo e legado cultural**. Campinas: Papirus, 2000. 96 p.
- BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. 508 p.
- BAUER, M. W; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. 516 p.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 10. ed. São Paulo: Senac, 2004. 515 p.
- BIDDLE, W. W. **Desenvolvimento da comunidade: a redescoberta da iniciativa local**. Tradução por Marília Diniz Carneiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria AGIR Editora, 1972. 316 p.
- BOO, E. O planejamento turístico para áreas protegidas. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 3. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001. cap. 1. p. 31-58.
- BOTERF, G. L. Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas. In: BRANDAO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. p. 51-81.
- BOULLÓN, R. C. **Planificación del espacio turístico**. 3. ed. México: Trilhas, 1997 (reimp. 2001). 245 p..

BOURDIN, A. **A questão local**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2001. 238 p.

BRAGA, F. G. Mamíferos dos Campos Gerais. In: MELO, M. S.; MORO, R. S.; GUIMARÃES, G. B. **Patrimônio natural dos Campos Gerais do Paraná**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007. Cap. 12 p. 123-133.

BRANDON, K. Etapas básicas para incentivar a participação local. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 3. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001. cap. 6. p. 225-255.

BRASIL. Decreto de criação do Parque Nacional do Itatiaia. **Decreto Federal nº 1713**. Rio de Janeiro, 14 de junho de 1937. Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Informações. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/>>. Acesso em: 08 abr. 2013.

BRASIL. Decreto de criação do Parque Nacional de Saint Hilaire/Lange, no Estado do Paraná, e dá outras providências. **Lei nº 10.227**. Brasília, 23 de maio de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10227.htm>. Acesso em: 08 abr. 2013.

BRASIL. Decreto s/nº, de 30 de setembro de 1997. Cria o Parque Nacional de Ilha Grande, nos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 01 set. 1997. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anterior%20a%202000/1997/Dnn5785.htm>. Acesso em: 08 abr. 2013.

BRASIL. Decreto nº 50.665, de 30 de maio de 1961. Cria o Parque Nacional de Sete Quedas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 30 mai. 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50665-30-maio-1961-390248-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 08 abr. 2013.

BRASIL. Decreto s/nº, de 23 de março de 2006. Cria o Parque Nacional dos Campos Gerais, no Estado do Paraná, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 mar. 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10796.htm>. Acesso em: 10 set. 2012.

BRASIL, Governo Federal. **Brasil é líder global na criação de áreas protegidas**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cop10/panorama/o-que-o-brasil-esta-fazendo/brasil-e-lider-global-na-criacao-de-areas-protegidas>>. Acesso em 25 mar. 2013.

BRASIL. Governo Federal. **Lei nº 9.985/2000**. Brasília, 18 de julho de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 08 abr. 2012.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. **Tabela consolidada das Unidades de Conservação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <www.mma.gov.br/cadastro_uc>. Acesso em: 25 mar. 2013.

_____. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. **Unidades de Conservação por Bioma**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <www.mma.gov.br/cadastro_uc>. Acesso em: 25 mar. 2013.

_____. Diretoria do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade – DCBio. **Quarto Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2010b. 295 p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional – Relatório Brasil 2010**. Luiz Gustavo Medeiros Barbosa (Org.). Brasília: Ministério do Turismo, 2010a. 80 p.

_____. **Regulamentação, normalização e certificação em turismo de aventura**. Relatório diagnóstico. Brasília: Ministério do Turismo, 2005. 92 p.

- _____. **Segmentação do turismo e o mercado**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 170 p.
- _____. **Turismo e sustentabilidade**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Regionalização. Brasília: Ministério do Turismo, 2007. 126 p.
- BRILHA, J. **Patrimônio geológico e geoconservação**: a conservação da natureza na sua vertente geológica. Viseu: Palimage Editores, 2005. 190 p.
- BRITO, F. E. M. **Os ecos contraditórios do turismo na Chapada Diamantina**. Salvador: Editora EDUFBA, 2005. 418 p.
- BRITO, M. C. W. **Unidades de conservação**: intenções e resultados. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000. 230 p.
- BUBER, M. **Sobre comunidade**. Tradução por Newton Aquiles von Zuben. São Paulo: Perspectiva, 1987. 136 p.
- BUSS, I. M. Répteis dos Campos Gerais. In: MELO, M. S.; MORO, R. S.; GUIMARÃES, G. B. **Patrimônio natural dos Campos Gerais do Paraná**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007. Cap. 14, p.139-141.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução por Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999. 491 p.
- CHIAVENATO, I. **Teoria geral da administração**: abordagens prescritivas e normativas da administração. 6. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2002. 537 p.
- COBRA, Marcos. **Marketing de turismo**. 1ª Tiragem. São Paulo, Editora Cobra, 2001. 405 p.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2ª Edição. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p.
- CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente (1997). Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 22 dez. 1997.
- _____. (2010). Resolução nº 428, de 17 de dezembro de 2010. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 20 dez. 2010.
- COSGROVE, D. Geography is everywhere: Culture and Symbolism in Human Geography. In: GREGORY, D; WALDORF, R. (orgs.). **Horizons in Human Geography**. MacMillan, Londres, 1989. 432 p.
- DALAZOANA, K.; MORO, R. S. Riqueza específica em áreas de campo nativo impactadas por visitação turística e pastejo no Parque Nacional dos Campos Gerais, PR. **Revista Floresta**, v. 41, n. 2, p. 387-396, abr./jun. 2011.
- DE LA TORRE, O. **El Turismo**: fenómeno social. México: Fondo de Cultura Económica, 1992. 134 p.
- DEMO, P. Elementos metodológicos da pesquisa participante. In: BRANDAO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. p. 104-130.
- DIAS, R. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Atlas, 2005. 184 p.
- DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2000. 169 p.

- ECOPARANÁ; SECRETARIA DO TURISMO DO PARANÁ. **Relatório de Oficina de Planejamento** – Paranatureza. Ponta Grossa, 2013.
- EMBRATUR/IBAMA. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília, 1994. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr_proecotur/_publicacao/140_publicacao20082009043710.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2013.
- FARIAS, E. K. V. A construção de atrativos turísticos com a comunidade. In: MURTA, S. T.; ALBANO, C. (Orgs.) **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002. 59-73.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Sustentabilidade aplicada aos negócios**: orientações para gestores. Disponível em: <<http://www5.fgv.br/fgvonline/>>. Acesso em: 09 abr. 2013.
- FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO. **Relatório anual 2012**. Disponível em: <<http://www.fundacaogrupoboticario.org.br/PT-BR/Lists/RelatorioAnual/Attachments/14/Relatorio%20Anual%20Fundacao%20Boticario%202013%20versao%20digital.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2013.
- FÚSTER, L. F. **Introducción a la teoría y técnica del turismo**. Cuarta Reimpresión. Alianza Universidad Textos. Madrid, 1991. 974 p.
- FUTERKO, I. **Análise dos conflitos na criação do Parque Nacional dos Campos Gerais através da imprensa escrita de Ponta Grossa**. 2009. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Ambiental da Universidade Estadual de Ponta Grossa.
- GARCIA, L. M. **Disposição das comunidades nos limites do entorno do PNCG – PR**. Ponta Grossa, 2012.
- GLINSKI, A. **Impactos sociais, culturais e econômicos sofridos e causados pela migração de descendentes de poloneses no Paraná**: o exemplo de Itaiacoca. 2006. Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.
- GODOY, P. H. F. **A Educação Ambiental como estratégia para a conservação do Parque Estadual de Vila Velha**. 2008, 99 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Ambiental). Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental, Universidade Positivo, Curitiba, 2008.
- GOMES, P. C. C. Um lugar para a geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. In: MENDONÇA, F. A.; SAHR, C. L. L.; SILVA, M. (orgs.). **Espaço e tempo**: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), 2009. 740 p.
- GOODEY, B. Interpretação e comunidade local. In: MURTA, S. M. e ALBANO, C. (orgs.). **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002. p. 47-57.
- GURGEL, H. C. et al. Unidades de Conservação e o falso dilema entre conservação e desenvolvimento. In: MEDEIROS, R.; ARAÚJO, F. F. S. (orgs.). **Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro. Brasília: MMA, 2011. p. 37-54.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução por Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 1999. 102 p.
- HORODYSKI, G. S. **O artesanato dos Campos Gerais do Paraná**. 2006, 130 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria). Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2006.

IAP – Instituto Ambiental do Paraná. 2012. **68 Unidades de Conservação Estaduais**. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/LISTA_UCs_geral_14092012.pdf>. Acesso em 16 abr. 2013.

_____. **Monitoramento da qualidade das águas dos reservatórios do estado do Paraná, no período de 1999 a 2004**. Curitiba, 2004. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Monitoramento/rel_monit_qual_aguas_reserv_9904%281%29.pdf>. Acesso em 20 jun. 2013

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2005. **Plano de Manejo da Área de Preservação Ambiental Fernando de Noronha - Rocas - São Pedro e São Paulo**. Encartes 1, 2, 3 e 4. Brasília, IBAMA, Ministério de Meio Ambiente.

IBDF – INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, 1979. **Plano de Manejo do Parque Nacional de Sete Cidades**. Brasília, IBDF, Ministério da Agricultura.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: Características da população e dos domicílios**. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2009**. Rio de Janeiro, IBGE, 2012. 56 p.

_____. **Mapa de Vegetação do Brasil**. 2004. Disponível em: <www.ibge.gov.br/mapas>. Acesso em: 27 mai. 2013.

ICMBio. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Parque Nacional do Iguaçu**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/visitacao/ucs-abertas-a-visitacao/205-parque-nacional-do-iguacu.html>>. Acesso em: 04 jan. 2013.

_____. **Parque Nacional do Superagui**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/visitacao/ucs-abertas-a-visitacao/209-parque-nacional-do-superagui.html>>. Acesso em: 04 jan. 2013.

_____. **Unidades de Conservação nos Biomas**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros.html>>. Acesso em 04 jan. 2013.

IUCN. INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE. **What is a protected area?** Disponível em: <http://www.iucn.org/about/work/programmes/gpap_home/pas_gpap/>. Acesso em: 01 dez. 2012.

_____. Turismo de aventura – Potencialidades no Parque Estadual de Vila Velha (PR) e seu entorno. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO, 11, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: OBSTUR/UFPR: UNIVERSIDADE POSITIVO, 2009. 1 CD-ROM.

JFPR. **Ação ordinária (procedimento comum ordinário) nº 5023730-35.2012.404.7000/PR**. Disponível em: <<http://www.jfpr.jus.br/gedpro/verifica/verifica.php>>, código verificador 6871219v8. Acesso em: 01 mar. 2013.

KOTLER, Philip. **Marketing**. São Paulo, Editora Atlas, 1996. 594 p.

LOBATO, G; BORGHI, L. Análise estratigráfica da Formação Furnas (devoniano inferior) em afloramentos da borda leste da Bacia do Paraná. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE P&D EM PETROLEO E GÁS, 3, 2005, Salvador. **Anais...** Salvador: INSTITUTO BRASILEIRO DE PETROLEO E GAS (IBP) E UNIFACS, 2005. 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.portalabpg.org.br/PDPetro/3/trabalhos/IBP0392_05.pdf>. Acesso em 07 jul. 2013.

- LYNCH, P; MACWHANNEL D. Hospitalidade doméstica e comercial. In: LASHLEY, C; MORRISON, A. (orgs.). **Em busca da hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado**. São Paulo: Manole, 2004. 440 p.
- MANARIM, S. K. **Desapropriação para a criação de unidades de conservação: um estudo de caso da implantação do Parque Nacional dos Campos Gerais**. 2008, 147 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2008.
- MARINHO, A. Atividades de aventura em ambientes artificiais. In: UVINHA, R. R. (org.). **Turismo de aventura: reflexões e tendências**. São Paulo: Aleph, 2005. cap. 11. p. 247-268.
- MAZZA, C. A. S. et al. **Roteiro Metodológico para a conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Dados eletrônicos. Colombo: Embrapa Florestas, 2007. CD-ROM. Disponível em: <<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/313849/1/doc144.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2013.
- MCCARTHY, E. J; PERREAULT, W. D. **Marketing essencial: uma abordagem gerencial e global**. 1ª Edição. Tradução por Ailton Bomfim Brandão. São Paulo, Editora Atlas, 1997. 397 p.
- MEDEIROS, J. D; SAVI, M; BRITO, B. F. A. Seleção de áreas para criação de Unidades de Conservação na Floresta Ombrófila Mista. **Revista Biotemas**. v. 18, n. 2, p. 33-50, set. 2005.
- MEIRELLES FILHO, J. O equilíbrio entre a atividade econômica e a sustentabilidade socioambiental. In: NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. **Ecoturismo no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2005. cap. 3. p. 41-60.
- MELO, M. S. et al. O patrimônio natural dos Campos Gerais e o desenvolvimento sustentável. In: MELO, M. S.; MORO, R. S.; GUIMARÃES, G. B. **Patrimônio natural dos Campos Gerais do Paraná**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007. Cap. 23, p.221-227.
- MELO, M. S; ASSUNÇÃO, H, K. Arco de Ponta Grossa. In: **Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais**. Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Disponível em: <<http://www.uepg.br/dicion/verbetes/a-m/arco.htm>>. Acesso em 03 jul. 2013.
- MELO, M. S; LOPES, M. C; BOSKA, M. A. 2005. Furna do Buraco do Padre, Formação Furnas, PR – Feições de erosão subterrânea em arenitos devonianos da Bacia do Paraná. In: WINGE, M et al. (Edit.). **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**. Disponível em: <<http://sigep.cprm.gov.br/sitio110/sitio110.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2013.
- MMA. Ministério do Meio Ambiente. 2000. **Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos**. Conservation International do Brasil, Fundação SOS Mata Atlântica, Fundação Biodiversitas, Instituto de Pesquisas Ecológicas, Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, Instituto Estadual de Florestas, MG. Brasília, MMA/SBF. 40 p.
- MMA. Ministério do Meio Ambiente. 2009. **Campos Sulinos – conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Valério De Patta Pillar... [et al.]. Brasília, MMA. 403 p.
- MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Refúgio de Vida Silvestre do Rio Tibagi**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/202/_arquivos/folder_consulta14.pdf>. Acesso em 12 jan. 2013.
- MOESCH, M. M. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2002. 144 p.
- MOREIRA, J. C. **Geoturismo e interpretação ambiental**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011. 157 p.

MOREIRA, J. C.; ROBLES, R. A.; BELLINI, C. As palestras como meio interpretativo: estudo de caso com palestrantes em Fernando de Noronha (PE). **Revista Brasileira de Ecoturismo**. v. 2, n. 4, p. 322. 2009.

MOREIRA, J. C.; ROCHA, C. H. Unidades de Conservação nos Campos Gerais. In: MELO, M. S.; MORO, R. S.; GUIMARÃES, G. B. **Patrimônio natural dos Campos Gerais do Paraná**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007. Cap. 21, p.201-212.

MORO, R. S. et al. Perfil Arbóreo e Herbáceo-Arbustivo de Capões no Parque Nacional dos Campos Gerais, PR. **Revista Brasileira de Biociências**. v. 5, supl. 1, p. 126-128, jul. 2007b.

MORO, R. S. et al. Vegetação ripária de um fragmento de floresta ombrófila mista no Parque Nacional dos Campos Gerais – PR. In: CONGRESSO DE ECOLOGIA DO BRASIL, 8, 2007a, Caxambu. **Anais...** Caxambu: SOCIEDADE DE ECOLOGIA DO BRASIL, 2007a. 1 CD-ROM.

NANUNCIO, V. M et al. Identificação e espacialização de espécies da fauna de relevância no entorno do Parque Estadual de Vila Velha, Ponta Grossa, Paraná. In: ENCONTRO ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 11, 2007, Maringá. **Anais...** Maringá: Universidade Estadual de Maringá/Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 2007. 1 CD-ROM.

NETTO, A. P.; NOGUERO, F. T.; JÄGER, M. Por uma visão crítica nos estudos turísticos. **Revista Turismo em Análise**. v. 22, n. 3, p. 539-560, dez. 2011.

OLIVEIRA, C. R. Consequências da evolução do turismo na Chapada Diamantina – Trabalho de campo em Lençóis – Bahia. In: SIMPOSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FISICA APLICADA, 13, 2009, Viçosa. **Anais...** Viçosa: UFV: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2009. 1 CD-ROM.

OLIVEIRA, E. A. **Caracterização florística, fitossociológica e pedológica de um trecho de floresta ripária dos Campos Gerais do Paraná**. 2001, 106 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal). Curitiba, Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

_____. **O Parque Nacional dos Campos Gerais: processo de criação, caracterização ambiental e proposta de priorização de áreas para regularização fundiária**. 2012, 279 f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal). Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestal, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

OLIVEIRA, F. R. Ecoturismo e turismo de aventura: organização e perspectivas. In: NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. **Ecoturismo no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2005. cap. 10. p. 202-217.

PADUA, M. T. J. Do sistema nacional de unidades de conservação. In: MEDEIROS, R; ARAÚJO, F. F. S. (orgs.). **Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro**. Brasília: MMA, 2011. p. 21-36.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Bacias Hidrográficas do Paraná**. Agência Nacional de Águas. Curitiba, 2010. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/corh/Revista_Bacias_Hidrograficas_do_Parana.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2013.

_____. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Escarpa Devoniana – 2004a**. Instituto Ambiental do Paraná. Curitiba, 2004. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Plano_de_Manejo/APA_Escarpa_Devoniana/1_APA_PM.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2013.

_____. **Plano de Manejo Parque Estadual de Vila Velha – 2004b**. Instituto Ambiental do Paraná. Diretoria de Biodiversidade de Áreas Protegidas. Curitiba, 2004. Disponível em: <<http://www.uc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=67>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

PARANÁ. Secretaria do Turismo. **Roteiros para viajar pelo Paraná**. Disponível em: <<http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=473>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

PATRIMÔNIO NATURAL DOS CAMPOS GERAIS. **Relatório final**. Disponível em: <<http://www.uepg.br/natural/relatoriofinal.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

PELIZZER, H. Â. **Turismo de Negócios: Qualidade na gestão de viagens empresariais**. São Paulo: Thomson Learning, 2005. 93 p.

PERUZZO, C. M. K; VOLPATO, M. O. Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferença. **Revista Líbero**. v. 12, n. 24, p. 139-152, dez. 2009.

PINTO, A. J. Ecoturismo e formação sócio-ambiental dos guias de turismo de Lençóis – BA (Chapada Diamantina). **Revista Enciclopédia da Biosfera**. v. 4, n. 5, 2008. Disponível em: <<http://www.conhecer.org.br/enciclop/2008/ecoturismo%20e%20formacao1.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2013.

PONTES, H. S. **Cachoeira da Mariquinha**. Ponta Grossa, 2013.

_____. **Furna Grande**. Ponta Grossa, 2013.

_____. **Dolinas Gêmeas**. Ponta Grossa, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA. **Atrativos Turísticos**. Disponível em: <<http://www.pontagrossa.pr.gov.br/turismo>>. Acesso em: 08 dez. 2012.

RITTER, L. M. O; RIBEIRO, M. C; MORO, R. S. Composição florística e fitofisionomia de remanescentes disjuntos de Cerrado nos Campos Gerais, PR, Brasil – limite austral do bioma. **Revista Biota Neotropica**. v. 10, n. 3, p. 379-414, jul-set. 2010.

RITTER, L. M. O; ESTREIECHEN, L; MORO, R. S. Comunidades pioneiras dos afloramentos rochosos úmidos da Escarpa Devoniana, Campos Gerais, PR. In: **Encontro Anual de Iniciação Científica**, 11., Maringá, 2002. Anais. Maringá: UEM, 2002. CD-ROM.

RITTER, L. M. O. **Composição florística e aspectos físicos do cerrado nos Campos Gerais, Paraná**. 2008, 132 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Gestão do território, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2008.

SAUNITE, D. M. et al. Metadolomitos Talcificados do Grupo Itaiacoca, Paraná: Regime de Fluidos e Implicações Genéticas. **Revista de Geologia USP**. v. 11, n. 1, p. 171-187, abr. 2011.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção**. 4. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1). 259 p.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 124 p.

SCHERL, L. M. et al. **As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza? Oportunidades e limitações**. IUCN, Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido, 2006. 60 p.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Cooperativa**. Série Empreendimentos Coletivos. Disponível em: <[http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/CF527A837A1B4E2F8325766A0052780D/\\$File/NT00042C2E.pdf](http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/CF527A837A1B4E2F8325766A0052780D/$File/NT00042C2E.pdf)>. Acesso em 05 ago. 2013. 48 p.

SHIBATTA, O. A.; ORSI, M. L.; ARTONI, R. F. Estratégia reprodutiva dos peixes do Parque Estadual de Vila Velha. In: ARTONI, R. F.; SHIBATTA, O. A. **Peixes do Parque Estadual de Vila Velha**: Aspectos da história natural da biologia evolutiva e da conservação. Ponta Grossa, Editora UEPG, 2006. 153 p. Cap. 4, p.67-77.

SILVA, J. A. **Fatores endógenos e exógenos que levaram à migração/resistência de pequenos produtores do Distrito de Itaiacoca – Ponta Grossa-Pr, na década de 1970**. 2008, 192 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2008.

SILVA, A. G. C.; PARELLADA, C. I.; MELO, M. S. Pinturas rupestres do sítio arqueológico abrigo Usina São Jorge, Ponta Grossa, Paraná. **Revista Publ. UEPG Ci. Exatas Terra, Ci. Agr. Eng.** v. 13, n. 1, p. 25-33, abr. 2007.

SMITH, T. L. **Organização rural**: problemas e soluções. Tradução por José Arthur Rios. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. USP: São Paulo, 1971. 302 p.

SOIFER, J. **Empreender turismo e ecoturismo**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005. 176 p.

SOUZA, C. R. G.; SOUZA, A. P. O Escarpamento Estrutural Furnas, SP/PR: Raro sítio geomorfológico brasileiro. In: SCHOBENHAUS, C. et al. **Sítios geológicos e paleontológicos do Brasil**. p. 299-306. Disponível em: <<http://sigep.cprm.gov.br/sitio080/sitio080.pdf>>. Acesso em 03 jul. 2013.

SOUZA, M. **Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no Estado do Paraná**. 2000, 304 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2000.

STIGLIANO, B. V. **Participação comunitária e sustentabilidade socioambiental do turismo na vila ferroviária de Paranapiacaba, S.P.** 2009, 203 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, USP.

TEIXEIRA, C. O desenvolvimento sustentável em unidade de conservação: a “naturalização” do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 20, n. 59, p. 51-166, out. 2005.

TILDEN, F. **Interpreting our heritage**. [S.I.] University of North Carolina Press, Third Edition, 1977. 191 p.

TRIGUEIRO, C. M. **Marketing e turismo**: como planejar e administrar o marketing turístico para uma localidade. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001. 85 p.

UEJIMA, A. M. K.; BORNSCHEIN, M. R. As aves dos campos gerais. In: MELO, M. S.; MORO, R. S.; GUIMARÃES, G. B. **Patrimônio natural dos Campos Gerais do Paraná**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007. Cap. 11 p. 109-121

UNESCO. **Madrid Action Plan for Biosphere Reserves (2008-2013)**. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001633/163301e.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2012.

UVINHA, R. R. Tendências para o turismo de aventura no cenário nacional. In: UVINHA, R. R. (org.). **Turismo de aventura**: reflexões e tendências. São Paulo: Aleph, 2005. cap. 12. p. 269-300.

UNWTO. **International Recommendations for Tourism Statistics 2008**. Disponível em: <<http://media.unwto.org/en/content/understanding-tourism-basic-glossary>>. Acesso em: 13 ago. 2012.

_____. **Sustainable Development of Tourism**. Disponível em: <<http://sdt.unwto.org/en/content/about-us-5>>. Acesso em: 13 ago. 2012.

_____. **Tourism Highlights 2012 Edition.** Disponível em: <http://dtxtq4w60xqpw.cloudfront.net/sites/all/files/docpdf/unwtohighlights12enhr_1.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2012.

YALE UNIVERSITY; COLUMBIA UNIVERSITY. **2012 Environmental Performance Index.** Disponível em: <<http://epi.yale.edu/>>. Acesso em: 29 mar. 2013.

WESTERN, D. Prefácio: Definindo ecoturismo. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão.** 3. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001. p. 13-22.

WWF Brasil. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária:** ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF Brasil, 2003. 470 p.

ZAOUAL, H. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. 508 p.

ZILLER, S. R.; GALVÃO, F. A degradação da estepe gramíneo-lenhosa no Paraná por contaminação biológica de *Pinus elliottii* E P. taeda. **Revista Floresta**, v. 32, n. 1, p. 41-47, 2002.

ANEXOS

Anexo 1 – Atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental – Anexo 1 da Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997

<p>Extração e tratamento de minerais</p> <ul style="list-style-type: none"> - pesquisa mineral com guia de utilização - lavra a céu aberto, inclusive de aluvião, com ou sem beneficiamento - lavra subterrânea com ou sem beneficiamento - lavra garimpeira - perfuração de poços e produção de petróleo e gás natural
<p>Indústria de produtos minerais não metálicos</p> <ul style="list-style-type: none"> - beneficiamento de minerais não metálicos, não associados à extração - fabricação e elaboração de produtos minerais não metálicos tais como: produção de material cerâmico, cimento, gesso, amianto e vidro, entre outros.
<p>Indústria metalúrgica</p> <ul style="list-style-type: none"> - fabricação de aço e de produtos siderúrgicos - produção de fundidos de ferro e aço / forjados / arames / relaminados com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia - metalurgia dos metais não-ferrosos, em formas primárias e secundárias, inclusive ouro - produção de laminados / ligas / artefatos de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia - relaminação de metais não-ferrosos, inclusive ligas - produção de soldas e anodos - metalurgia de metais preciosos - metalurgia do pó, inclusive peças moldadas - fabricação de estruturas metálicas com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia - fabricação de artefatos de ferro / aço e de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia - têmpera e cementação de aço, recozimento de arames, tratamento de superfície
<p>Indústria mecânica</p> <ul style="list-style-type: none"> - fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico e/ou de superfície
<p>Indústria de material elétrico, eletrônico e comunicações</p> <ul style="list-style-type: none"> - fabricação de pilhas, baterias e outros acumuladores - fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática - fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos
<p>Indústria de material de transporte</p> <ul style="list-style-type: none"> - fabricação e montagem de veículos rodoviários e ferroviários, peças e acessórios - fabricação e montagem de aeronaves - fabricação e reparo de embarcações e estruturas flutuantes
<p>Indústria de madeira</p> <ul style="list-style-type: none"> - serraria e desdobramento de madeira - preservação de madeira - fabricação de chapas, placas de madeira aglomerada, prensada e compensada - fabricação de estruturas de madeira e de móveis
<p>Indústria de papel e celulose</p> <ul style="list-style-type: none"> - fabricação de celulose e pasta mecânica - fabricação de papel e papelão - fabricação de artefatos de papel, papelão, cartolina, cartão e fibra prensada
<p>Indústria de borracha</p> <ul style="list-style-type: none"> - beneficiamento de borracha natural - fabricação de câmara de ar e fabricação e recondicionamento de pneumáticos - fabricação de laminados e fios de borracha - fabricação de espuma de borracha e de artefatos de espuma de borracha, inclusive látex
<p>Indústria de couros e peles</p> <ul style="list-style-type: none"> - secagem e salga de couros e peles - curtimento e outras preparações de couros e peles - fabricação de artefatos diversos de couros e peles

- fabricação de cola animal
Indústria química - produção de substâncias e fabricação de produtos químicos - fabricação de produtos derivados do processamento de petróleo, de rochas betuminosas e da madeira - fabricação de combustíveis não derivados de petróleo - produção de óleos /gorduras/ceras vegetais-animais/óleos essenciais vegetais e outros produtos da destilação da madeira - fabricação de resinas e de fibras e fios artificiais e sintéticos e de borracha e látex sintéticos - fabricação de pólvora/explosivos/detonantes/munição para caça-desporto, fósforo de segurança e artigos pirotécnicos - recuperação e refino de solventes, óleos minerais, vegetais e animais - fabricação de concentrados aromáticos naturais, artificiais e sintéticos - fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas - fabricação de tintas, esmaltes, lacas, vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes - fabricação de fertilizantes e agroquímicos - fabricação de produtos farmacêuticos e veterinários - fabricação de sabões, detergentes e velas - fabricação de perfumarias e cosméticos - produção de álcool etílico, metanol e similares
Indústria de produtos de matéria plástica - fabricação de laminados plásticos - fabricação de artefatos de material plástico
Indústria têxtil, de vestuário, calçados e artefatos de tecidos - beneficiamento de fibras têxteis, vegetais, de origem animal e sintéticos - fabricação e acabamento de fios e tecidos - tingimento, estamparia e outros acabamentos em peças do vestuário e artigos diversos de tecidos - fabricação de calçados e componentes para calçados
Indústria de produtos alimentares e bebidas - beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares - matadouros, abatedouros, frigoríficos, charqueadas e derivados de origem animal - fabricação de conservas - preparação de pescados e fabricação de conservas de pescados - preparação, beneficiamento e industrialização de leite e derivados - fabricação e refinação de açúcar - refino / preparação de óleo e gorduras vegetais - produção de manteiga, cacau, gorduras de origem animal para alimentação - fabricação de fermentos e leveduras - fabricação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais - fabricação de vinhos e vinagre - fabricação de cervejas, chopes e maltes - fabricação de bebidas não alcoólicas, bem como engarrafamento e gaseificação de águas minerais - fabricação de bebidas alcoólicas
Indústria de fumo - fabricação de cigarros/charutos/cigarrilhas e outras atividades de beneficiamento do fumo
Indústrias diversas - usinas de produção de concreto - usinas de asfalto - serviços de galvanoplastia
Obras civis - rodovias, ferrovias, hidrovias, metropolitanos - barragens e diques - canais para drenagem - retificação de curso de água - abertura de barras, embocaduras e canais - transposição de bacias hidrográficas - outras obras de arte
Serviços de utilidade - produção de energia termoelétrica - transmissão de energia elétrica - estações de tratamento de água

<ul style="list-style-type: none"> - interceptores, emissários, estação elevatória e tratamento de esgoto sanitário - tratamento e destinação de resíduos industriais (líquidos e sólidos) - tratamento/ disposição de resíduos especiais tais como: de agroquímicos e suas embalagens usadas e de serviço de saúde, entre outros - tratamento e destinação de resíduos sólidos urbanos, inclusive aqueles provenientes de fossas - dragagem e derrocamentos em corpos d'água - recuperação de áreas contaminadas ou degradadas
<p>Transporte, terminais e depósitos</p> <ul style="list-style-type: none"> - transporte de cargas perigosas - transporte por dutos - marinas, portos e aeroportos - terminais de minério, petróleo e derivados e produtos químicos - depósitos de produtos químicos e produtos perigosos
<p>Turismo</p> <ul style="list-style-type: none"> - complexos turísticos e de lazer, inclusive parques temáticos e autódromos
<p>Atividades diversas</p> <ul style="list-style-type: none"> - parcelamento do solo - distrito e pólo industrial
<p>Atividades agropecuárias</p> <ul style="list-style-type: none"> - projeto agrícola - criação de animais - projetos de assentamentos e de colonização
<p>Uso de recursos naturais</p> <ul style="list-style-type: none"> - silvicultura - exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais - atividade de manejo de fauna exótica e criadouro de fauna silvestre - utilização do patrimônio genético natural - manejo de recursos aquáticos vivos - introdução de espécies exóticas e/ou geneticamente modificadas - uso da diversidade biológica pela biotecnologia

Fonte: CONAMA, 1997.

Anexo 2 – Mosaicos Reconhecidos Oficialmente

Mosaico	Estados	Ano de Criação
Mosaico Capivara – Confusões	PI	2005
Mosaico do Lagamar	PR e SP	2006
Mosaico Bocaina	RJ e SP	2006
Mosaico da Mantiqueira	RJ, SP e MG	2006
Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense	RJ	2006
Mosaico Grande Sertão Veredas – Peruaçu	MG	2009
Mosaico Foz do Rio Doce	ES	2010
Mosaico Extremo Sul da Bahia	BA	2010
Mosaico do Espinhaço: Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral	MG	2010
Mosaico do Baixo Rio Negro	AM	2010
Mosaico Mico Leão Dourado	RJ	2010
Mosaico Carioca	RJ	2011
Mosaico da Amazônia Meridional	AM, MT e RO	2011
Mosaico do Oeste do Amapá e Norte do Pará	AP e PA	2013

Fonte: ICMBio, 2013. Organizado pelo autor.

Anexo 3 - Relação de Parques Nacionais sem Plano de Manejo

Região	Estado	Unidade de Conservação (Fronteira com outros estados)	Data de Criação
Norte	AM	Parna do Pico da Neblina	05/06/1979
		Parna Nascentes do Lago Jari	08/05/2008
		Parna Serra da Mocidade (RR)	29/04/1998
		Parna Mapinguari (RO)	05/06/2008
	PA	Parna da Serra do Pardo	17/02/2005
		Parna do Rio Novo	13/02/2006
		Parna do Jamanxim	13/02/2006
	RO	Parna Mapinguari (AM)	05/06/2008
	RR	Parna Viruá	29/04/1998
		Parna Serra da Mocidade (AM)	29/04/1998
TO	Parna das Nascentes do Rio Parnaíba (PI, MA e BA)	16/07/2002	
Nordeste	SE	Parna da Serra de Itabaiana	15/06/2005
	RN	Parna da Furna Feia	05/06/2012
	PI	Parna de Sete Cidades	05/06/1961
		Parna das Nascentes do Rio Parnaíba (TO, MA e BA)	16/07/2002
	PE	Parna do Catimbau	13/12/2002
	MA	Parna da Chapada das Mesas	12/12/2005
		Parna das Nascentes do Rio Parnaíba (TO, BA e PI)	16/07/2002
	BA	Parna do Descobrimento	20/04/1999
		Parna Pau Brasil	20/04/1999
		Parna do Monte Pascoal	29/11/1961
		Parna de Boa Nova	11/06/2010
		Parna da Serra das Lontras	11/06/2010
		Parna do Alto Cariri	11/06/2010
		Parna das Nascentes do Rio Parnaíba (TO, MA e PI)	16/07/2002
Centro-Oeste	MS	Parna da Serra do Bodoquena	21/09/2000
Sudeste	MG	Parna Cavernas do Peruaçu	21/09/1999
		Parna das Sempre Vivas	13/12/2002
		Parna do Itatiaia (RJ)	14/06/1937
RJ	Parna do Itatiaia (MG)	14/06/1937	
Sul	PR	Parna de Saint-Hilaire / Lange	23/05/2001
		Parna do Superagui	25/04/1989
		Parna dos Campos Gerais	23/03/2006
	SC	Parna de São Joaquim	06/07/1961

Fonte: CNUC, 2012. Organizado pelo autor.

Anexo 4 – Parecer Consubstanciado COEP (Página 1/2)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Unidade de Conservação e Turismo - A percepção da comunidade local sobre o Parque Nacional dos Campos Gerais - PR.

Pesquisador: Jasmine Cardozo Moreira

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 09773512.7.0000.0105

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Ponta Grossa

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 135.346

Data da Relatoria: 29/10/2012

Apresentação do Projeto:

Os objetivos da implantação desta Unidade de Conservação se devem ao fato de nesta área conter ambientes naturais, com destaque para os remanescentes da Floresta Ombrófila Mista e dos Campos Sulinos, a realização de pesquisas científicas, atividades de educação ambiental e a prática do ecoturismo (BRASIL, 2006). Entende-se, portanto, que pesquisas que envolvam não somente os aspectos biológicos, botânicos ou geológicos devam também compor o amálgama de possibilidades geradas com o PNCG. Desta forma, observa-se a estreita relação que os moradores de vilarejos no entorno desta área de proteção possuem com o Parque, sendo ainda, também responsáveis pela conservação deste patrimônio.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender a visão da comunidade do Passo do Pupo sobre o Parque Nacional dos Campos Gerais.

Objetivo Secundário:

Identificar oportunidades de desenvolvimento à população do entorno.

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748 bl M sala 12
Bairro: CEP: 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42-)3220-3108 **Fax:** (42-)3220-3102 **E-mail:** seccoep@uepg.br

Anexo 4 – Parecer Consubstanciado COEP (Página 2/2)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos: Não há nem para o pesquisador e pesquisado.

Benefícios: Melhor compreensão sobre a paisagem local. Reconhecimento de novas formas de desenvolvimento econômico, humano e cultural.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é de relevância, para a conservação do meio ambiente e futura melhorias.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A folha de rosto esta dentro das normas.

Esta faltando o questionário da pesquisa

Recomendações:

- 1- Anexar o questionário que será utilizado na pesquisa.
- 2- Descrever como o pesquisado será abordado na entrevista.
- 3- TCLE: Incluir que o pesquisando terá sigilo de sua identidade e como será guardado sua entrevista para

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Foram atendidas todas sugestões e recomendações.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

PONTA GROSSA, 31 de Outubro de 2012

Assinador por:
ULISSES COELHO
(Coordenador)

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748 bl M sala 12
Bairro: CEP: 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42-)3220-3108 **Fax:** (42-)3220-3102 **E-mail:** seccoep@uepg.br

Anexo 5 – Autorização SISBIO (Página 1/3)



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 37106-1	Data da Emissão: 05/11/2012 09:06	Data para Revalidação*: 05/12/2013
* De acordo com o art. 33 da IN 154/2009, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Leandro Baptista	CPF: 051.553.039-58
Título do Projeto: Parque Nacional dos Campos Gerais e a Atividade Turística - Um olhar da comunidade do Passo do Pupo	
Nome da Instituição : UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	CNPJ: 80.257.355/0001-08

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Redação preliminar do texto	10/2012	12/2012
2	Elaboração de metodologia para pesquisa de campo	11/2012	11/2012
3	Aplicação de entrevistas na comunidade do Passo do Pupo - PR	11/2012	11/2012
4	Redação do texto final	11/2012	11/2012
5	Submissão de artigo junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia - UEPG	11/2012	11/2012

Observações e ressalvas

1	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
2	Esta autorização NÃO exige o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, possessor ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
3	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa IBAMA nº 154/2007 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
4	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
5	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio e o material biológico coletado apreendido nos termos da legislação brasileira em vigor.
6	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospeção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/cgen .
7	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infra-estrutura da unidade.

Outras ressalvas

1	Em função do processo de regularização fundiária da Unidade estar em curso se faz necessário a solicitação aos proprietários de autorização de entrada nas áreas particulares.
---	--

Equipe

#	Nome	Função	CPF	Doc. Identidade	Nacionalidade
1	Jasmine Cardozo Moreira	Pesquisadora responsável	973.464.119-00	4941112-0 SSPR-PR	Brasileira

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Município	UF	Descrição do local	Tipo
1		PR	PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS GERAIS	UC Federal

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº154/2007. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 58318318



Página 1/3

Anexo 5 – Autorização SISBIO (Página 2/3)



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 37106-1	Data da Emissão: 05/11/2012 09:06	Data para Revalidação*: 05/12/2013
* De acordo com o art. 33 da IN 154/2009, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Leandro Baptista	CPF: 051.553.039-58
Título do Projeto: Parque Nacional dos Campos Gerais e a Atividade Turística - Um olhar da comunidade do Passo do Pupo	
Nome da Instituição : UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	CNPJ: 80.257.355/0001-08

Destino do material biológico coletado

#	Nome local destino	Tipo Destino
1	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº154/2007. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 58318318



Página 2/3

Anexo 6 – Modelo da entrevista aplicada nas residências

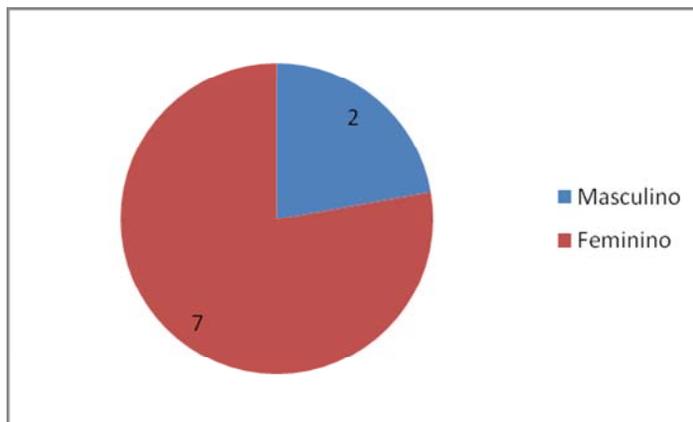
<p>() Homem () Mulher</p> <p>- Existe interesse em trabalhar com atividades voltadas para o turismo? () Sim () Não</p> <p>- Quais?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>- Porque o Parque Nacional dos Campos Gerais foi criado?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>- Quais os principais atrativos do PNCG?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>- O que precisa ser melhorado / implantado para atrair visitantes no PNCG?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>- Há alguma associação ou organização comunitária nesta Comunidade? () Sim () Não</p>
--

Apêndices

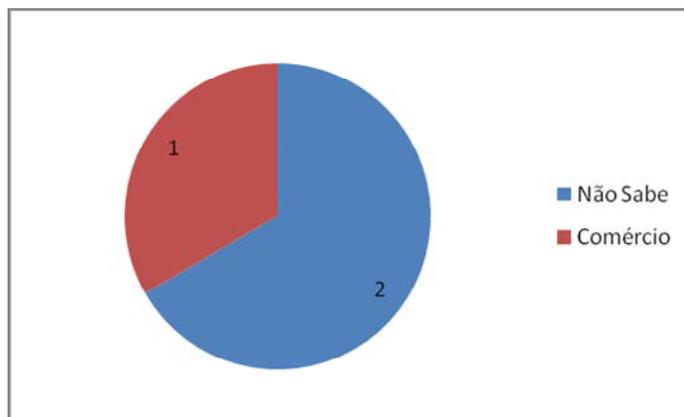
Resultados por comunidade

Alagados (1/2)

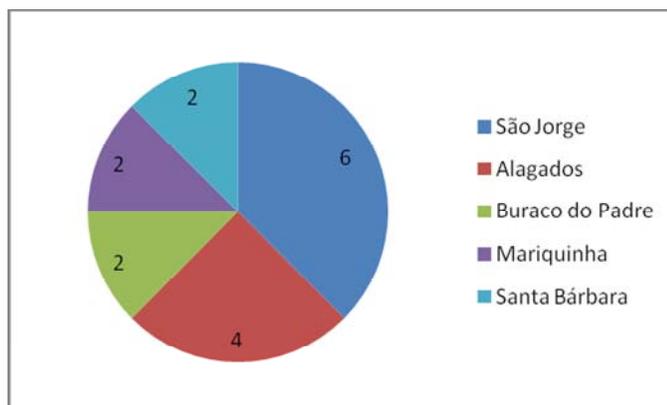
Amostra por sexo



Interesse com o Turismo

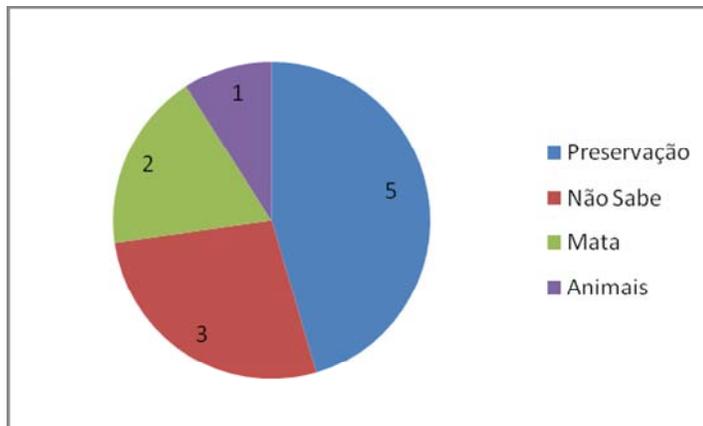


Atrativos presentes no PNCG

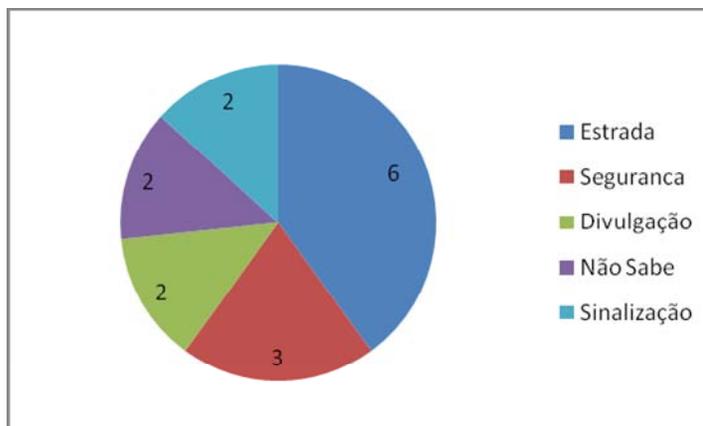


Alagados (2/2)

Motivos de criação do PNCG

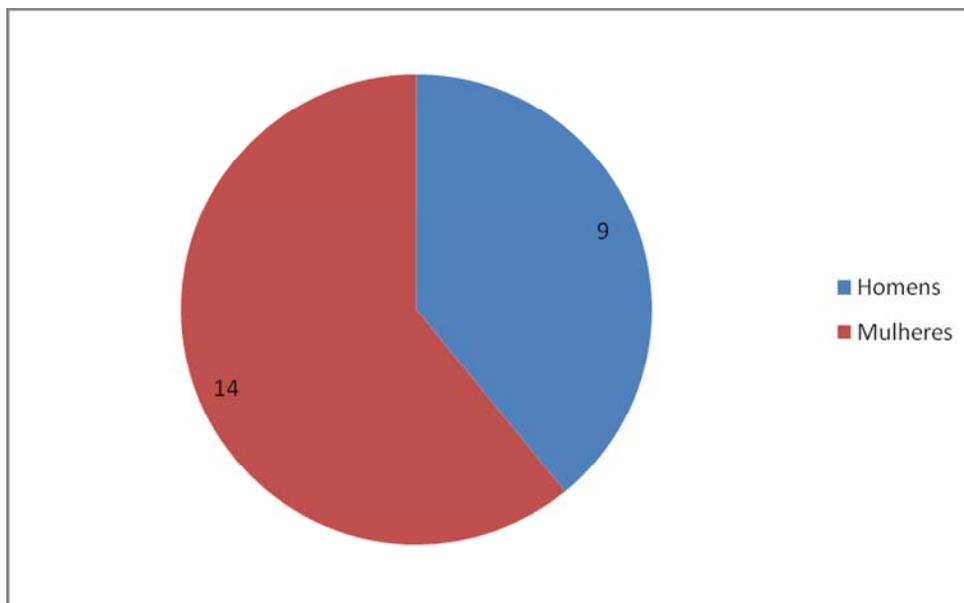


O que precisa ser melhorado / implantado

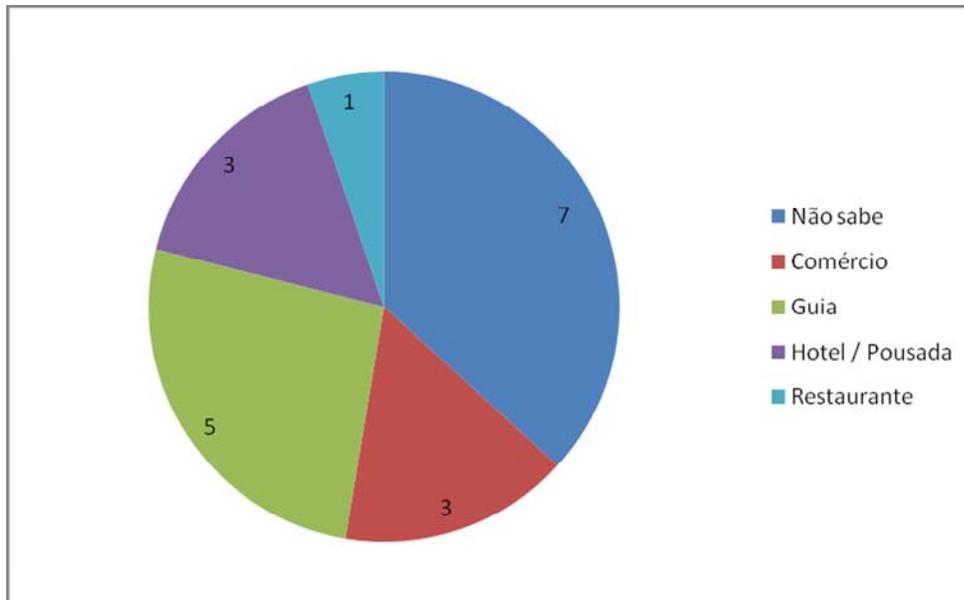


Biscaia (1/3)

Amostra por sexo

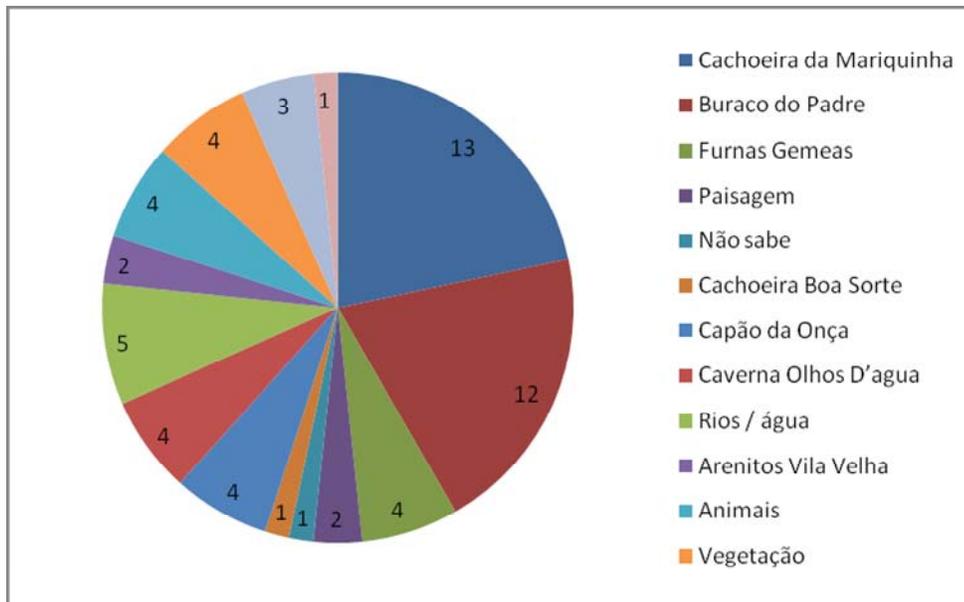


Interesse com o Turismo

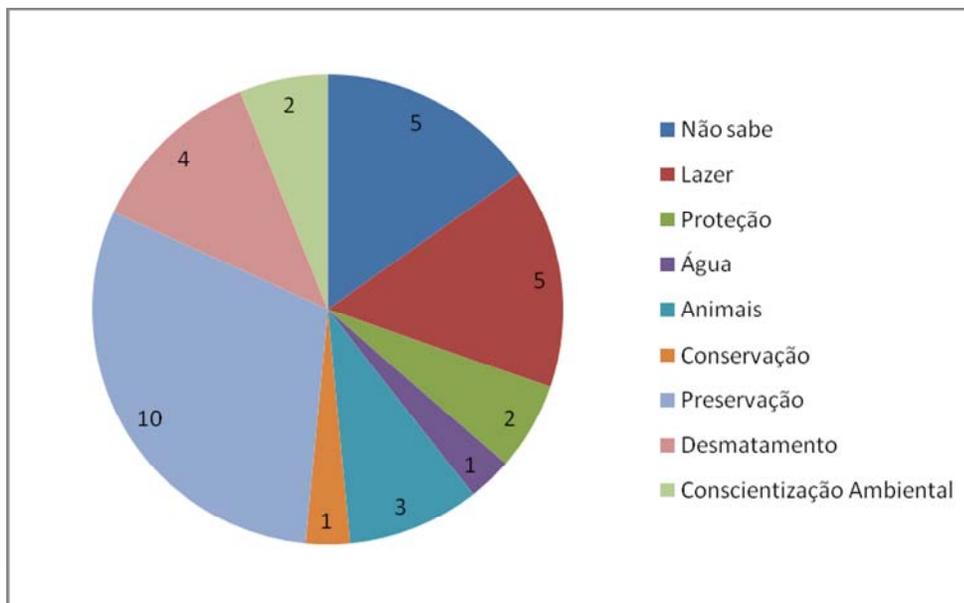


Biscaia (2/3)

Atrativos presentes no PNCG

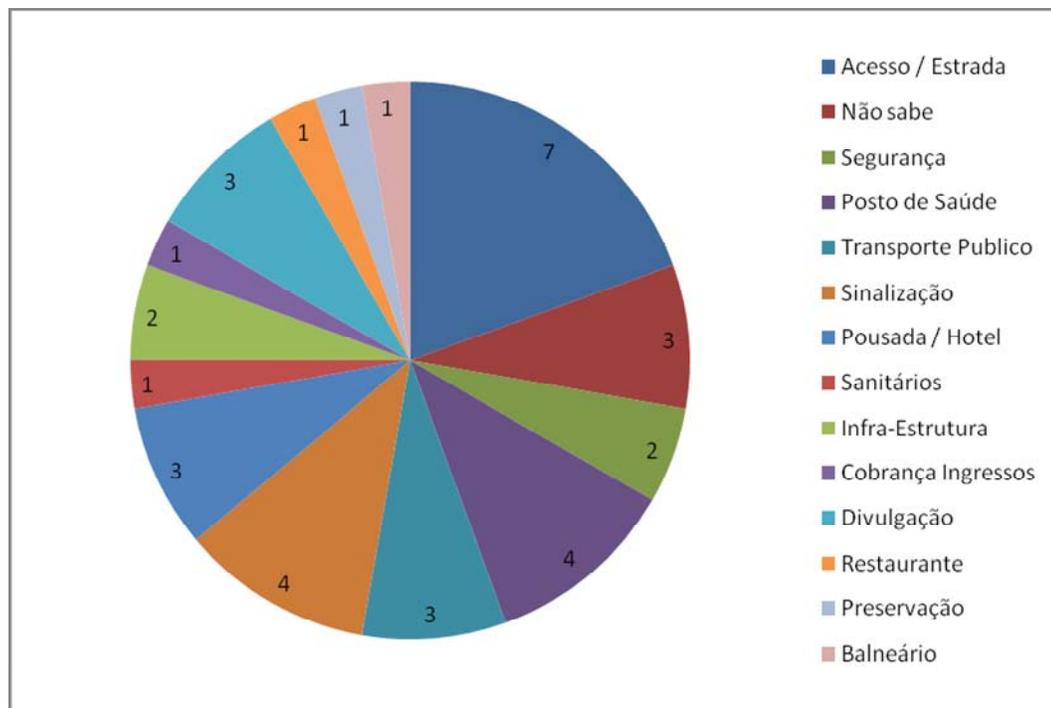


Motivos de criação do PNCG



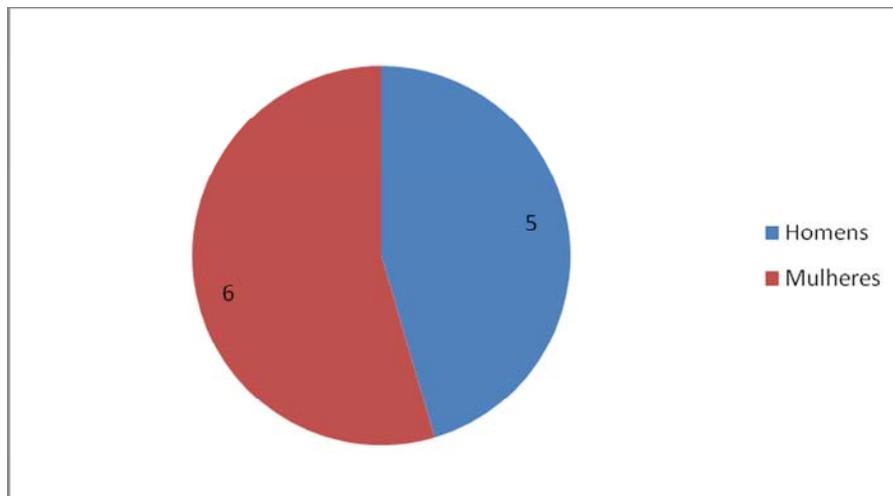
Biscaia (3/3)

O que precisa ser melhorado / implantado

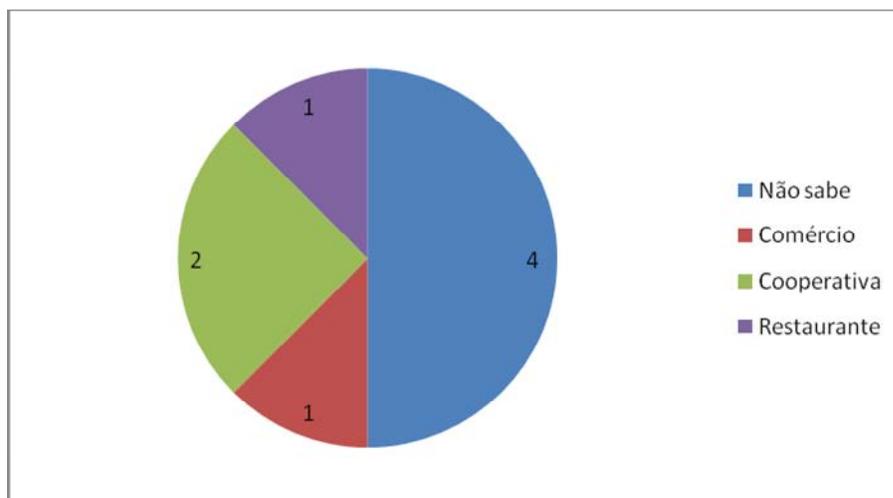


Cerradinho (1/2)

Amostra por sexo

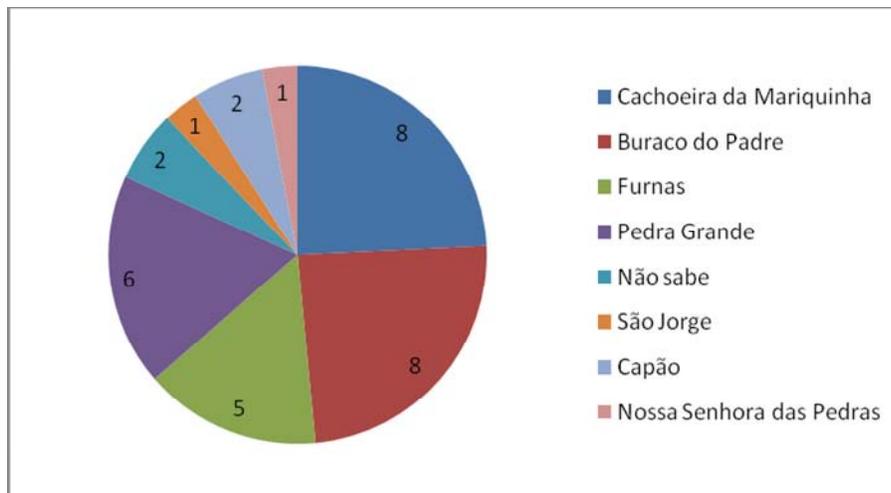


Interesse com o Turismo

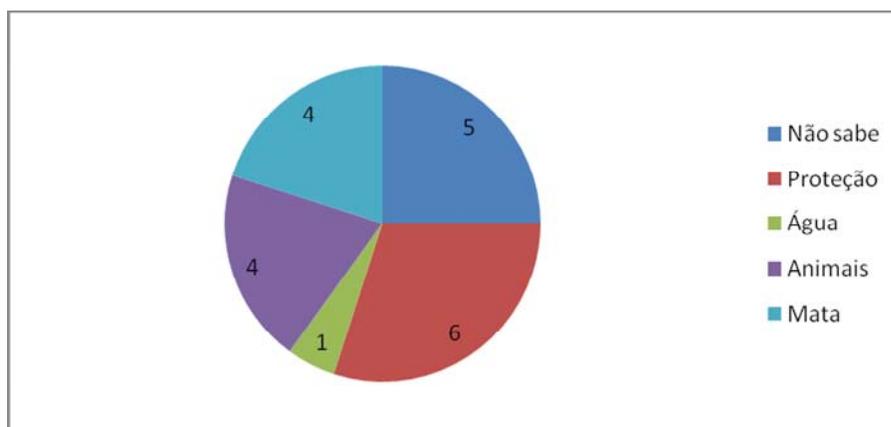


Cerradinho (2/2)

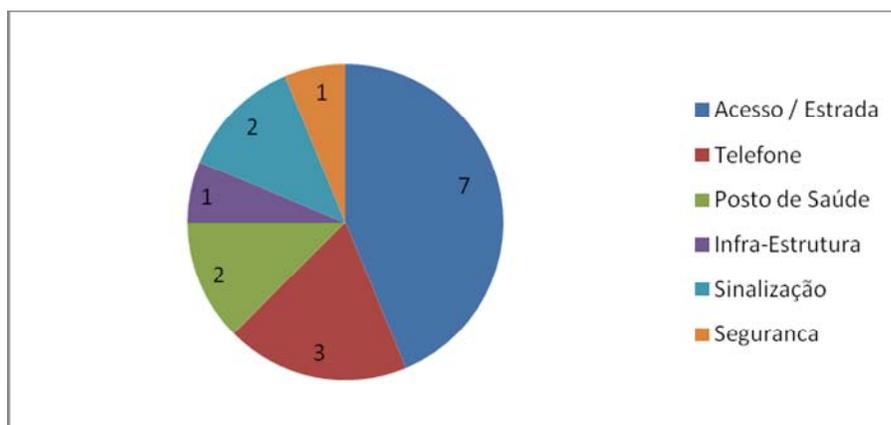
Atrativos presentes no PNCG



Motivos de criação do PNCG

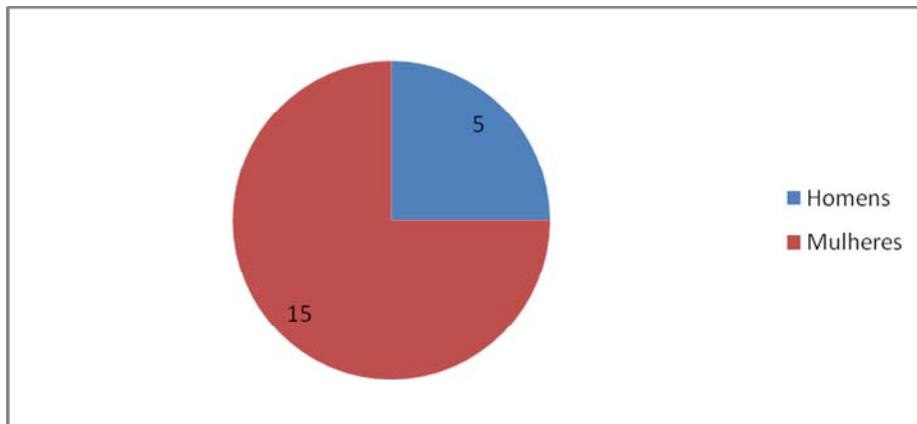


O que precisa ser melhorado / implantado

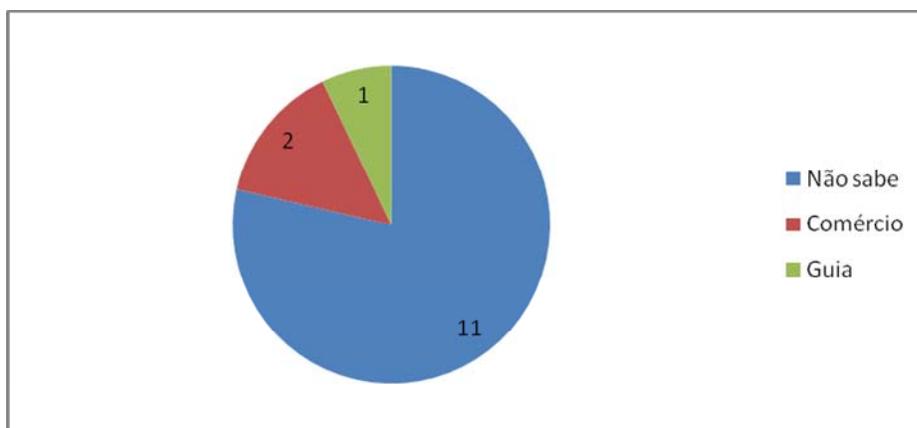


Passo do Pupo (1/2)

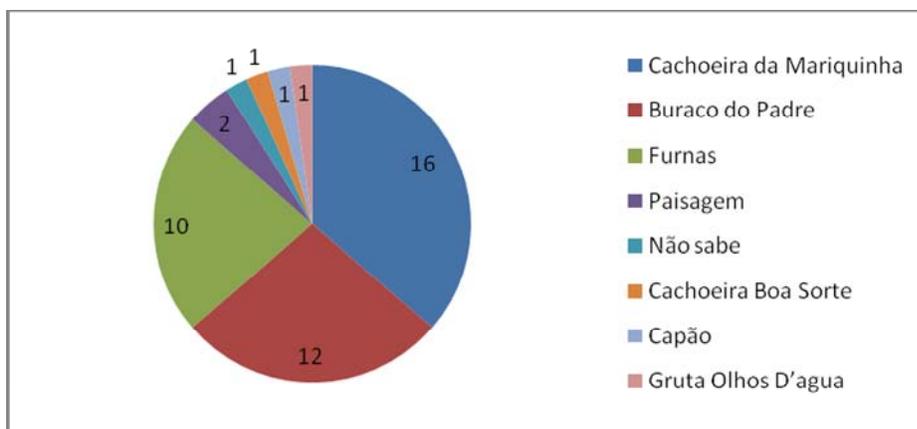
Amostra por sexo



Interesse com o Turismo

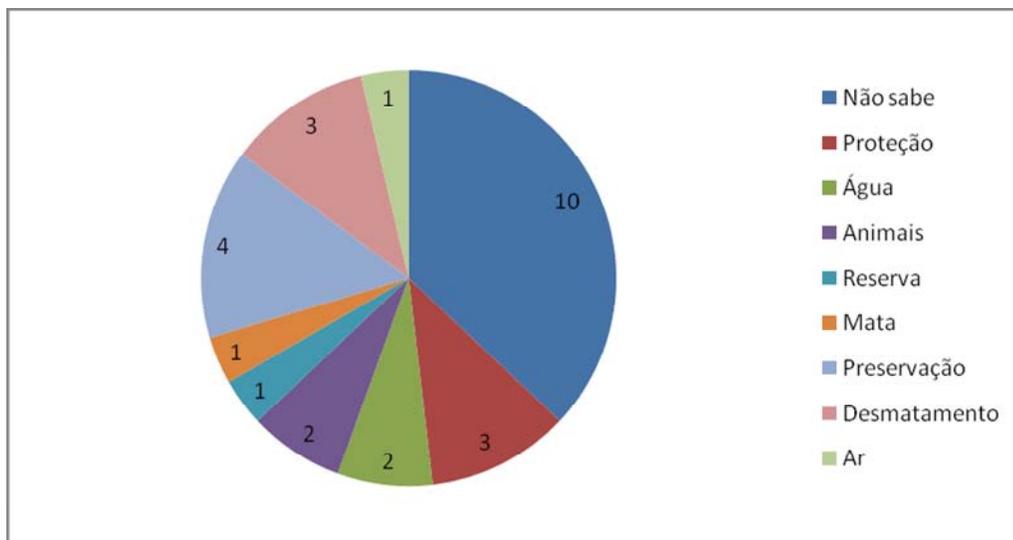


Atrativos presentes no PNCG



Passo do Pupo (2/2)

Motivos de criação do PNCG



O que precisa ser melhorado / implantado

